

ONDE ANTES SÓ HAVIA CHÃO

A história como possibilidade no
Bairro educador, Heliópolis



Organizadoras

Antônia Cleide Alves
Delma Lúcia de Mesquita
Laila Sala
Marília de Santis
Marineide de Oliveira Gomes



SYNERGIA
EDITORA

Copyright © 2022 Antônia Cleide Alves, Delma Lúcia de Mesquita, Laila Sala, Marília de Santis e Marineide de Oliveira Gomes (Organizadoras)
Todos os direitos desta edição reservados à Synergia Editora

Editor Jorge Gama

Editora assistente Isabelle Assumpção

Assistente de Produção Rejane Santos

Capa Equipe Synergia

Diagramação Flávio Meneghesso

Revisão Equipe Synergia

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

O67

Onde antes só havia chão : a história como possibilidade
no Bairro Educador, Heliópolis / organização Antônia Cleide Alves ...
[et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Synergia, 2022.
144 p. ; 14cm x 21cm.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-86214-87-1

1. Bairro Educador (São Paulo, SP) - Educação. 2. Projetos
de desenvolvimento social. 3. Sociologia urbana - São Paulo (SP). I.
Alves, Antônia Cleide.

22-80992

CDD: 307.76098161

CDU: 316.334.56(815.6)



Livros técnicos, científicos e profissionais

Tel.: (21) 3449-3200 | 📞 (21) 96627-4322

www.synergiaeditora.com.br / comercial@synergiaeditora.com.br

SOBRE OS AUTORES

Antônia Cleide Alves

Graduada em Psicologia. Presidenta da Unas – União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região, liderança comunitária e educadora popular.

Delma Lúcia de Mesquita

Pedagoga. Mestre em Educação pela PUC/SP e Doutora em Educação pela FEUSP. Professora universitária em graduação e pós-graduação. Revisora pedagógica e membro do Conselho Editorial da EaD Freiriana/Instituto Paulo Freire. Consultora e assessora pedagógica na área de educação, formação de professores, infância, pedagogia social e atuação do pedagogo em espaços não escolares. Em Heliópolis realizou a pesquisa de Doutorado *O exercício da cidadania desde a infância como inédito viável: saberes e sabores da experiência na EMEF Presidente Campos Sales* (FEUSP-2018).

Douglas Cavalcante de Jesus

Especialista em Alternativas para uma Nova Educação (UFPR Litoral), é também contador, fotógrafo, comunicador popular e liderança comunitária. É membro da diretoria e coordenador do Núcleo de Comunicação da UNAS.

Laila Sala

Formada em Licenciatura em Arte-Teatro pelo Instituto de Arte da UNESP; Especialista em Linguagens da Arte pelo Centro Universitário Maria Antônia (USP) e em Alternativas para a Nova Educação pela UFPR-Litoral. Trabalhou de 2013 a 2020 na gestão do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli como coordenadora do Núcleo de Ação Educacional. Atualmente é professora da EMEF Presidente Campos Salles. Em Heliópolis realizou pesquisa que resultou em um Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização intitulado *A Literatura da Vida de Alguém*.

Mariana Maria da Silva

Pedagoga (Faculdade Paulista São José), com Especialização em Alternativas para Uma Nova Educação (UFPR-Litoral). É Coordenadora do Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região (UNAS) e Conselheira Tutelar da região do Sacomã.

Marília de Santis

Mestre em Gestão e Práticas Educacionais, é diretora de escola da Prefeitura Municipal de São Paulo e defensora da educação pública, popular e de qualidade social. Foi gestora do CEU Heliópolis entre 2015 e 2020, participando da construção do Bairro Educador junto à comunidade desde 2010. Em Heliópolis realizou pesquisa de mestrado *De Favela a Bairro Educador: o Protagonismo Comunitário em Heliópolis* (UNINOVE, 2014).

Marineide de Oliveira Gomes

Pedagoga, Mestre, Doutora em Educação (FE-USP) e Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas (Flacso-Brasil), com Pós-doutoramento em Educação (Universidade Católica Portuguesa-Lisboa). É uma ativista do direito à Educação e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Santos/SP. Em Heliópolis realizou pesquisa de Mestrado *Políticas Públicas para a(s) Infância(s): o Bairro Educador e as lutas e conquistas da UNAS em Heliópolis/SP* (Flacso-Basil, 2020).

PREFÁCIO

| LER E RELER É TAMBÉM VIVER E REVIVER

Após intensas vivências em Heliópolis – Bairro Educador, a imprevisibilidade, um princípio sempre bem destacado por Edgar Morin, passamos a viver uma gravíssima pandemia – o tempo kairós da COVID-19.

Agora já são mais de dois anos, dois giros do planeta terra ao redor da estrela solar, em isolamento, sem vivências e convivências presenciais, que tanto motivam e propiciam calor humano entre aqueles que constroem, em tempos difíceis e complexos, o esperar por novos e mais humanos amanhã.

Ao conhecermos presencialmente o Bairro Educador de Heliópolis, em vários encontros ao longo da última década – em Caminhadas da Paz, Seminários do Bairro Educador, Conferências, Assembleias e outras tantas atividades educacionais –, fomos consolidando a convicção de estarmos diante de uma Comunidade e de uma organização social das mais importantes no sentido do resgate de justiça social pela educação e pelas parcerias entre o poder público e as organizações sociais comunitárias da história recente do Brasil.

Heliópolis: Bairro Educador tornou-se um território a ser conhecido por estudantes, professores, líderes comunitários e pessoas que buscam referências para práticas de avanços e transformações no campo da educação emancipatória e nas organizações sociais constituídas e consolidadas democraticamente, em permanente vigilância.

Vale destacar que, a cada chegada de delegações visitantes que organizamos – e foram muitas em tempos anteriores à pandemia –, àquele oásis do esperar freiriano, a favela de Heliópolis, um aglomerado urbano com mais de duzentas mil vidas humanas, o coração acelerava. E, a cada partida, a constatação de novos aprendizados e um progressivo sentimento de “estamos juntos” e já com saudade, um sentimento mais amplo do que as palavras “até logo” podem expressar. Sentimo-nos irmanados neste sentimento tão escasso em dias atuais.

No isolamento sanitário imposto pela pandemia, desde março de 2020, as participações na comunidade de Heliópolis só foram possíveis por meios virtuais. Ainda assim, as parcerias foram mantidas, com o forte desejo de que os tempos difíceis passassem rapidamente e logo fosse possível a volta dos retornos presenciais e da força da sinergia das ações compartilhadas e mutuamente estimuladas na conquista de avanços sociais e educacionais.

Ao ler a obra *Onde antes só havia chão: a história como possibilidade no Bairro Educador – Heliópolis* as memórias de tantos encontros e emoções retornam. Para aqueles que conhecem a Comunidade retratada é um significativo reviver no transcurso de cada capítulo por meio dos quais se passeia nos tempos de constituição daquele território que é integrado, entre outros equipamentos sociais, por um “CEU”, o CEU Arlete Persoli...

Para aqueles que ainda não conhecem Heliópolis, a leitura pode despertar o desejo de conhecer e vivenciar mais de perto a história e a realidade dessa valente, comprometida e resiliente comunidade popular educadora.

Testemunhamos com a leitura de cada capítulo, marcado por singulares objetivos, olhares e vivências dos seus autores, a tecitura de uma rica narrativa não somente literária, também ideológica de Heliópolis e região, agregadas pelo nome tão significativo de “Bairro Educador”, que ao mesmo tempo revela o compromisso e a vigilância, que unem os atores desta caminhada.

Emocionante, envolvente e determinante das escolhas de movimentos futuros dos leitores tocados pela busca de uma educação

transformadora, humanizadora e compromissada com a emancipação e a justiça social. Para uns iluminará o desejo que se expressa em “quero e preciso conhecer”; para outros provocará o sentimento de “quero e preciso lá voltar” para não esquecer que de que esperarçar neste país é um ato revolucionário.

De qualquer forma, a mensagem que une a todos, neste momento, passa por: “estamos voltando a nos encontrar, em um território, que representa vários outros deste país, e, numa comunidade, como tantas que desejamos ver se fortalecer, que têm no seu hoje e nos amanhãs a missão de continuar a caminhar e avançar”.

Valdo José Cavallet

Professor da Universidade Federal do Paraná– Setor Litoral e participante do Movimento por Alternativas por uma Nova Educação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – COMO TUDO COMEÇOU... OS CAMINHOS DO BAIRRO EDUCADOR, HELIÓPOLIS

Antônia Cleide Alves
Laila Sala
Delma Lúcia de Mesquita
Marília de Santis
Marineide de Oliveira Gomes, 1

1 DE FAVELA A BAIRRO EDUCADOR: O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO EM HELIÓPOLIS

Marília de Santis, 17

2 DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A(S) INFÂNCIA(S): LUTAS E RESISTÊNCIAS DO BAIRRO EDUCADOR DE HELIÓPOLIS/SP

Marineide de Oliveira Gomes, 29

3 EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES: DOS PRIMEIROS PASSOS À CAMINHADA PELA PAZ

Delma Lúcia de Mesquita, 45

4 A LITERATURA DA VIDA DE ALGUÉM

Laila Sala, 63

5 GARANTINDO DIREITOS E TRANSFORMANDO VIDAS EM HELIÓPOLIS: AS LUTAS DAS MULHERES E AS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Mariana Maria da Silva, 81

6 HELIPA MUSIC: A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

Douglas Cavalcante de Jesus, 97

7 A GENTE PRECISA SER GENTE

Antônia Cleide Alves
Laila Sala, 115

POSFÁCIO QUANDO UM TERRITÓRIO É CAMPO DO POLÍTICO OU O QUE APRENDI NO BAIRRO EDUCADOR

Suze Piza, 127

APRESENTAÇÃO

COMO TUDO COMEÇOU... OS CAMINHOS DO BAIRRO EDUCADOR, HELIÓPOLIS

Antônia Cleide Alves

Laila Sala

Delma Lúcia de Mesquita

Marília de Santis

Marineide de Oliveira Gomes

A história de Heliópolis e região é a história das pessoas que o construíram. E como tudo que está vivo, o bairro vem se transformando ao longo dos anos, pelas mãos daqueles e daquelas que ousam sonhar com a construção de um mundo melhor, pois como escreveu o poeta Sérgio Vaz: “lutar é sonhar com as mãos”.¹

Para Cláudia Cruz Soares (2010), na Dissertação de Mestrado “*Heliópolis, práticas educativas na paisagem*” a história da comunidade é resgatada pela memória dos moradores e das moradoras, misturada com pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico,

¹ VAZ, S. *Sonhar é lutar com as mãos*. S/D. São Paulo. Instagram: @poetasv.

Traz referência a fatos, momentos ou pessoas, como podemos observar nos nomes das ruas: Rua da Mina, Rua Paraíba, devido à origem dos primeiros moradores daquela área, ou Rua Heliópolis que é próxima ao Hospital Heliópolis. São ruas que demonstram significados e sentimentos construídos e desconstruídos coletivamente ao longo desses anos. A Rua União é o local onde aconteceram as primeiras reuniões de moradores. Outros nomes indicam desejos da comunidade, como a Rua da Paz, e a Rua da Alegria. Há, também, os nomes que homenageiam lideranças como a Rua João Miranda, liderança e ex-presidente da UNAS, a Rua Miguel Borges, liderança do Núcleo Portuguesa e Rua Maria Ruth Sampaio, professora da FAU-USP, que deu assessoria à comunidade. As curiosidades ou controvérsias também estão nos nomes dos logradouros, como a Rua do Flamengo, em homenagem ao Flamengo do Moinho Velho, time dos jogadores/moradores, campeão do primeiro Campeonato Varzeano da Cidade de São Paulo (1962), ou a Rua Capitão Joaquim Antônio Mariano que aparece nos relatos dos moradores como um dos parentes do Senhor Geraldo Mariano, que se intitulava dono das terras (Soares, 2010, p. 43).

Já Maria Ruth Sampaio (1991) que é nome de uma rua em Heliópolis, nos conta em sua pesquisa *Heliópolis: o percurso de uma invasão* que as primeiras ocupações começaram já nos anos 1960, com a construção do Hospital Heliópolis, cujos operários construíram também os primeiros “barracos” da região. A favela de Heliópolis é conhecida como a maior favela da cidade de São Paulo e a segunda maior favela do país. De acordo com Freire:

Chamamos de *favela* no Brasil ao aglomerado de casas que foram construídas, inicialmente, com restos de material de construção, tábuas velhas, folhas de zinco, enfim com sucatas diversas, e que até bem poucos anos atrás era desprovido totalmente dos serviços de água, luz, esgoto, recolhimento de lixo e transportes (Freire, 2003, p. 226).

Esse pedaço de terra (Heliópolis) tem 1 milhão de metros quadrados, fica a cerca de 8 km do centro de São Paulo, situando-se entre um dos metros quadrados mais caros da cidade, o Bairro do Ipiranga, e outra cidade (uma das mais ricas) da região metropolitana, São Caetano do Sul.

Em 2022, os dados sobre os números de moradores são controversos e evidenciam uma disputa político-ideológica. Segundo o Censo de 2010 a comunidade seria formada por 12.105 domicílios totalizando uma população de 41.118 pessoas, mas esses números são contestados pelo Observatório Comunitário “De Olho na Quebrada”.² Segundo seu levantamento, Heliópolis é habitado por cerca de 200 mil pessoas – indicando que os critérios de contagem são diversos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera temas relacionados à infraestrutura urbana para demarcar uma localidade, assim que uma região conquista o direito ao saneamento básico, por exemplo, aquele território pode não ser mais considerado parte do bairro, passando a fazer parte de outro bairro (normalmente mais rico). Por outro lado, os moradores e moradoras da comunidade consideram, para demarcar as fronteiras e contar a quantidade de pessoas que moram lá, critérios históricos, sociais, afetivos e culturais.

Segundo informações da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS):

A maior parte dos barracos se transformou em construção de alvenaria. Hoje 90% do bairro conta com infraestrutura urbana, como serviços de água, esgoto, energia elétrica e coleta de lixo. O transporte público não entra nas vielas e becos de Heliópolis, e as pessoas se deslocam até as vias principais, onde estão localizados os pontos de ônibus. Há escolas públicas, mas não em número suficiente para atender à demanda. Há a atuação do tráfico de drogas (UNAS, 2018, p. 6).

Disputas político-ideológicas não são novidade em Heliópolis, no entanto tais disputas são parte de suas raízes históricas e permanecem até hoje, como qualquer território periférico em um contexto marcado por desigualdades sociais e luta por direitos, porém, nem sempre essa disputa foi só no campo das ideias. Por vezes chegou à concretude do cotidiano.

² Projeto da UNAS que realiza levantamento periódico com recorte em Heliópolis, assessorado por universidades como a UFABC (Universidade Federal do ABC) e a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo).

O terreno onde hoje Heliópolis está localizado foi inicialmente propriedade de diferentes grupos e fundações, muitas vezes com a finalidade de construção de casas para aposentados e pensionistas, também foi usado para outros fins, como por exemplo, as práticas de balonismo e futebol de várzea. Heliópolis era uma região rica em minas d'água, córregos e remanescentes da Mata Atlântica.

Entre 1971 e 1972, pouco depois da construção do Hospital Heliópolis, a Prefeitura do Município de São Paulo retirou 153 famílias da favela da Vila Prudente (outra região da cidade) para a construção de um anel viário e acomodou-as no que chamou de “alojamentos provisórios” que, apesar do nome, se tornariam permanentes não fosse a luta comunitária. Mais tarde, em 1978, uma nova remoção foi feita pela Prefeitura, dessa vez com mais 60 famílias que moravam na favela Vergueiro.

Pouco a pouco outras famílias foram chegando e construindo seus barracos, no entorno dos alojamentos e das minas d'água que, aliás, foram importantes para a construção do movimento social em Heliópolis, pois se tornaram ponto de encontro entre os moradores e moradoras no início da década de 1980. Ao redor das minas d'água, as pessoas acabavam se mobilizando para resolver os problemas da comunidade.

Desde os anos 1960, a ocupação de Heliópolis foi palco de diversos conflitos. Por um lado, havia as disputas com os grileiros – que impediam as ocupações com o uso da força e comercializavam terras que não lhes pertenciam, exigindo pagamento de aluguéis indevidos. De outro lado, havia os órgãos de repressão do Estado, como parte do cenário opressor imposto pela ditadura civil-militar (1964-1985).

E foi nesse contexto de lutas por condições mais dignas de vida, que surgiram as primeiras associações de moradores e lideranças comunitárias locais, o que tornou a mobilização popular em Heliópolis exemplar.

Por volta dos anos 1980, a comunidade se organizava no que chamava de Núcleos, que eram solidários entre si na luta pela terra, principal bandeira dos movimentos sociais, à época. Nos relatos das pessoas que viveram este período, é comum ouvir que se um Núcleo

estivesse ameaçado, todos os outros ajudariam a defendê-lo, com o verdadeiro sentido de comunidade. Os moradores entendiam que se uma casa fosse derrubada, todas seriam, indicando um forte espírito coletivo, com base na solidariedade. Nas palavras de João Miranda, líder comunitário local:

Aqui tem história de mutirão. Aqui o mutirão não era em laje como a gente fez depois, de encher um a laje do outro, que aí já tava num segundo processo. O primeiro processo era de bater mesmo prego no madeirite de noite, de madrugada, sabe? Pra fazer os barraquinhos pra quando chegasse a polícia de manhã, as famílias já tá com os filhos dentro do barraco (...). Eu adoro isso aqui, eu gosto muito do Heliópolis, porque aqui me deu o que eu tenho hoje, do ponto de vista do aprendizado, né? De acreditar no coletivo, de entender que não é eu sozinho que tava aqui.³

No final dos anos 1980, os Núcleos sentiram a necessidade de se unir sob uma única organização a fim de fortalecer suas reivindicações junto ao poder público, principalmente nas demandas por habitação e regularização de terras. Assim surgiu a UNAS, formalizada em janeiro de 1990, como um instrumento de voz daquelas pessoas, criada não para representar os moradores, mas por eles ser representada. Após sua formalização, a UNAS passou a desenvolver projetos sociais em parceria com o poder público e outras organizações sociais, entendendo que a moradia não era o único direito dos moradores e que sua missão era promover o desenvolvimento integral da comunidade.

Hoje, a UNAS é a maior e mais representativa organização civil local. Seus serviços, projetos e parcerias atendem a comunidade de Heliópolis e região em diversos âmbitos: moradia, educação, cultura, saúde, meio ambiente, esporte, lazer, geração de renda etc. Antônia Cleide Alves, atual presidenta da UNAS esclarece:

A gente começou a ir atrás de projeto, a gente começou voluntário. As mães tinham que trabalhar, as crianças ficavam

³ Documentário “Heliópolis: Bairro Educador”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YFZmtO7Z2Yo&t=477s&ab_channel=UNASHeli%C3%B3polis. Acesso em: 26 out. 2021.

fechadas em casa. Naquele período a violência era muito grande, as crianças na rua corriam o risco de uma bala perdida, enfim. (...) E aí nesses espaços que a gente já tinha reservado antes, os centros comunitários onde a gente fazia os encontros (...) esses espaços a gente reverteu pra poder abrir os CCAs [Centros para Criança e Adolescentes]. Então a gente atendia voluntariamente, ia atrás de doação de alimentação, depois a gente conseguia o convênio.⁴

A comunhão entre solidariedade, sabedoria de resistência às injustiças e organização política, com criação de comissões, alianças, abaixo-assinados, comunicação popular e demais práticas, fizeram da organização comunitária em Heliópolis um verdadeiro processo de educação cidadã. Essa educação acumula e constrói conhecimento sobre os direitos de todos e todas, intervindo e orientando as políticas públicas na região. Assim, Heliópolis se volta para a construção das premissas e estratégias de um Bairro Educador: um bairro que tem a educação como eixo condutor e organizador da comunidade na luta por seus direitos.

O movimento Bairro Educador também tem como origem a relação estabelecida entre a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Presidente Campos Salles e a comunidade, aprofundada pela gestão do diretor Braz Nogueira, em articulação com as lideranças comunitárias da UNAS. Ainda nos anos 1990, a escola adotou em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) dois princípios:

- **Tudo passa pela Educação:** entendendo a educação como um processo muito amplo, que abrange toda a formação dos seres humanos que se educam mutuamente, de forma que todos os espaços possuem um potencial educativo (não apenas a escola) e que a qualquer tempo, em todas as idades, se aprende. Portanto, toda a sociedade é responsável pelos processos de formação. Assim, as políticas públicas perpassam questões educacionais e a escola é uma instância importantíssima onde a educação ocorre;

⁴ Entrevista realizada em 1 set. 2021, que faz parte desta obra (Ver Capítulo 7).

- **A escola como centro de liderança:** assumindo que a sua atuação deve ocorrer de modo articulado com as lideranças da comunidade onde ela está, de modo a garantir que a escola também constitua lideranças.

Foi assim que a EMEF Presidente Campos Salles assumiu seu lugar de liderança no território. Hoje, outras escolas vão pelo mesmo caminho – ou caminhada...

E falando em caminhada, a Caminhada Pela Paz é um dos grandes marcos da articulação escola-comunidade, encabeçadas pela UNAS e pela Campos Salles. Trata-se de um tradicional evento que anualmente toma o território de Heliópolis, agregando escolas, equipamentos sociais e milhares de pessoas que saem em marcha pelas ruas e vielas do bairro para difundir os valores elaborados pelos atores sociais da região, em torno da construção de uma cultura de paz.

A Caminhada surgiu como uma proposta de ação contra a violência, após o trágico assassinato, ou melhor, feminicídio da estudante da EMEF Presidente Campos Salles, Leonarda Soares Alves, em 1999. Ao longo dos anos, a Caminhada provocou significativas transformações em Heliópolis, como a diminuição da violência e a ocupação da rua como espaço público de convivência e de reivindicação de direitos.

Dessa mobilização surgiu o Movimento Sol da Paz, que articula diversas escolas, equipamentos e projetos sociais em torno da transformação de Heliópolis em um Bairro Educador. Tem como principal lema “*A paz é de todes ou não é de ninguém*”. Além disso, também inspirou o surgimento, alguns anos depois, de outro Movimento e Caminhada Pela Paz na região, que engloba bairros como Jd. São Savério, Pq. Bristol, Vila Carioca, entre outros, onde a UNAS também atua.

Em 2007, a EMEF Presidente Campos Salles passou por mais uma transformação, na qual a metodologia da Escola da Ponte inspirou os primeiros passos de uma nova construção de seu PPP, na perspectiva da criação de espaços e tempos que valorizassem a convivência democrática de todos os atores envolvidos nos processos de aprendizagem. Assim, a comunidade escolar decidiu derrubar as paredes das salas de aula, transformando-as em grandes salões de estudo. Os professores trabalham em parceria, rompendo o isola-

mento tradicional da sala de aula que caracteriza a maioria das escolas existentes, pois com esse movimento derrubou-se também as paredes simbólicas que separam os professores e professoras entre si e essas/es das/os estudantes.

A partir dessa reorganização, transformou-se também o currículo, que ganhou cada vez mais com a participação dos estudantes, mesmo as crianças menores, potencializando suas vozes e perspectivas, além da participação das famílias no acompanhamento do PPP. Ao longo dos anos, isso se deu de várias formas, mas especialmente por meio de Comissões formadas por diferentes atores da comunidade escolar. Dessa forma, a EMEF Presidente Campos Salles abriu-se para o território, criando uma conexão mais próxima com o bairro, buscando se diferenciar dos padrões tradicionais dos processos de ensinar e de aprender e de produção de Políticas Públicas (Mesquita, 2018).

Foram acrescentados mais três princípios àqueles dois primeiros:

- **Autonomia, Responsabilidade e Solidariedade:** juntos formam um código de ética que deve balizar as ações de todas e todos, uma vez que se busca educar os sujeitos **na** e **para** a autonomia, que deve ser considerada como elemento central da educação, de modo que cada sujeito seja formado para desenvolver sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas, mas de modo responsável com sua comunidade, uma vez que a autonomia requer também o desenvolvimento do senso de responsabilidade para com o coletivo, isto é, trata-se de uma educação para o exercício da autonomia implicada na relação com o outro e com o comum, a partir da solidariedade – conceito que gera significado a todos os 5 princípios que constituem o Bairro Educador.

Ao longo dessa trajetória de anos, a relação entre escola e movimento social se fortaleceu e ambos se influenciaram mutuamente. Por isso, em 2005, a UNAS que até então tinha como principal bandeira de luta o acesso à moradia digna, incorporou ao seu Estatuto Social o movimento do Bairro Educador. Atualmente, todos os 52 projetos administrados pela UNAS (que oferecem atendimentos a cerca de 10 mil moradores e moradoras) realizam suas ações com base nos princípios do movimento. A missão da entidade é: “Contribuir para transformar

Heliópolis e região num Bairro Educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade” (UNAS, 2020, p. 6). Segundo o relatório de atividades de 2020, elaborado pela própria organização, o Bairro Educador se define da seguinte forma:

Desenvolvemos uma complexa rede de proteção social presente no bairro para que possamos afirmar a garantia de direitos humanos fundamentais. Lutamos por uma educação libertadora, cidadã, que nos ajude a construir um país mais democrático e justo (UNAS, 2020, p. 6).

Um dos elementos do pensamento e da prática pedagógicas que anima essa experiência educativa local é justamente o fato de se vislumbrar em Heliópolis, como fundamento conceitual da implantação do Bairro Educador, as concepções de Educação Integral e Cidade Educadora, consolidando uma proposta político-pedagógica que tem como estruturantes a arquitetura escolar e o patrimônio construído da cidade, a gestão democrática e o foco na autonomia do educando.

Em 2009, após anos de negociação entre a UNAS, a EMEF Presidente Campos Salles e o poder público, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) criou o Centro de Convivência Educativa e Cultural de Heliópolis (CCECH), que foi apelidado carinhosamente pela comunidade de Polo por ter uma fundamental importância na articulação de diversos atores sociais e instituições locais em torno do Bairro Educador.

Em 2012, dada a relevância da história local, foi realizado o projeto *Memórias de Heliópolis – Raízes e Contemporaneidades*, viabilizado por uma emenda parlamentar e desenvolvido pela UNAS e pela gestão do CCECH. Esse projeto tinha o intuito de recuperar, preservar e sistematizar a história do bairro, a partir do ponto de vista dos próprios moradores e moradoras que a viveram. Além disso, intencionava-se produzir material que pudesse ser usado pelas escolas, projetos e equipamentos educativos da região, estimulando que esse conteúdo passasse a fazer parte de seus currículos.

Em 2013, com apoio de outra emenda parlamentar, foi desenvolvido o projeto Kombi da Memória que, com o mesmo intuito de sistematizar e difundir a memória das/os moradoras/es de Heliópolis, realizou intervenções em diferentes pontos da comunidade.

Em 2015, o CCECH foi transformado em Centro Educacional Unificado (CEU),⁵ considerando que ambos os programas estavam relacionados, pois foram concebidos como equipamentos públicos construídos para e com a comunidade. As histórias dos CEUs e do então CCECH se encontraram, com a diferença de que, em Heliópolis, essa proposta partiu das/os próprias/os moradoras/es organizadas/os.

Desde sua concepção arquitetônica – desenhada por Ruy Ohtake e sua equipe a partir das demandas da comunidade (Ohtake, 2016)⁶ – a participação da população se fez notar nos diferentes espaços do CEU. Mas é no aspecto da gestão e na dimensão política das ações cotidianas naquele território que o CEU Heliópolis deixava a sua marca, de forma a articular sujeitos e instituições, com vistas à produção da vida solidária e cidadã no bairro (CEU Heliópolis Arlete Persoli, 2016)

O nome do CEU Heliópolis é uma homenagem póstuma à educadora Arlete Persoli, professora e gestora da rede pública municipal de São Paulo. Foi a primeira gestora do então CCECH que dedicou, cativou e empreendeu ações político-educativas na região de Heliópolis, eternizando sua obra naquele território e na cidade de São Paulo.

Até maio de 2020, o Polo tinha uma equipe de gestão nomeada pelo poder público, mas que fora escolhida pela comunidade organizada por meio de muita luta. O importante projeto de desenvolvimento local que a UNAS desenvolve, e toda a sua história de articulação na luta por direitos, permitiram que as pessoas do movimento po-

⁵ Os CEUS foram definidos como política pública municipal criada na gestão petista da prefeita de São Paulo Marta Suplicy (2000-2004), seu objetivo é estimular a presença da educação, cultura, esportes e lazer em regiões vulneráveis e desprovidas historicamente de políticas dessa natureza, fomentando processos participativos importantes e de alteração de culturas políticas no município. O CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli, que possui cerca de 50 mil metros quadrados, abriga a EMEF Presidente Campos Salles, a EMEI Antônio Francisco Lisboa, além de 3 Centros de Educação Infantil, a ETEC Heliópolis, uma Biblioteca, um Complexo Esportivo (com piscina e quadra), a Torre da Cidadania, uma *Fab Lab*, um cinema e outros espaços ao ar livre.

⁶ Ruy Ohtake também projetou de forma participativa o projeto habitacional local conhecido na comunidade como Redondinhos. Também realizou outras ações, articulando parcerias com a UNAS, como a curadoria e doação do acervo da Biblioteca Comunitária.

pular local pudessem escolher os/as gestores/as que cuidariam desse equipamento público. Um poder que tinha sido conquistado pela UNAS e que deveria ser direito de toda a população, em especial, as comunidades periféricas.

Mas, infelizmente, as conjunturas políticas mudaram e, desde 2016, esse contexto foi se tornando cada vez mais autoritário, sob um projeto político no município de São Paulo bem menos democrático que ganhou força não apenas na cidade, como em todo o território nacional (e em outros lugares do mundo). A resistência no CEU Heliópolis durou algum tempo e nesse sentido muitas lutas foram travadas. Em 2020, porém, a gestão escolhida pela comunidade organizada sofreu um golpe. Da noite para o dia, o então prefeito Bruno Covas exonerou toda a equipe sem nenhum diálogo com quem já vinha há anos desenvolvendo um importante trabalho de gestão democrática na região.

Nomeia-se essa ação do poder público de golpe por não haver transparência e justificativa sobre o motivo das exonerações, além disso, elas aconteceram de forma unilateral, com relações de mando e obediência. Não houve explicações públicas, apesar dos inúmeros pedidos da própria comunidade e muitos grupos da sociedade civil, como universidades e até mesmo parlamentares. Foi também um golpe no desejo de inversão da lógica, que volta a reinar – e que por um tempo em Heliópolis foi realidade no CEU: a de que as/os oprimidas/os – de forma dialógica – ensinem aos opressores que há outro jeito de organizar o mundo, afinal, o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, já nos alertava que:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista na falsa generosidade referida. (Freire, 2013, p. 31)

Apesar disso, a luta não parou, pois desse encontro entre escola e comunidade organizada nasceu o sonho de transformar Heliópolis em um Bairro Educador, com base nos cinco princípios que o constituem, como constam nas práticas e na missão da UNAS, no PPP da EMEF Presidente Campos Salles e no Movimento Sol da Paz (o de Heliópolis e o da região). Esse é um movimento que vem sendo construído pela articulação das lideranças da comunidade, unidades escolares, moradores, famílias, crianças, adolescentes, jovens etc. e que cotidianamente fortalecem a rede de proteção social local.

E o Bairro Educador, como estratégia política local de atuação em rede (com vínculos horizontais e verticais), vai tomando corpo como ação educativa de Educação Integral pelo envolvimento, engajamento e pertencimento local, gestada pelos sujeitos envolvidos (Fundação Padre Anchieta; Prefeitura do Município de São Paulo, 2010).

Os textos que o leitor vai encontrar ao longo desta obra são fruto de pesquisas e/ou relatos de experiências produzidos no âmbito acadêmico (na forma de tese de doutorado, dissertações de mestrado ou trabalhos de conclusão de curso de especialização), que foram desenvolvidos em diferentes contextos e com diferentes atores sociais. Alguns dos autores, aliás, ainda hoje trabalham no território, colocando em prática o sonho do Bairro Educador e outros se juntam à população local no apoio e solidariedade às lutas e conquistas de Heliópolis, em uma perspectiva de ecologia de saberes (Sousa-Santos, 1995). Essa diversidade permite variações na identificação de alguns conceitos, conforme o contexto e a época em que ocorreram as pesquisas, também apresenta diferentes olhares sobre a mesma realidade de Heliópolis como uma experiência importante e exitosa de resistência e de luta, afinal a realidade está em constante transformação.

No Capítulo 1 *De favela a Bairro Educador: o protagonismo em Heliópolis*, de autoria de Marília de Santis, fruto da dissertação de Mestrado com o mesmo título (Santis, 2018), o leitor encontrará o percurso histórico feito pela população local, guiado por lideranças comunitárias e que levou à construção do Bairro Educador.

O Capítulo 2, de autoria de Marineide de Oliveira Gomes, chamado *Direito à Educação e as Políticas para as Infâncias: lutas e resis-*

tências do Bairro Educador de Heliópolis Gomes, 2020), é resultado da dissertação de Mestrado *Políticas Públicas para a(s) infâncias: O Bairro Educador e as lutas e conquistas da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Adjacências (UNAS)*, em que se enfatiza a centralidade das Políticas para as Infâncias na região, o papel da UNAS e das mulheres na conquista do Bairro Educador, além dos impasses cotidianos enfrentados pela manutenção desse ideário comunitário.

Delma Lucia de Mesquita é a autora do Capítulo 3 *EMEF Presidente Campos Salles: dos primeiros passos à Caminhada pela Paz*, que resulta da tese de Doutorado *O exercício da cidadania desde a infância como inédito viável: saberes e sabores da experiência na EMEF Presidente Campos Sales* (Mesquita, 2018). Retrata o protagonismo de uma escola pública no contexto de produção do Bairro Educador por meio do exercício da cidadania, da abertura ao território, do reconhecimento da cultura de paz e da luta pela justiça social, assumidos coletivamente como alternativas à violência que assola as grandes cidades, em especial as regiões violentadas pelo Estado como Heliópolis.

Já o Capítulo 4, *A literatura na vida de alguém*, de autoria de Laila Sala é resumo do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, nos brinda com uma reflexão sobre as suas próprias práticas de letramento, assim como das juventudes de Heliópolis através do diálogo com diferentes gerações. As reflexões foram fruto das práticas educativas realizadas pela gestão do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli, que buscavam estimular a produção cultural e artística dos/as jovens que frequentavam o espaço, como formas de superação e de enfrentamento à difícil realidade vivida na região pelas juventudes.

O texto de Mariana Maria da Silva, no Capítulo 5 *Garantindo direitos e transformando vidas* resulta de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização e nos ajuda a compreender a luta pela vida em Heliópolis que se apresenta em diferentes nuances, passando pela formação política das mulheres e das novas gerações e as formas comunitárias encontradas para transformar a dura realidade das crianças e famílias que ali vivem, anunciando projetos e possibilidades educativos, gestados coletivamente.

No Capítulo 6, Douglas Cavalcante de Jesus, com o texto *Helipa Music: a música como ferramenta de transformação*, também fruto do trabalho de conclusão do citado curso de Especialização, elabora uma reflexão sobre a importância de um projeto cultural local, na área da música, com foco no *Hip Hop*, o *Helipa Music*, que potencializa a vida em Heliópolis, através de ações culturais que visam ampliar a expressão e as vozes de adolescentes e jovens, com vistas ao incentivo de formas de resistência e de vislumbre de outras perspectivas de convívio social, de forma colaborativa e solidária.

E por fim, Antônia Cleide Alves, liderança de Heliópolis que está na luta na região desde os primeiros movimentos de moradia local e que atualmente preside a UNAS, dialoga com Laila Sala, no Capítulo 7 *A gente precisa ser gente*, em que apresenta um testemunho pessoal do processo de engendramento dos movimentos sociais locais de resistência por uma vida digna, nos quais a Educação é peça-chave. Cleide também nos alerta sobre a necessidade inexorável de sermos todos enxergados como humanos, como gente.

O intuito deste livro é tornar público parte do conhecimento produzido (que é sempre provisório) sobre o Bairro Educador de Heliópolis para todos e todas que queiram conhecer melhor aquela realidade. Também busca o aprofundamento na análise de temas que constroem e ao mesmo tempo provocam alternativas gestadas em comunidade. Além de inspirar outras soluções encontradas por sujeitos que ousam construir um mundo mais humano e justo nas frestas e possibilidades dialéticas que são forjadas no dia a dia das lutas dos “de baixo”.

Trata-se aqui da junção de saberes populares e acadêmicos que buscam diálogos e transversalidades. Na caminhada do diálogo e na construção de interfaces e redes de colaboração educacionais, ressaltamos a importância dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Especialização em Alternativas para uma Nova Educação (ANE), de responsabilidade da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR – Litoral), que contou com a participação de educadores e educadoras de Heliópolis, por meio do registro, problematização e sistematização de ações educativas locais, no âmbito de um projeto transformador de práticas de ensino superior, em uma perspectiva integrada, cons-

truída junto às populações e não sobre elas, o que colabora para o fortalecimento de uma educação significativa, transformativa, solidária, inclusiva, ética e colaborativa (UFPR Litoral, 2008).

E é na História como possibilidade que buscamos referências para criar-criar o novo, promovendo condições para compreender o presente e, ao mesmo tempo, vislumbrar perspectivas futuras e, nesse aspecto, Heliópolis faz escola ao nos ensinar, na prática, que um outro mundo é possível.

Parafrazeando a canção, Nos Bailes da Vida, de Milton Nascimento, foi assim que os/as autores dos textos deste livro construíram suas reflexões, buscando o caminho que vai dar no sol, com a roupa e a alma repletos do chão de Heliópolis, a Cidade do Sol, pois “todo artista tem de ir aonde o povo está/ Se foi assim, assim será/ Cantando me desfaço, não me canso/ De viver nem de cantar”.⁷

Assim nasceu a presente obra de arte, de música, de reflexões, de sonhos e esperanças, que revela um lugar, um tempo e muitos sentidos, “*Onde antes só havia chão*”: *A história como possibilidade no Bairro Educador, Heliópolis*.

Referências

CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO HELIÓPOLIS ARLETE PERSOLI. *Projeto Político Pedagógico*, 2016. Disponível em: https://issuu.com/ceuheliopolis/docs/projeto_politico_pedagogico_ceu_h. Acesso em: 1 nov. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, A. M. A. Notas. In: FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA; PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Vídeo – Documentário Heliópolis: Bairro Educador*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YFZmtO7Z2Yo>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GALLO, M. *A parceria presente: a relação família-escola numa escola da periferia de São Paulo*. São Paulo: LCTE, 2009.

GOMES, M. O. G. *Políticas Públicas para a(s) infância(s): o Bairro Educador e as lutas e conquistas da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Adjacências (UNAS)*. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil), 2020. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/17319/2/TFLACSO-2020MOG.pdf>- Heliópolis – Partes 1 e 2. Acesso em: 20 abr. 2022.

⁷ NASCIMENTO, M. *Música: nos bailes da vida*. Álbum: Caçador de Mim, 1981.

MESQUITA, D. L. *O exercício da cidadania desde a infância como inédito viável: saberes e sabores da experiência na EMEF Presidente Campos Sales*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14122018-085630/publico/DELMA_LUCIA_DE_MESQUITA_rev.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

NASCIMENTO, M. Música: nos bailes da vida. Álbum: Caçador de Mim, 1981.

OTHAKE, R. *Arquitetura para pessoas*. São Paulo: Associação para o Patronato Contemporâneo (APC), 2016.

SAMPAIO, M. R. A. *Heliópolis: o percurso de uma invasão*. 1991. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SOARES, C. C. *Heliópolis: práticas educativas na paisagem*. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – São Paulo, FAU-USP, 2010.

SANTIS, M. *De favela a Bairro Educador: protagonismo comunitário em Heliópolis*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho-SP, 2014. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/779/1/Marilia%20de%20Santis.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

TV CULTURA. *Vídeo: Estrada das Lágrimas, 1400*, 1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhXtiiWgAYQ>; Acesso em: 16 fev. 2022.

TV CULTURA, *Vídeo: Retratos de Genésia*, 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O3qBmdUGUpo>; Acesso em: 16 fev. 2022.

Entrevista realizada com Antônia Cleide Alves, presidenta da UNAS em 2022, em 01/09/2021. (Não publicada).

UNAS – UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE HELIÓPOLIS E ADJACÊNCIAS. *Sítio Institucional*. Disponível em: <https://www.unas.org.br/institucional>. Acesso em: 10 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL. *Projeto Político Pedagógico: Educação é a nossa praia, 2008*. Disponível em: http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

1 | DE FAVELA A BAIRRO EDUCADOR: O PROTAGONISMO COMUNITÁRIO EM HELIÓPOLIS

| Marília de Santis

Introdução

Realizada no âmbito do mestrado profissional, esta pesquisa – valendo-se de sucessivas etapas de investigação e distintas metodologias, técnicas e procedimentos – buscou desvelar as formas pelas quais ocorre a participação nos movimentos populares organizados em Heliópolis, aqui entendida como o protagonismo social que se coloca em parceria com o poder público para a efetivação de políticas educacionais. Esses mecanismos de participação comunitária se estabeleceram na região como um projeto de transformação da favela em Bairro Educador e se circunscreveu aos equipamentos educativos e culturais situados na localidade e à União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e região (UNAS), associação de moradores que representa a comunidade.

Encontramos guarida para a reflexão nos princípios elaborados por Paulo Freire, cujas referências estão na educação democrática e cidadã – ou, simplesmente, educação popular. Freire propõe uma pedagogia que

estímulo a colaboração, a decisão, a participação, a responsabilidade social e política, e, acima de tudo, a constituição de um sujeito autônomo. Afirmar a educação como um ato de transformação, quando ela estimula o povo a engajar-se na vida pública, e destaca a importância da dialogicidade para desencadear a análise crítica sobre a realidade.

A pesquisa referenciou-se, portanto, nessas concepções de construção de uma pedagogia elaborada com o oprimido, e não para o oprimido. Tal escolha encontra-se em consonância com as práticas historicamente construídas também pelos atores da comunidade de Heliópolis, aqui tomados como sujeitos de pesquisa, que em seus processos formativos procuram se fundamentar neste preceito.

No processo educativo que se desenvolve em Heliópolis – mais de conquistas e parcerias que de favores governamentais –, as lideranças comunitárias locais foram constituindo novas referências simbólicas e práticas de atuação na comunidade local, inovadoras formas de ação e de relacionamento políticos, inéditas propostas de reforma urbana e uma visão mais integrada e dignificadora das dimensões político-pedagógicas da cultura e da educação.

O bairro, caracterizado como favela e que resulta da luta por moradia e serviços públicos, foi conquistando, gradativamente e num modelo de corresponsabilidade partilhado entre comunidade e governos, a infraestrutura necessária ao desenvolvimento socialmente mais harmonioso daquele enclave urbano e à melhoria das condições de vida de sua população, num verdadeiro processo de aprendizado cidadão. Escola técnica, projetos pedagógicos, educação básica, atividades culturais passaram a fazer parte da realidade local e a envolver seus cidadãos na mobilização socio comunitária, intervindo e mesmo orientando o desenho das políticas públicas para a região.

Políticas Públicas e Articulação Escola-Comunidade

O desenvolvimento do Bairro Educador teve como precursora a EMEF Presidente Campos Salles, escola da região que desde 1995 articula-se com as lideranças locais para transformar-se em centro de luta pela efetivação de direitos. Há mais de duas décadas essa escola se articula com a maior associação de moradores de Heliópolis.

Juntas, UNAS e Campos Salles, promovem, por exemplo, a Caminhada pela Paz, que agrega milhares de pessoas para difundir os valores elaborados pelos atores sociais da região em torno da construção de uma cultura da paz. Além disso, ao longo dessa trajetória, a relação entre escola e movimento social se fortaleceu, ao ponto de a UNAS incorporar ao seu estatuto os cinco princípios norteadores da EMEF. Atualmente, todos os projetos administrados pela UNAS – Centros da Criança e do Adolescente e Centros de Educação Infantil, entre outros – oferecem atendimentos à população de Heliópolis com base nesses cinco princípios, que são: tudo passa pela educação, escola como centro de liderança, autonomia, responsabilidade e solidariedade.

Essa relação entre escola e movimento social, estabelecida em torno da ampliação de espaços e tempos de educar, permitiu propor ao poder público municipal a construção de um Centro de Convivência nas imediações da escola, resultando na construção de um polo educacional e cultural na região. Tal articulação modificou tanto a escola quanto o movimento, porque a partir de uma relação muito próxima ambos passaram a trabalhar juntos na luta por políticas públicas que buscam o desenvolvimento comunitário ancorado na educação integral como direito inalienável e fator indispensável de humanização. Entre 2009 e 2020 o Centro, elaborou e desenvolveu projetos educacionais e culturais por meio de uma gestão compartilhada entre municipalidade e lideranças locais, com o intuito de transformar Heliópolis em um Bairro Educador.

Um dos elementos do pensamento e da prática pedagógica que anima essa experiência educativa é justamente o fato de se vislumbrar em Heliópolis, como fundamento da implantação do Bairro Educador, as concepções de educação integral e cidade educadora, consolidando uma proposta pedagógica que considera arquitetura escolar e patrimônio construído da cidade, gestão democrática e foco na autonomia do educando como princípios fundantes de sua proposta político-pedagógica.

Educação Integral como Fundamento Pedagógico

Se nos anos 1920 e 1930 encontramos, na história do integralismo, a ideia de uma educação cujo sentido é garantir controle social e proces-

sos de hierarquização, como formas de conversão moral do indivíduo para servir aos interesses do Estado, nos modelos progressistas do mesmo período revela-se outra concepção: trata-se de um processo intencional que objetiva formar indivíduos cooperativos, autônomos, criativos e participativos. São estes últimos que geraram a concepção de Educação Integral e orientaram a proposição do Bairro Educador de Heliópolis.

No Brasil, o movimento de renovação da escola da primeira metade do século XX teve em Anísio Teixeira seu maior expoente. O legado deixado pelo educador baiano se refere a um entendimento de educação pública que amplia a formação escolar, articulando-a a dimensões mais amplas como a cultura, a socialização, a preparação para o trabalho e a cidadania, assim como implica a defesa do aumento da jornada escolar. Sob a influência das ideias de John Dewey, Anísio rompe com o ideário cívico-sanitário imperante na educação brasileira da época; dissemina a crença de que protagonismo e ativismo individuais são peças-chave dos processos educativos e postula o enfrentamento das situações pedagógicas problemáticas por meio de formas não padronizadas, dinâmica de enfrentamento pela qual se produz o pensamento reflexivo. Descarta, assim, a possibilidade de uma linha de evolução de sentido positivista, cujos caminhos estariam previamente definidos por uma filosofia determinista da história.

Anísio participou da discussão nos anos 1920 em que intelectuais brasileiros anteviam a possibilidade de a expansão do ensino às massas populares, e o conseqüente encurtamento do período escolar (por razões econômicas) ocasionarem a perda da qualidade. O que se seguiu nas décadas posteriores, a despeito da crítica e da resistência, foi a ampliação do número de unidades e vagas e a redução da jornada escolar discente em escolas de até quatro turnos, configurando o padrão de funcionamento do sistema educacional ainda hoje.

Se desde a década de 1930 as ideias de Anísio repercutiam no debate nacional, foi nos anos de 1950 que elas tomaram concretude, com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, um complexo de quatro escolas, para 4 mil alunos, e uma escola-parque anexada à sua estrutura arquitetônica, que completava o horário de aula-classe, de modo que o aluno passava o dia todo na escola. As críticas à época se refe-

riam aos custos do projeto, no entanto, a experiência tornou-se um marco por, entre outros feitos, incorporar a reflexão sobre espaços arquitetônicos à educação.

A concepção de educação integral ficou esquecida no Brasil por cerca de 20 anos, quando, na década de 1980, Darcy Ribeiro apresentou o programa do Centro Integrado de Educação Pública do Rio de Janeiro (CIEP), com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Inspirado no modelo dos CIESP, em 1991 o governo Collor criou os Centros Integrados de Atendimento às Crianças (CIACs), com o objetivo de prover a educação fundamental em tempo integral por meio de programas de assistência à saúde, lazer e iniciação ao trabalho, entre outros. Os Centros de Educação Unificado (CEUs), implantados na cidade de São Paulo na gestão de Marta Suplicy a partir de 2002, resultam de toda essa tradição de Educação Integral brasileira.

As experiências nacionais fundadas no ideário da Educação Integral unem no mesmo debate questões que relacionam arquitetura, espaço público e currículo, que se tornaram indissociáveis, e sob tal inspiração buscam incorporar essas questões aos serviços essenciais com vistas à emancipação de parcelas populacionais historicamente oprimidas. Infelizmente, o caráter revolucionário que abarca a discussão curricular e de gestão acaba por ser desmontado em razão da troca de grupos políticos no poder, restando, no final das contas, um espaço arquitetônico na maior parte das vezes desprovido do sentido original que o criou.

O *Locus* da Educação: a Cidade Educadora

Um dos fundamentos da concepção de Educação Integral se ancora na pulverização de espaços educativos, já que a escola não é o único local onde é possível produzir conhecimento. Os tempos e espaços em que os indivíduos se educam são permanentes e múltiplos: durante toda a vida, em diferentes ambientes, em interação com inúmeros agentes. Nesse sentido, a cidade se apresenta como o *locus* mais profícuo de possibilidades de aprendizagem, lugar das relações sociais, das diferenças, da cultura, da vida política, do conhecimento, e não apenas de reprodução das relações econômicas de produção.

O debate sobre as cidades e a possibilidade de uma efetiva articulação política de âmbito mundial se intensifica no final do século XX: em Barcelona, nos anos 1990, desenvolve-se um movimento que toma por suposto o caráter educativo intrínseco às cidades; em 1994, criou-se a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), cujo objetivo é promover o cumprimento dos princípios da *Carta das Cidades Educadoras*. Nesse documento, a cidade é entendida como um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, uma vez que comporta elementos importantes para uma formação integral. O argumento central para a escolha da cidade enquanto esfera de poder se baseia no fato de que o sistema municipal, por sua proximidade com os cidadãos, é o mais aberto e transparente, o mais próximo da cidadania – a cidade constitui, por si mesma, uma escola de cidadania, e seu potencial educativo se dá com a intencionalidade educativa na forma como ela é apresentada a seus cidadãos.

A educação preconizada pela *Carta* se insere na perspectiva da Educação Integral porque prevê uma formação sempre renovada tanto para crianças quanto para adultos, dado que todos necessitam, igualmente, estar em formação ao longo de toda a vida. Cabe a uma Cidade Educadora promover o equilíbrio entre identidade e diversidade, e aceitar as contradições propondo processos de conhecimento, diálogo e participação como um caminho idôneo para a convivência.

Há alguns anos a participação das cidades brasileiras no movimento das Cidades Educadoras foi expressiva, e a articulação de políticas intersetoriais para projetos de cunho educativo representou um discurso hegemônico dos planos de governo nos anos anteriores aos governos Temer – Bolsonaro, assim como nos governos anteriores a Bruno Covas/ Ricardo Nunes, no âmbito da cidade de São Paulo.

Representações das lideranças comunitárias em Heliópolis

As lideranças comunitárias de Heliópolis constituíram-se no movimento social local, ao longo de anos de luta por infraestrutura urbana. O percurso trilhado por elas, desde o início do processo, ultrapassou a luta por moradia: segundo relato dos primeiros moradores do

território, ainda na gênese da favela, a comissão de moradores que se constituiu reservou, preventivamente, alguns espaços de terra para a construção de escolas e postos de saúde. Segundo relatos desses primeiros moradores, a experiência do Bairro Educador já acontecia antes mesmo de o conceito ser elaborado, como decorrência da compreensão de que as políticas públicas deveriam ser formuladas de forma intersetorial e em parceria com a população.

A estreita relação entre a gestão da EMEF Presidente Campos Sales e a UNAS gerou possibilidades de reflexão sobre práticas que apontam para a concretização desses antigos anseios da população local: a trajetória do diretor Braz Nogueira dentro do movimento social já constituído em Heliópolis, contribuiu, ao longo dos anos, para a construção de uma prática de reflexão sobre as ações da militância, e parece ter preparado o terreno para que a UNAS pudesse, finalmente, elaborar percursos pedagógicos nas ações que desenvolve. Paulo Freire (2011, p. 167) explicita a importância da construção de uma teoria que se faz na prática:

Se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu quefazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine.

O encontro entre o povo e a liderança transformadora é, em Freire, alavanca para a ação pedagógica, uma vez que cabe à educação problematizar o futuro para que a utopia de um mundo melhor se mantenha viva. Segundo o autor, seria ingenuidade pensar que a educação consiga suprimir todas as injustiças e opressões presentes no mundo, mas seria igualmente ingênuo acreditar que ela não promova mudança alguma. Porque somos seres incompletos, inacabados e inconclusos, há a possibilidade de transformação. O papel histórico dos homens, desse modo, adquire em Freire um lugar relevante: por não estarmos determinados, estamos abertos ao ‘inédito viável’, e, por conseguinte, seria inconcebível um mundo sem sonho: “[...] a compreensão da história como possibilidade e não como determinismo seria ininteligível sem o sonho, assim como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega.” (Freire, 2011, p. 92).

A importância do desempenho das lideranças comunitárias de Heliópolis repousa fundamentalmente no empenho que fizeram e fazem para mobilizar as pessoas a movimentarem-se em direção à utopia da construção de um mundo mais justo. O papel que desempenham ultrapassa a articulação política que realizam entre população local e governo – os líderes comunitários retratados na pesquisa constituíram-se como tais porque acreditam que as ações que promovem significam uma possibilidade concreta de transformação social. Essas pessoas sabem que o processo de construção política que assumem para si ocorre coletivamente, em relações dialógicas.

O papel das lideranças, nesse sentido, é pedagógico e aponta para a ideia de libertação. Ideia que, de acordo com Freire, seria impensável se restrita a círculos de segurança que aprisionam a realidade, já que os homens precisam se libertar pela política, ou melhor, por uma pedagogia que se vê como ato político. Freire concebe o espaço do diálogo entre adultos que problematizam, desvelam e significam o mundo como um espaço público-político onde se constrói um determinado conceito de liberdade. Para que tal espaço se constitua, deve haver amor, humildade, fé nos homens – na sua vocação de ser mais, esperança – que está na própria essência da imperfeição dos homens que os leva a uma eterna busca, pensar verdadeiro – pensar crítico que percebe a realidade como um processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático.

As lideranças comunitárias de Heliópolis validam sua autoridade, muitas vezes, em função do comportamento dialógico que mantêm entre si. Algumas características comuns aos atores entrevistados permitem compreender o protagonismo comunitário em Heliópolis. Muitas das lideranças constituídas na UNAS são históricas, ou seja, estão no movimento local há muitos anos, participaram da fundação da favela e, posteriormente, da associação dos moradores. O percurso trilhado por cada uma delas dentro do movimento social, as relações afetivas que travaram entre si, o aprendizado que tiveram em anos de reuniões, assembleias, marchas, atos, ocupações, enfrentamentos, entre outras tantas ações coletivas, conferem certa unidade ao funcionamento da entidade nos dias de hoje. Embora possamos identificar entre elas níveis hierárquicos nas relações de trabalho e militância,

observamos também um esforço muito grande para que os espaços de participação sejam mantidos e preservados.

Podemos afirmar também que outro aspecto relevante do perfil das lideranças comunitárias de Heliópolis, e que lhes confere autoridade, seja a coragem. Para Braz, uma das funções da escola e das lideranças da comunidade é libertar as pessoas do medo: “[...] uma das minhas grandes aprendizagens aqui em Heliópolis foi que o medo é mais perigoso do que a coragem [...] o medo que vai aumentando e que às vezes paralisa, ele é mais perigoso que a coragem”. (Santis, 2014, p. 125)

Quando Braz fala do medo que paralisa as pessoas, ele se refere tanto ao histórico combate à violência presente em Heliópolis quanto à crença de que é necessário ter coragem para desvelar o mundo e provocar mudanças nele, em comunhão com seus pares. Em consonância com Freire (2011, p. 37), que afirma:

O radical, comprometido com a libertação dos homens não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar.

À esse princípio de relação dialógica, corajosa e potencialmente transformadora, junta-se a concepção de Educação Integral, ancorada nos preceitos da convivência harmônica entre os sujeitos, entendidos em todas as suas dimensões. Dentre os depoimentos, encontramos uma concepção de educação que valoriza os saberes locais e a capacidade de mobilização popular dos educadores da localidade. A compreensão de que a educação não se restringe aos espaços escolares e que educador não é somente o professor, mas inclui o agente social comprometido com mudanças culturais, é recorrente nas falas dos entrevistados.

À época da realização das entrevistas para a pesquisa, as lideranças locais apontavam a proposição de um – Centro Educativo e Cultural – posteriormente convertido em CEU Heliópolis Prof^a Arlete

Persoli – ao poder público e a sua efetivação como uma das maiores vitórias políticas no que se refere à implementação do Bairro Educador. Demonstravam senso de responsabilidade para com este local, tanto na participação de sua gestão quanto na manutenção financeira das atividades que lá acontecem, como discorre Genésia:⁸

Falei do Ruy Ohtake, desse projeto que ele fez, gratuito, em nome da comunidade de Heliópolis; a Arlete está aqui, não foi fácil também, mas conseguimos. Falei: ‘o Polo está lá, lindo e maravilhoso’, mas a gente olhou um pra cara do outro e falou: ‘e aí? Vai fazer o que aqui? É um elefante branco, não tem nenhuma atividade aqui, não tem nenhum investimento. Pra ter atividade tem que ter grana, e aí? Como é que fica isso?’ Tudo passa pela questão financeira, e a gente teve que apelar para vários partidos, levar proposta de emenda parlamentar pra investir no Polo pra que ele funcionasse, pra desenvolver essa comunidade.

Após a exoneração da equipe gestora do CEU, em 2020, houve uma grande mobilização que envolveu, além das lideranças da UNAS e educadores de Heliópolis, a academia e alguns parlamentares. Ato de repúdio, solicitações de reuniões com o poder público, cartas e manifestos não foram suficientes para que o governo daquela época explicasse à comunidade o ato que desconsiderou toda a construção político-pedagógica aqui retratada. Entretanto observamos que ao longo dos anos 2020 e 2021, mesmo durante a Pandemia de COVID-19, a articulação entre equipamentos socioeducacionais, movimentos sociais e escolas públicas da região segue sendo articulada pela diretoria da UNAS, com a manutenção de ações de formação e mobilização desenvolvidas em diversos espaços do território.

Considerações finais

A experiência de formulação e implantação do Bairro Educador de Heliópolis pode ser compreendida como uma estratégia de consolidação do protagonismo comunitário com base nos fundamentos po-

⁸ Neste trecho da entrevista Genésia conta sobre uma conversa que teve com as arte-educadoras que ministram aulas de teatro nos CCAs da UNAS.

lítico-pedagógicos da Educação Integral e do Movimento das Cidades Educadoras. Ele advém do ideal de que as políticas de desenvolvimento devem ser demandadas pelo povo, que habita comunidades territoriais, e de que o governo, como entidade representativa desse mesmo povo, deve realizá-las em articulação com as comunidades, concretizando o dístico “pensar global e agir local”. O sucesso do projeto, ancorado no resgate dos sentimentos de comunidade e de solidariedade social, requer, portanto, a conscientização das pessoas envolvidas e a permanente busca pelo pensar e fazer autônomos dos sujeitos. O que as lideranças comunitárias pretendem conquistar é a garantia do direito fundamental à participação política efetiva, elemento indispensável ao processo de desenvolvimento e consolidação da democracia brasileira.

O alicerce ideológico pelo qual agem os atores de Heliópolis é o que nomeamos Educação Integral, aquela que possibilita a formação do sujeito político, autônomo e solidário, no âmbito de uma proposta pedagógica delimitada pela territorialidade urbana, a cidade, que se exerce efetivamente no espaço de vida comunitária, que são seus bairros e distritos, numa estratégia de parceria com os poderes públicos. Dessa relação entre governos e sociedade civil organizada surgiram inúmeras experiências criativas e com potencial para promover verdadeiras transformações sociais. Entretanto, elas precisam de uma articulação política clara e definida entre governos e comunidades para que se tornem um projeto político-pedagógico e, assim, constituam um projeto educacional.

A escola é referenciada, em toda a trajetória da Educação Integral brasileira, como o polo catalisador dos processos educativos e culturais engendrados pela sociedade como um todo e como instituição central que deve liderar as ações promotoras de uma educação que a supere. Mas a escola brasileira de hoje ainda se submete a uma estrutura organizacional que muitas vezes a impede de liderar, de fato, processos educativos mais amplos, vinculados aos espaços de vida comunitária. A cultura escolar predominante no país também dificulta a incorporação de um ideário que valorize o saber popular e a participação da comunidade nas escolas, a despeito da vigência, há alguns anos, do princípio da gestão democrática.

A experiência que acontece em Heliópolis se revela como um processo de resistência e empoderamento de agentes sociais historicamente marginalizados, no sentido de que eles se organizam para reivindicar políticas públicas para a região, assim como a participação efetiva na gestão das instituições públicas que atendem à população do território. Profissionais da educação e líderes comunitários, inspirados por toda uma tradição teórico-política progressista, empenham-se em formular um novo modelo de educação para além da própria escola.

Referências

- ANTUNES, Â.; PADILHA, P. R. *Educação Cidadã, Educação Integral* – fundamentos e práticas. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- CAVALIERE, A. M. *Anísio Teixeira e a Educação Integral*. Paideia. Maio/ago. 2010, v. 20, n. 46, 249-259.
- DEMO, P. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro, 2004.
- SANTIS, M. *Heliópolis: da Favela ao Bairro Educador*, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, UNINOVE, 2014.
- FREIRE, P. *Educação permanente e a Cidade Educativa* – documento. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1991.
- FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, P. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- MOLL, J. *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- PADILHA, P. R. *Educação com qualidade social: a experiência dos CEUs de São Paulo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.
- SILVA, V. Qualidade na educação e a ideia de uma formação pública. Brasília: *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*, v. 90, n. 226, 2009.
- SOARES, C. C. *Heliópolis: práticas educativas na paisagem*. 2010. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TEIXEIRA, A. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987 (original publicado em 1936).

2

DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A(S) INFÂNCIA(S): LUTAS E RESISTÊNCIAS DO BAIRRO EDUCADOR DE HELIÓPOLIS/SP

Marineide de Oliveira Gomes

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo

Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.

Vinícius de Moraes, 1959

Introdução

O texto trata de pesquisa desenvolvida em Heliópolis sobre as Políticas para as Infâncias que objetivou analisar o papel e as influências da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e região (UNAS) e do Bairro Educador – como rede colaborativa no território de Heliópolis – atuando na produção de Políticas Públicas de Educação, a partir da segunda metade da década de 1990.

Os movimentos sociais urbanos (Ghon, 2011) emancipatórios localizados em regiões vulneráveis, considerados, no âmbito desta pesquisa, como sujeitos e não objeto ou problema de Políticas, passam a exigir novas funções e relações com o Estado, governos e com as Políticas Públicas. Estratégias como o Bairro Educador ou Territórios Educativos, com atuação por meio de redes de colaboração em territórios, que têm a Educação, em especial as unidades educativas, como centros de liderança comunitária, se apresentam como alternativa importante no processo democrático de produção diferenciada de Políticas Públicas em geral e de Políticas Públicas para a(s) Infância(s), em particular.

Nesse quadro social que expressa a condição de profunda desigualdade no país, Fanon (1968) nos alerta de que nas sociedades pós-coloniais, como o caso brasileiro, desfavorecem a compreensão e a consciência mais alargada pela população sobre classe social, devido a dessemelhança e a não identificação coletiva nos processos de descolonização de homens novos que deveriam fazer o seu próprio caminho, ao mesmo tempo em que vê nas classes populares, a possibilidade de construção de um processo de descolonização real e de uma história coletiva.

Na atualidade, no mundo e no Brasil, há uma infinidade de versões acerca das formas que foram tomando os movimentos sociais com pautas identitárias, de liberdade de expressão, contra preconceitos e por benefícios públicos (entre outras), havendo dificuldade de identificar quais movimentos sociais representam meras revoltas ou rebeliões, sem permanência temporal e adensamento político (Gohn, 2013).

O sentido de território assume, na pesquisa, a concepção de Santos (2000) que envolve mais que a localização geográfica, mas antes, as relações de poder ali concentradas e a valorização dos sujeitos no espaço geográfico e, no caso da pesquisa realizada em Heliópolis, se faz importante destacar as relações dos sujeitos “feito desiguais” (Arroyo, 2010) com os poderes públicos e as instituições daquela localidade, resultante (entre outros aspectos) da apropriação do espaço por parte deles.

Em se tratando de território educativo, Singer (2018) destaca quatro características interligadas para que um território seja compreendido como território educativo: (i) deve ser fruto de participa-

ção de todos os agentes do território; (ii) o território é parte do currículo da escola; (iii) as oportunidades educativas são multiplicadas a partir do território educativo; (iv) ser um ambiente articulador de vários setores sociais (educação, saúde, cultura, assistência social etc.). Tais características estão presentes em Heliópolis, ao longo das lutas e resistências desenvolvidas naquele território.

É na favela (como os moradores preferem denominar) que o movimento por moradia, inicialmente, vai construindo possibilidades de melhoria da condição de vida local e a Educação e as políticas para as infâncias ocuparam e ocupam papel central, por meio de lutas e conquistas que merecem ser conhecidas (Gomes, 2020).

“Sujeitos feito desiguais”, movimento social, escola pública e educadores desafiam as Políticas Públicas (em geral) e para as infâncias

A globalização corporativa neoliberal se privilegia de mercados externos fazendo uso do território (entendidos como o chão/lugar e as identidades ali construídas) como celeiro especulativo. Dessa forma, aprofunda as diferenças regionais, promovendo crescimentos desordenados e não sustentáveis que, assim, resultam em desigualdades econômicas e sociais e degradação ambiental. Santos (1998) considera que uma das saídas para resistir a esse processo desumano é também a globalização, mas dos movimentos sociais, de forma que se dê atenção às condições básicas de existência a um grande contingente populacional.

O autor entende por ‘globalização por debaixo’, as redes organizadas globalmente, de forma sistêmica, com flexibilidade, fluidez e autonomia, desafiando os limites e superando os papéis do Estado, Governo e Sociedade, sobretudo quanto às estruturas enrijecidas de burocracias hierarquizadas e verticalizadas. Nesse aspecto, tomamos aqui as palavras do autor (Santos, 2017, p. 16), referindo-se à condição dos negros no país e que se aplica ao caso de Heliópolis. É nesse sentido que no Brasil os negros ainda sorriem e vão começar a ranger os dentes.

Heliópolis começou a ranger os dentes, saindo progressivamente de uma condição de subalternidade, isto é, de uma população fave-

lada que migrou de uma região de São Paulo para outra região, na ilusão da garantia do direito à terra, para uma condição de sujeitos que reivindicam e conquistam direitos, alçando forte protagonismo social, desde a apropriação do espaço pelos moradores, na forma de organização comunitária em torno da UNAS e sua articulação com uma das principais escolas públicas da região, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Salles.

Assim, o Bairro Educador, como estratégia política local de atuação em rede (com vínculos horizontais e verticais), vai tomando corpo como ação educativa de Educação Integral pelo envolvimento, engajamento e pertencimento local, gestada pelos sujeitos envolvidos (internos e externos à referida escola pública), ancorado nos princípios inspirados na Escola da Ponte, na própria experiência popular local e no Movimento das Cidades Educadoras que concebem a educação como o centro do processo educativo naquele território; a escola como centro de liderança comunitária e que a autonomia, a responsabilidade e a solidariedade deveriam fazer parte das relações humanas que envolvem as ações educativas, ressaltando a ideia de que tudo passa pela Educação (Fundação Padre Anchieta; Prefeitura do Município de São Paulo, 2010).

A proteção às crianças e a garantia da condição do direito à(s) infância(s) representam um marco nas sociedades ocidentais. Tendo por base a compreensão das crianças pela forma como vivem sua(s) infância(s) como construção social, a Educação vincula-se aos contextos históricos, sociais, territoriais e sociais, com possibilidades de variações culturais, de gênero, raça e socioeconômicas (Sarmiento, 2015; Botto e Aquino, 2019; Gomes, 2021; 2018a; 2018b) e por essa razão, usamos a expressão ‘infância(s)’, pois a depender do lugar e da posição social que ocupa na sociedade, as crianças podem viver (ou não) a(s) infância(s), como tempo de ser criança, de formas diferentes. De acordo com Gomes (2018a, p. 7):

As conquistas na área da infância e da educação infantil nas últimas décadas no Brasil representaram um avanço no campo do direito à educação de crianças pequenas, seres que historicamente estiveram invisibilizadas e inaudíveis, sobretudo em ambientes institucionalizados em que a primeira e última palavra foram (e continuam sendo) prerrogativa dos adultos.

Arroyo (2010) lança um olhar sobre a condição social e educacional brasileira, de profundas desigualdades, fazendo quatro perguntas: (i) quando essas desigualdades revelam uma nova qualidade? (ii) quando os coletivos (feito desiguais) se afirmam como sujeitos de Políticas? (iii) qual o novo papel do Estado e de suas políticas de gestão e controle dos processos de afirmação política desses coletivos?; (iv) estaríamos avançando para a refundação do Estado e das Políticas?

Para Arroyo (2010) os sujeitos/cidadãos em geral, têm potencialidades para desenvolver-se, mas historicamente tornaram-se desiguais. Nas Políticas Públicas, ao não situar e identificar quem são esses sujeitos, eles correm o risco de tornarem-se invisíveis, uma massa amorfa, sem rosto, quando é sabido que tais populações têm cor, classe, gênero e lugar. Dessa forma o autor desloca o lugar desses sujeitos feito desiguais como problema, para o lugar das soluções, como desigualdades ressignificadas, o que supõe considerar que tais sujeitos se sabem vítimas (e lutam) pelo fim das desigualdades, ao mesmo tempo que afirmam suas opções pela justiça, igualdade, equidade e emancipação e também por considerar que o processo de produção de desigualdades não é estático, uma vez que as desigualdades são construídas na produção da existência humana e que são abissais e polarizadas (sucesso x fracasso; ignorância x racionalidade etc.).

Arroyo (2010) considera ainda que todos os sujeitos são políticos e não sujeitos de políticas e que há territórios em disputa nesse jogo, sendo urgente e necessário redefinir e superar: (i) a visão dos “sujeitos feito desiguais” como destinatários de Políticas benevolentes e caritativas; (ii) a importância de mais que escutar suas vozes, reconhecer as suas ações coletivas como formas de intervenção política, alargando e aprofundando as funções do Estado, repolitizando o campo e o papel do Estado e do processo de produção de Políticas Públicas.

Importante considerar que do ponto de vista do direito à educação, as Políticas Públicas no Brasil, sobretudo aquelas dirigidas às infâncias, embora com inegáveis avanços nas últimas décadas, não superaram a lógica de estratégia de alívio e da compensação da pobreza (Algebaile, 2009; Oliveira e Duarte, 2005), não representando ainda na sociedade atual, um valor público, capaz de produzir saberes que possam fundamentar políticas universais, de Estado, com continui-

dade e processos avaliativos e não Políticas de governo, temporárias, descontínuas e efêmeras. Exemplo dessa condição é o Programa Bolsa Família, criado em governos progressistas, em nível federal, como políticas focalizadas (não universais) que atualmente se submete ao manejo de políticas (des)governadas e descomprometidas com os reais direitos da população empobrecida economicamente e que necessita de auxílio do Estado para sobreviver (Gomes, 2021).

Entendemos, com Ball e Mainardes (2011) que Políticas Públicas são ações que os governos constroem, fundamentam e delimitam sua legitimidade e não são implantadas e estanques, antes elas são sistêmicas, dinâmicas, ganham ressignificações práticas e se movimentam em diferentes ambientes de poder nos territórios de sua (pretensa) aplicação, por envolverem camadas, coalizões, ênfases, espaços (arenas), desafios e atores de diferentes procedências e finalidades.

Os caminhos dialógicos da pesquisa

A abordagem escolhida é a pesquisa qualitativa e que intenciona, entre outros aspectos: (i) buscar a compreensão (como princípio do conhecimento) multifacetado do contexto social pesquisado como construção e atribuição de sentidos e significados, em uma perspectiva da totalidade; (ii) enfatizar o caráter processual e reflexivo da pesquisa; (iii) criar as melhores condições objetivas para alcançar significados subjetivos – além de considerar a flexibilidade e a adaptabilidade e atender aos critérios de objetividade, fidedignidade e validade (Flick, 2009; Gondim e Lima, 2010).

O pesquisador, com seu conjunto de crenças, valores e posições sobre o mundo, é parte da pesquisa, tornando-se também sujeito da mesma, assim como os demais sujeitos que assumem atitude ativa diante do conhecimento. Nesse sentido, vale a pena explicitar o que Fravet-Saada (2005) considera sobre a noção de afeto (o de ser afetado pelo objeto) em pesquisas qualitativas de cunho antropológico, sendo importante repensar a própria antropologia que nega o lugar do pesquisador na experiência humana, reabilitando a sensibilidade deste sujeito pesquisador, colocando-o à frente com a problematização de suas certezas.

Da parte da pesquisadora tratou-se de situar as observações feitas na pesquisa em seu contexto histórico, sendo necessário desenvolver a escuta e a empatia pelos sujeitos de Heliópolis, em constante diálogo com as lideranças locais. Ser tocada por aquela realidade significou para a pesquisadora um compromisso ainda maior pelo trabalho contra as injustiças e imensas desigualdades, que teimam em existir no país, ao mesmo tempo em que se aprendia com os sujeitos de Heliópolis a interpelar a história, de forma propositiva.

Realizamos pesquisa participante (Brandão, 2006) por contar com a confiança, parceria e interação dos participantes, considerando-a como processo educativo e formativo para os sujeitos que dela tomaram parte, numa dinâmica de tomar a realidade como ponto de partida, compreendê-la e, com tais dados, poder melhor interferir naquela mesma realidade.

O Bairro Educador significa, em Heliópolis, uma estratégia de rede educativa, ativa e organizada com a participação das famílias de estudantes e de lideranças comunitárias na elaboração e na avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMEF Presidente Campos Salles, isto inaugurou ali uma nova maneira de ver a Educação, para além dos muros. Assim, aos poucos, a própria escola e também a UNAS foram ampliando seus olhares sobre a Educação, abrindo-se às perspectivas da população local, estreitando relações com outros equipamentos culturais, educacionais e assistenciais, passando a tornar-se referência na região, em uma transformação cultural impulsionada pelas mudanças promovidas internamente nesta escola.

Anteriormente, a existência do movimento de luta por moradia, a participação proeminente das mulheres e as lutas por outras necessidades básicas da população, configuraram um quadro permanente de lutas, conquistas e processo educativo de formação cidadã e de resistência social.

Exemplos dessas inter-relações e de conquistas da UNAS e do Bairro Educador são a existência de mais de cinquenta serviços e projetos socioeducativos ligados à criança e ao adolescente, a Rádio Comunitária, a agenda de educação integral que envolve a organização

de um calendário unificado de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população e ainda prêmios e reconhecimentos sociais sobre a qualidade do trabalho social ali desenvolvido (UNAS, 2022).

Desde 1999, ano da tragédia da jovem Leonarda, no mês de junho, a região se mobiliza para a organização anual da Caminhada da Paz, como forma de lembrar o caso e dar visibilidade às lutas pela paz, pela não violência e por direitos básicos, sobretudo contra a violência dirigida às mulheres. Como resultados, a escola e o território tornaram-se um único ambiente de aprendizagem, que ultrapassa os muros da escola e as aprendizagens escolares.

De forma paralela, os índices sociais e de violência na região também foram se alterando (Fundação Padre Anchieta/Prefeitura de São Paulo, 2010). Por tais razões, a UNAS e o Bairro Educador em Heliópolis representam um caso merecedor de análise e aprofundamento, com base no entendimento de Stake (1995), como estudo da particularidade e da complexidade em um único caso e que envolve um tempo de trabalho de campo de modo a se perceber, em profundidade, a realidade de maneira natural, trazendo à cena a situação pesquisada, provocando interpretações e estimulando reações e confrontando a teoria e a realidade investigada.

As técnicas utilizadas na pesquisa foram a observação participante (de eventos e episódios formativos da UNAS e do Bairro Educador no período de 18 meses (2018 a 2019), com registros escritos em Diário de Campo e grupos focais (entrevistas coletivas com tema focalizado que contou com a participação de 12 sujeitos, organizados em quatro grupos de entrevistas), de modo a que a primeira técnica (a observação participante) ofereceu informações gerais e exploratórias, para que na etapa posterior (entrevistas coletivas/grupos focais) fossem alinhavados os aspectos-chave da investigação. Fizemos uso de roteiro (tanto nas observações, como nas entrevistas coletivas) ancorado nos propósitos e objetivos da pesquisa e para a análise de dados utilizou-se da análise de conteúdo (Bardin, 1979; Franco, 2007) dos registros escritos das observações e das transcrições das entrevistas nos grupos focais.

A formação reflexivo-crítica dos educadores/professores como ancoragem do Bairro Educador e das ações socioeducativas emancipatórias da UNAS

As transformações engendradas em Heliópolis demandam formas diferenciadas de formação contínua de professores e de educadores, o que supõe constante processo reflexivo e de estímulo ao trabalho coletivo, com forte vinculação às demandas advindas das práticas educativas (Zeichner, 1993; Pimenta, 2005).

Na forma de eventos com diferentes temáticas, os educadores/professores vinculados à UNAS e ao Bairro Educador se reúnem de forma sistemática e contínua para organizar, refletir e avaliar sobre as ações educativas em desenvolvimento, em que as atividades cotidianas nas instituições são paralisadas e todos participam desses eventos que contam com preparação coletiva, divulgação e participação de convidados externos. Exemplo dessas ações são os Seminários do Bairro Educador que já contam com mais de dez edições (anuais).

Os temas identificados nos últimos anos pelos educadores e professores envolvidos com a UNAS e o Bairro Educador em Heliópolis versam (entre outros temas) sobre: a importância da preservação da memória local de lutas e conquistas, com a intenção da construção de identidades individuais e coletivas; relações de gênero, como valores que são continuamente redescobertos nas relações entre educadores, educadores e educandos e educadores e famílias, em especial com os debates e encaminhamentos de casos como abuso sexual, o papel e o empoderamento da mulher na sociedade propostas de ações de cultura, lazer, saúde e geração de renda que façam sentido aos sujeitos (de todas as idades de Heliópolis), como ações que concretizam direitos setoriais e caminham na perspectiva de direito dos cidadãos à cidade (Maricato, 2003).

Sabemos que para a efetivação das ações coletivas levadas a efeito por educadores/professores em diferentes instituições educativas, se faz necessário a existência de trabalho colaborativo (Pimenta, 2005; Diniz Pereira; Zeichner, 2011), em uma perspectiva emancipatória de formação, entendendo educadores e professores como trabalhadores intelectuais (Contreras, 2002). O que tem ação direta no processo de desenvolvimento profissional, com a reflexão permanente sobre as

teorias que embasam suas práticas, a aproximação com processos de pesquisa, a comunicação dessa ação intelectual dentro e fora do território de Heliópolis, encorajando tais profissionais a flexibilizar os processos de desenvolver-se e de ensinar-aprender e a ampliar suas visões de mundo, transformando realidades.

A formação intergeracional e a importância de formar educadores com uma perspectiva social e de luta está presente na UNAS e no Bairro Educador, ao reconhecerem a potencialidade de crianças que habitam Heliópolis e que frequentaram instituições socioeducativas locais, estas são preparadas para assumir funções importantes em ações que envolvem a UNAS e o Bairro Educador, o que representa um valor para as lideranças comunitárias e gestores locais, como se pode observar no relato de uma entrevistada que, quando criança, frequentou creche comunitária, em seguida, a EMEF Campos Salles em Heliópolis e que atualmente é gestora de uma unidade educativa (Mariana):

Então acho que isso é importante – o trabalho coletivo e o trabalho com a comunidade. E quando se fala da infância, precisamos agregar a iluminação que nós tivemos, o saneamento básico, o asfalto que a gente não tinha antes. Eu ia para a escola e era muito louco, a gente colocava uma sacolinha nos pés para vir estudar e aí o pessoal falava ‘lá vem os pés de barro, os faveladinhos’ e até para ir trabalhar também, para pegar um ônibus era esse sacrifício. E hoje a gente tem orgulho de ser favelado, porque os favelados aprenderam a articular, a trabalhar em conjunto, a organizar a comunidade. Hoje a comunidade de Heliópolis é organizada não pelo crime organizado, mas pelo povo, que com muita luta buscou e busca os seus direitos.

Os educadores e professores das instituições educativas de Heliópolis (escolas públicas, creches conveniadas e públicas, Centros de Cuidados e Atenção à Criança e ao Adolescente – CCAs; projetos sociais, em geral), têm nos processos de formação contínua, a oportunidade de construir suas identidades pessoais, profissionais e institucionais (Nóvoa, 1992), ao mesmo tempo que colaboram com a identificação de demandas e desafios cotidianos, o que envolve publicar a condição de desigualdade e de vulnerabilidade social daquele território, na intenção de defender suas causas e influenciar a produção de Políticas Públicas, na forma de *advocacy* (Bréaz, 2007).

Tais fatos ocorrem seja como grupo de pressão junto aos governos, seja como formadores de opinião no controle e na cobrança da efetividade de Políticas que venham minimizar a condição de desigualdade daquele território, porém mais do que defender a causa da justiça social e da igualdade social e educacional, o movimento social organizado pela UNAS e o Bairro Educador, composto basicamente por educadores/professores apresentam, continuamente, perspectivas de soluções, como foi o caso da solução coletiva de ampliação da rede de escolas na região, diante da intenção do governo municipal de fechamento de unidades, sob alegação de falta de demanda oficial por vagas (para escola e creches) como no relato de uma educadora entrevistada (Solanje):

Nós montamos pontos de busca ativa – com registros em formulário com data, endereço e tudo – em todo lugar de Heliópolis e a gente conseguiu juntar muita demanda por vagas em escolas e levamos na Secretaria Municipal de Educação e, também, entramos com uma ação no Ministério Público para aumento das vagas em creches e aí começou a estourar convênios. Por fim conseguimos não só não fechar duas escolas pretendidas pela SME, mais a construção de outras escolas e de creches.

A intenção de construção da qualidade educacional dos serviços e ações socioeducativos de responsabilidade da UNAS e das instituições que compõem o Bairro Educador demandou, em Heliópolis, ao longo de mais de quatro décadas, uma educação capaz de garantir o bem-estar das diferentes infâncias ali atendidas, como direito, por meio dos saberes e conhecimentos produzidos na realidade local, com a construção de novos repertórios, ampliando a visão de mundo dos sujeitos que participam de tais ações, servindo para tensionar formas tradicionais de se fazer política (de cima para baixo).

Por outro lado, um ponto importante e emblemático a ser considerado é que as ações da UNAS são organizadas com base em convênios e parcerias (UNAS, 2022), sendo a maioria com a esfera pública, para serviços da área social que deveriam, por direito, ser de responsabilidade direta do Estado. Sabemos da provisoriedade, inconstância e descontinuidade das políticas de convênios que contam com

critérios (por vezes não explícitos) tais como seu custo mais barato, comparado ao atendimento pela rede direta com salários e jornada de trabalho diferenciados dos profissionais, condições de infraestrutura e adequação dos prédios, pessoal de apoio e administrativo, entre outros aspectos, o que contraditoriamente colabora com o contexto atual de desmonte dos serviços públicos e desregulamentação de direitos, que podem tráfegar (em muitos casos) na contramão de serviços de qualidade social.

E para concluir (provisoriamente...)

Para compreender o caso do Bairro Educador de Heliópolis, enraizado em uma região vulnerável economicamente, mas potencialmente rica de experiências de participação, mobilização e conquistas sociais, foi preciso adentrar ao cotidiano daquele território para vislumbrar a gênese dos movimentos sociais que construíram a perspectiva do Bairro Educador, congregando serviços públicos e conveniados de atendimento às infâncias e adolescências naquela localidade (Santis, 2014), na relação com o processo das políticas públicas dirigidas à(s) infância(s), com forte protagonismo da UNAS.

Ressaltamos o papel combativo, diligente e incansável das mulheres de Heliópolis, sobretudo das lideranças comunitárias, com ações socioeducativas dirigidas às crianças, adolescentes e jovens nas lutas cotidianas por políticas públicas.

A experiência de Heliópolis pode lançar luzes significativas para refletir e aprofundar sobre políticas públicas democráticas que tenham a participação social/popular, os direitos, a qualidade, o bem-estar das crianças e das infâncias e, sobretudo, o olhar e as ações “dos de baixo”, por apresentarem a resistência social como pano de fundo e pela contribuição para uma forma diferenciada de produção de políticas públicas.

Como no provérbio africano “é preciso uma aldeia para se educar uma criança” – para que o direito à Educação se concretize-a iniciar-se pelas políticas para as infâncias, torna-se imprescindível que outros direitos sejam provocados, reconhecidos e garantidos para materializar processos educativos sistêmicos, democráticos, reflexi-

vos, críticos e emancipatórios, que contribuam para produzir ações político-educativas em território e em rede, que não se limitem a uma região geográfica específica.

Aprendemos em Heliópolis a ultrapassar os muros das instituições educativas, produzindo e alcançando causas de interesse público, com produção coletiva de soluções integrais, integradas e integradoras, em território, na perspectiva do direito à cidade, à educação e às políticas para as Infâncias, com o fortalecimento da participação social em esferas públicas, com forte contribuição para a conquista de uma sociedade inclusiva, justa e igualitária. São ações que imprimem lógicas e racionalidades voltadas à vida coletiva em sociedade, exercidas nas contradições, nas dobras de um sistema político, econômico e social opressor, que torna invisíveis as lutas cotidianas de parcela significativa da população brasileira que teima em viver dignamente, por meio de ações educativas de solidariedade, cuidados e bem-estar, em contraposição à lógica neo e ultraliberal em curso no país (e no mundo) que prima pelos valores do mercado, da competição e do individualismo que reduzem e que tentam desvirtuar e até mesmo extinguir o significado do que é público e o bem comum.

E como nas palavras que abriram o texto, finalizamos com o poeta e camarada Vinícius de Moraes (1959), com a analogia sobre a ampliação da consciência coletiva em Heliópolis (feitas por sujeitos que vieram originalmente de diferentes lugares do país e, também, das novas gerações, que nasceram naquele território e que buscam honrar esse legado), como consciência social que se consolida e se amplia nas lutas, nutridas pelas conquistas, que alicerçam a base dos novos sujeitos políticos (Arroyo, 2010) – em construção:

E um grande silêncio fez-se
 Dentro do seu coração
 Um silêncio de martírios
 Um silêncio de prisão.
 Um silêncio povoado
 De pedidos de perdão
 Um silêncio apavorado
 Com o medo, em solidão.
 Um silêncio de torturas
 E gritos de maldição
 Um silêncio de fraturas
 A se arrastarem no chão.
 E o operário ouviu a voz
 De todos os seus irmãos
 Os seus irmãos que morreram
 Por outros que viverão.
 Uma esperança sincera
 Cresceu no seu coração
 E dentro da tarde mansa
 Agigantou-se a razão
 De um homem pobre e esquecido
 Razão porém que fizera
 Em operário construído
 O operário em construção.

Vinícius de Moraes, 1959

Referências

- ALGEBAILLE, E. *Escola Pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Faperj; Lamparina, 2009.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. *Carta das Cidades Educadoras – Proposta definitiva* (novembro de 2004). Gênova. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/Cartadascidadeseducadoras.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- ARROYO, M. G. Políticas Educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 31, p. 1381-1416, n.º 113, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302010000400017&lng=e&tlng=e. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed.70, 1979.
- BOTTO, C.; AQUINO, J. G. (Orgs.). *Democracia, escola e infância*. São Paulo, FE-USP, 2019.
- BRANDÃO, C. R. *Pesquisa Participante: a partilha do saber*. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2006.
- CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO HELIÓPOLIS ARLETE PERSOLI. *Projeto Político Pedagógico*, 2016. Disponível em: Projeto Político Pedagógico do CEU Heliópolis ano de 2016 by CEU Heliópolis Arlete Persoli – Issuu. Acesso em: 1 nov. 2021.
- CONTRERAS, J. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DE BRÉLAZ, G. *Advocacy nas Organizações da Sociedade Civil: principais descobertas de um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos*. *Anais XXXI Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/49625615-Advocacy-das-organizacaoes-da-sociedade-civil-principais-descobertas-de-um-estudo-comparativo-entre-brasil-e-estados-unidos.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- SANTIS, M. *De favela a Bairro Educador: o protagonismo comunitário em Heliópolis*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, 2014. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/779/1/Marilia%20de%20Santis.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- DINIZ-PEREIRA, J.; ZEICHNER, K. M. A. (Orgs.). *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FLICK, U. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, M. L. *Análise de Conteúdo*. 2 ed. Brasília: Liberlivro, 2007.
- FRAVET-SAAD, J. Ser afetado, de Jeanne Fravet- Saada. Tradução Paula Serqueira. *Cadernos de Campo*, n.13, p.155-161, 2005.
- FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA; PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, *Vídeo: Bairro Educador – Heliópolis – Partes 1 e 2*, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zm5oxasVRdI>; Acesso em: 10 jun. 2019.
- GOHN, M. . *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, M. O. Notas sobre infâncias e o direito à Educação em tempos pandemônicos. In: CHARLOT, B. et al. (Orgs.). *Por uma educação democrática e humanizadora*. Vol. I. São Paulo: Uniproa, 2021, p. 73-76. Disponível em: <http://movinovacaonaeducacao.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GOMES, M. O. *Políticas Públicas para as Infâncias: Lutas e conquistas da UNAS e do Bairro Educador em Heliópolis*. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Brasil), 2020. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/17319/2/TFLACSO-2020MOG.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

GOMES, M. O. (Org.). *Formação de professores na educação infantil: conquistas e realidades*. Santos: Ed. Leopoldianum, 2018a. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2018/08/forma%C3%A7%C3%A3o-professores-marineide-1.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

GOMES, M. O. Entre as políticas para as infâncias e as pesquisas com crianças. In: PASSEGGI, M. C. et al. (Orgs.). *Pesquisa (auto) biográfica em educação: infâncias e adolescências em espaços escolares e não escolares*. Natal: EDUFRN, 2018b, p. 177-198. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/464999378/Pesquisa-auto-biografica-em-educacao-pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. *A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso*. 2. ed., São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

MARICATO, H. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 10 out. 2020.

MESQUITA, D. L. *O exercício da cidadania desde a infância como inédito viável: saberes e sabores da experiência da EMEF Pres. Campos Salles*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14122018-085630/publico/DELMA_LUCIA_DE_MESQUITA_rev.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

MORAES, V. *Novos Poemas II*. Rio de Janeiro: São José, 1959. Disponível em: <https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>. Acesso em: 10 jan. 2022.

NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, D. O.; DUARTE, Â. Política Educacional como Política Social: uma nova regulação da pobreza. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/9755/8987>; Acesso em: 10 fev. 2020.

OHTAKE, R. *Arquitetura para pessoas*. São Paulo: Associação para o Patronato Contemporâneo (APC), 2016.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a13v31n3.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 27. ed. São Paulo: Record, 2017.

SANTOS, M. *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARMENTO, M. J. Educação infantil em tempo integral e bem-estar da criança como princípio de justiça. *Cadernos de Pesquisa em Educação*. PPGE/UFES, Vitória: ES v. 19, n. 42, p. 29-44, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48699358Revista-cadernos-de-pesquisa-em-educacao-ppge-ufes.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

SINGER, H. Escolas Transformadoras. *Vídeo: Protagonismo na Educação: por uma sociedade de sujeitos transformadores, 2018*. Disponível em: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmHXgetYXO8>. Acesso em: 15 mar. 2019.

STAKE, R. E. *Investigación con estúdios de caso*. 2 ed. Madrid: Morata, 1999.

UNAS – UNIÃO DE NÚCLEOS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO. *Sítio Institucional*. Disponível em: <https://www.unas.org.br/institucional>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ZEICHNER, K. M. A. *Formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Lisboa: Educa, 1993.

3 | EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES: DOS PRIMEIROS PASSOS À CAMINHADA PELA PAZ

Delma Lúcia de Mesquita

Apresentando o percurso

É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar. (Paulo Freire, 2003, p. 155)

O texto apresenta as mudanças ocorridas a partir de 1995 na EMEF Presidente Campos Salles na comunidade de Heliópolis na cidade de São Paulo. Aponta conexões de tais mudanças com a prática de cidadania como processo de construção coletiva, singular, que nasceu com sentido próprio para os atores envolvidos em suas experiências com a escola, numa parceria com a comunidade local, a qual resultou em uma mobilização que extrapolou os muros da escola e deu origem à Caminhada pela Paz.

Consideramos relevante trazer a público a história e a memória das lutas e conquistas populares no sentido de documentar, siste-

matizar e apresentar o processo de transição vivenciado pela EMEF Campos Salles de suas origens à denominação de “escola da comunidade”. Um processo que tornou a Caminhada pela Paz um dos marcos históricos em Heliópolis, que desde então vem se construindo na perspectiva de um Bairro Educador,⁹ o qual busca ressignificar todos os espaços, na escola ou na comunidade, como espaços educadores, de aprendizagens e de exercício de cidadania.

Outro objetivo é contribuir com a disseminação e maior visibilidade de um recorte da experiência da escola pública que, inserida em um contexto de diferentes formas de violência, buscou estratégias para construir uma história de possibilidades, que oportunizou aos estudantes e a todos os envolvidos a percepção de que os acontecimentos da escola não devem estar alheios aos problemas de sua comunidade, de seu bairro, de sua cidade e de seu país.

Trata-se de um capítulo composto pela reorganização de uma das partes da tese de doutorado: *O exercício da cidadania desde a infância como inédito viável: saberes e sabores da experiência na EMEF Presidente Campos Salles*. Uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso com inspiração etnográfica. Os dados obtidos para o presente texto envolveram leitura de documentos institucionais, o registro em diário de campo, observações participantes e entrevistas com nove adultos que atuam junto à EMEF Campos Salles. Quanto à identificação dos entrevistados, em respeito à opção dos mesmos, manteve-se o nome original, exceção aos professores e responsáveis pelos estudantes.

Os fundamentos da pedagogia de Paulo Freire foram a principal base de sustentação teórico-prática do estudo, em diálogo com outros autores.

⁹ Para aprofundamentos sobre Bairro Educador em Heliópolis, indica-se os estudos de GOMES, M. O. *Políticas Públicas para a(s) Infância(s): O Bairro Educador e as lutas e conquistas da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Adjacências (UNAS)*. 2020; SANTIS, M. *Heliópolis: da Favela ao Bairro Educador*, 2014.

Primeiros passos

Em sua origem a EMEF Campos Salles funcionava em dois galpões que tinham duas e três salas respectivamente. A escola “foi inaugurada em 27 de fevereiro 1957 e começou a funcionar em 21 de março daquele mesmo ano. Em 1967 foi inaugurado o prédio de alvenaria com 12 salas e 1000 alunos. Prédio em que a escola ainda funciona”. (EMEF Campos Salles, 2017a, p. 14). A frente da escola está voltada para a praça central de São João Clímaco, um bairro provido de benefícios públicos. Os fundos da EMEF se limitam com a comunidade de Heliópolis, onde reside a maioria de seus estudantes.

Ao assumir a direção da EMEF Campos Salles, em 21 de novembro de 1995, o novo diretor Braz Rodrigues Nogueira, doravante, diretor Braz, iniciou um processo de integração Escola-Comunidade e de mudanças tanto na estrutura física da EMEF quanto na proposta curricular. As duas ideias norteadoras dessas mudanças foram “a escola como centro de liderança na comunidade onde atua e tudo passa pela educação” (EMEF Campos Salles, 2015, p. 6).

O então diretor Braz contou, desde 1996, com o apoio de duas coordenadoras pedagógicas, que chegaram à escola naquele mesmo ano. As duas ideias norteadoras das mudanças da escola foram apresentadas pelo diretor Braz às coordenadoras, e foram também assumidas por ambas. Na ocasião, o cenário encontrado por eles não era nada fácil. A escola estava inserida em uma realidade local de grandes desafios, como tráfico de drogas, violência, exploração sexual, dentre outros. Os problemas e as dificuldades também estavam relacionados aos estudantes, tanto no interior da escola quanto em seu entorno, aos profissionais e outros referentes às famílias dos discentes e à comunidade em geral.

Quanto aos estudantes, o relacionamento entre eles era pautado, na maioria das vezes, no confronto para a solução dos conflitos que surgiam.

Atitudes de violência comuns mais fortemente, naquela ocasião, também foram enfatizadas pela coordenadora Amélia, ao relatar que pessoas perdiam suas vidas no entorno da escola por brigas e rixas entre jovens, adolescentes ou moradores. Segundo ela: “Matavam as

peças e jogavam aqui em um pequeno morro diante da escola, parecia que era um depósito de corpos, chegando a nos assustar constantemente” (Diário de Campo , 10 out., 2016).

A ocorrência desses lamentáveis episódios é reforçada com o relato de uma ex-estudante D. A.¹⁰ quando lembra: “Infelizmente já teve muitas brigas nessa praça aqui em frente à escola, muitas mortes perto do morro, coisas muito feias mesmo, pessoas machucadas na cabeça, nos braços até morrer e depois ser jogado” (Diário de Campo, 24 out., 2017).

O cenário de violência contribuía muito com a evasão dos discentes, conforme afirma D. A.: “[...] a gente pegou um tempo violento e muito difícil. Foi entre 1996, 1997 [...] devido a tanta coisa, tanta violência eu tive que sair da escola, meus pais ficaram com medo e acabaram me tirando daqui. Outros pais também fizeram a mesma coisa.” (*Ibid*).

O contexto em que a EMEF Campos Salles se encontrava na ocasião foi reconhecido como um cenário permeado por indisciplina dos estudantes, brigas, assassinatos, invasão da escola, dentre tantos outros problemas e desafios, que acabaram por imputá-la o estigma de “escola dos favelados, dos marginais e baderneiros”. (EMEF Campos Salles, 2015, p. 11). Diante daquela realidade, era preciso escolher o que fazer. Que estratégias adotar, para transformar tal contexto.

Uma postura decidida perante o mundo, à vida ou, no caso, à escola, só é possível quando se avança da condição de saber que se deseja mudar para a condição de agir para que a mudança aconteça. O processo para que a transformação de determinado contexto ocorra inicia-se pela ação de conhecer o que se pretende transformar, para intervir criticamente no lugar, no tempo e no espaço em que se está. No caso aqui apresentado, a própria equipe técnica, nas palavras da coordenadora Natalina, descritas pela autora Márcia Gallo, tinha consciência de que “não é possível lutar pela melhoria, lutar pelas condições que são necessárias à escola, se eu não conheço como ela

¹⁰ Na ocasião da entrevista, em 2017, a filha dessa ex-estudante estava matriculada no 3º ano do Ensino Fundamental e ela, como mãe, era membro do Conselho de Escola com participação ativa.

funciona. [...] O processo desse trabalho é difícil e doloroso [...] Mas apesar da dificuldade, continuamos o trabalho com determinação e persistência” (Gallo, 2009, p. 149-150).

Determinação e persistência foram palavras-chave nos processos de transformação na EMEF Campos Salles. O início das mudanças contou com a decisão do então diretor Braz e sua equipe técnica em buscar estratégias para começar a construir uma escola diferente no amanhã, desenhada no hoje. Um desenho, a partir do “chão da escola pública” que passaram a conhecer, a saber como funcionava e a reconhecer seus desafios, suas contradições, seus conflitos, mas, sobretudo, suas possibilidades de vir a ser diferente.

Dessa forma, a concepção crítica e dialética da realidade apontava para a importância de os integrantes da equipe técnica se assumirem como sujeitos do processo de transformação daquela realidade.

O diretor Braz afirmava que coordenar a escola era um dos papéis que caberia à equipe técnica. Porém, dentro de uma coordenação em conjunto, propondo parcerias com outros profissionais da escola, se aproximando dos alunos e da comunidade, conforme segue:

Nós coordenamos a escola. [...] E é juntos que vamos coordenar a escola. E, nós vamos precisar da Assistente de Direção, [...] dos auxiliares de período, [...]. E se não for, se a gente não trabalhar para que eles tenham algum poder, nós não fazemos nada, nós vamos ficar como bombeiros, aí, fingindo que está solucionando problemas que a gente não consegue solucionar. E, aí nós começamos a fazer uma reunião semanal para construir essa equipe, e ao mesmo tempo em que a gente fazia isso, eu me aproximava o máximo possível do aluno, da comunidade (Gallo, 2009, p. 134).

Ressalto ainda que foi sendo construído um sentimento de união, parceria e colaboração entre os três profissionais da equipe técnica. Um ajudando o outro e descobrindo conjuntamente o que era necessário trabalhar. A favor de quem eles estavam? De que forma trabalhar? Com quais pessoas contar?

Havia um clima de trabalho coletivo e objetivos comuns entre a equipe técnica, “[...] foram sendo mapeados os problemas e difi-

culdades e suas possibilidades de encaminhamentos, sendo tomadas as primeiras medidas visando minorar os efeitos desses problemas sobre o trabalho na escola” (Gallo, 2009, p. 129).

A partir do planejamento estratégico entre direção e coordenação pedagógica, o diretor Braz passou vários meses, com as duas coordenadoras, frequentando os arredores da EMEF Campos Salles; passando pelas vielas, ruas e becos da comunidade de Heliópolis; visitando os pais e responsáveis pelos estudantes, suas casas; buscando a aproximação com tais famílias e com as lideranças já constituídas naquela comunidade. A estratégia apresentou retorno positivo para os objetivos de integrar a escola e a comunidade, bem como em outras frentes concomitantes.

O investimento na busca pelo envolvimento dos pais com as atividades da escola foi fundamental para que as ações conjuntas fossem desenvolvidas. Acredito que a escola que se disponibiliza a acolher os interesses dos pais e responsáveis pelos estudantes, por meio de parcerias, tende a alcançar melhores resultados no que se refere ao envolvimento dos estudantes com a construção de conhecimentos. Nesse sentido, o pensamento de Vitor Paro contribui para enfatizar que

Uma prática verdadeiramente pedagógica da escola não pode dispensar um diálogo significativo com os pais, visando considerar seus interesses e apreensões no que se refere ao ensino e fazê-los aliados no escopo de levar as crianças e jovens a se dedicarem aos estudos e a se interessarem pelo saber (Paro, 2001, p. 148).

O envolvimento de pais e lideranças ocorreu também por meio de frentes de trabalho que foram sendo criadas. O curso Educação e Cidadania concretizou o sonho da equipe técnica em proporcionar uma formação para os pais. Um sonho que começou a ser assumido também por outras lideranças da comunidade, por pais e professores, como uma possibilidade de conhecer a vida da escola. Um embrião para a construção de uma experiência de vivência plena da cidadania, como responsabilidade da escola pública, já constava no conteúdo proposto.

O curso Educação e Cidadania muito contribuiu para o avanço da construção do projeto. Ele tinha como objetivo levar os participan-

tes a perceberem que não se faz educação de qualidade sem a participação da comunidade na vida da escola. “Neste curso a escola era mostrada por dentro com todas as suas contradições. Discutiam-se as seguintes questões: participação, linhas pedagógicas, verbas, direitos dos professores, da comunidade, dos estudantes etc.” (EMEF Campos Salles, 2017a, p. 17).

O Conselho de Escola começou a se consolidar com participação mais ativa e os estudantes processualmente foram se assumindo como sujeitos para a sustentação de um projeto de escola na perspectiva da cidadania plena. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola:

Em 1998, a EMEF Presidente Campos Salles já contava com um Conselho de Escola bastante ativo e participante que contrastava muito do Conselho encontrado em novembro de 1995, que tinha uma função meramente burocrática. O grêmio que surgira em 1996 ganhou corpo em 1998 e passou a ser organização fundamental para a sustentação do projeto da escola. Como resultado do curso – Educação e Cidadania – a escola passou a contar, no final de 1998 com a atuação de quatro comissões: Limpeza, Conservação e manutenção do prédio escolar, Cultura, esporte e lazer, Relação escola-comunidade e Comissão de Reivindicação (EMEF Campos Salles, 2017a, p. 17).

Ampliava-se gradativamente o envolvimento dos professores nesse processo de transformar a escola. Essa constatação foi confirmada por uma das coordenadoras pedagógicas daquele processo, ao esclarecer “que o envolvimento das pessoas foi acontecendo aos poucos, inclusive dos professores [...] os professores que tinham muita resistência foram chegando e aí a equipe foi se tornando maior (Natalina)” (Gallo, 2009, p. 163).

Há sinais que demonstram o processo de transição vivido na EMEF Campos Salles a partir daquela fase da história da escola. Assim, “no final de 1998 o estigma que pesava sobre a escola – ‘escola dos favelados, marginais e baderneiros’, começou a ser substituído pela denominação de ‘escola da comunidade’ (EMEF Campos Salles, 2017, p. 17). Fato que ajudou a desenhar uma nova possibilidade de pensar a escola pública com base no conhecimento sobre como ela é e sabendo

onde está para buscar construir onde quer e pode chegar. Aqui, recorro ao pensamento de Paulo Freire para refletir que

Não há transição que não implique em um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos para saber o que seremos (Freire, 1983, p. 33).

As narrativas apresentadas até o momento revelaram diferentes desafios vivenciados pela EMEF Campos Salles, mas, inegavelmente, evidenciaram a concretização de sonhos possíveis por meio de processos que foram envolvendo estudantes, professores, pais e lideranças comunitárias. Um destes sonhos começou a ter nome na experiência da EMEF Campos Salles e ultrapassou seus muros. Vamos conhecê-lo?

A caminhada pela paz!

Aos poucos, mudanças foram ocorrendo e a denominação de “escola da comunidade” foi confirmada realmente em 1999, ano que um triste e lamentável fato mudou os rumos das pessoas daquela EMEF e daquela comunidade. Trata-se da morte de uma adolescente de 16 anos, matriculada no curso da suplência. Cheia de vida, anseios e desejos, que infelizmente teve sua caminhada interrompida, com tiros no rosto, sendo executada ao chegar à sua casa, após a saída da escola (EMEF Campos Salles, 2017). O triste fato ocorrido foi lembrado por D. A. amiga e colega de classe da adolescente assassinada:

Como aluna eu participei de muitas mudanças na época do Braz. Lembro-me da nossa primeira Caminhada da Paz porque eu era aluna da mesma sala da nossa querida Leonarda, a gente era amiga. Então eu acompanhei tudo, a morte dela na hora da saída e me lembro como se fosse hoje. Então aconteceu esse triste episódio. E daí a gente ficou muito mal e surgiu a caminhada da paz que tem até hoje (conversa gravada em 24 out. 2017).

Os passos da adolescente Leonarda, tragicamente interrompidos, seguiram pelos pés daqueles que se indignaram e se mobilizaram

para lutar, denunciar e enfrentar a violência por meio da união entre escola e comunidade. Uma escola que, sonhando e lutando por seus sonhos, estava se constituindo como centro de liderança e assumindo o compromisso pela paz em seu bairro.

O primeiro passo em busca da paz aconteceu durante o velório da estudante. Indignado com a crueldade e violência expressa no assassinato de Leonarda, o diretor Braz começou a questionar sua atitude diante daquela tragédia. Um questionamento que se estende também àqueles (as) que reagem aos altos índices de criminalidade, torturas, mortes, assassinatos, discriminação, fome, miséria, desigualdade, enfim, um questionamento no sentido de se perguntar: O que nos move ou não nos move diante de situações tão desafiadoras manifestadas nas diferentes faces da violência em nossa sociedade? Quais são nossas atitudes, nossas ações?

O diretor Braz a partir da percepção crítica da realidade que se instaura no momento de sua indignação se move, num clima de esperança e confiança, para empenhar-se em superar tal constatação. Fez um convite ao professor Orlando para ajudá-lo a organizar uma caminhada pela paz em Heliópolis, que foi aceito prontamente.

Não há processo mágico que resolva as diversas manifestações das injustiças sociais, mas há alternativas para agir com estratégias. Há crença na possibilidade de enfrentamento e compreende-se que a mudança se constrói constante e coletivamente, descobrindo dia a dia quem partilha dos mesmos sonhos, quem deseja somar esforços para alcançar objetivos comuns.

É fundamental a percepção que os seres humanos têm das situações desafiadoras enquanto algo que nem sempre está visível para todos. Desvelá-las para si e mostrá-las aos outros contribui para, possivelmente, despertar também o desejo de mudança. Porém, esta não ocorrerá se ficar no campo do desejo ou da descoberta. São necessárias as estratégias que viabilizarão as ações para intervir na realidade constatada transformando-a processualmente.

O diretor Braz parece ter esse entendimento de valorizar as estratégias para materializar os desejos que dessa experiência resultaram. Na ocasião, ele se dirigiu até a União de Núcleos e Associações de Mo-

radores de Heliópolis e Região (UNAS) e convidou seus participantes para aderirem ao sonho de realizar uma Caminhada pela Paz. Uma proposta que já estava sendo paralelamente discutida no interior da EMEF Campos Salles. Assim, o diretor Braz se aproximou de João Miranda, presidente da UNAS naquela ocasião, e disse:

A questão é a seguinte gente, nós estamos há muito tempo discutindo a questão da violência e a gente não consegue se decidir por nenhuma ação. Infelizmente, Leonarda foi assassinada e agora nós podemos nos transformar em leões e mostrar que nós não aceitamos esse tipo de tratamento ao ser humano. [...] e aí olhei pra ele e falei: vocês ajudam a organizar uma caminhada pela paz pelas ruas e vielas de Heliópolis? (Escola de Governo, 2015).

E como resultado, obtive a seguinte resposta: “ô Braz, meu irmão, meu amigo, [...] se a escola está, nós já estamos, porque pra nós, nós somos já a mesma coisa, [...] Eu não vou esquecer disso nunca porque naquele momento de indignação você perde uma aluna e o principal problema era violência mesmo” (*Ibid.*)

Da indignação, surgiu o grito pela paz. Um grito que percorreu todas as escolas do bairro, entidades, casas dos moradores e casas comerciais, chamando-os para uma atitude de protesto contra as várias formas de violência. Um trabalho preparatório de mobilização da comunidade que durou aproximadamente três meses para ser organizado. Assim nasceu a primeira Marcha pela Paz, como princípio de cidadania. Foi organizada pela EMEF Campos Salles em parceria com a UNAS, e envolveu professores, pais, alunos e muitos representantes da comunidade (EMEF Campos Salles, 2017).

Em sua primeira edição, ocorrida no ano de 1999, a Marcha pela Paz contou com a participação de mais de 5 mil pessoas, número que vem se ampliando significativamente a cada ano. Em 2001, novas pessoas, lideranças da comunidade, entidades e mais treze escolas aderiram ao evento, que naquele ano passou a se chamar Caminhada pela Paz (Dados coletados em visita monitorada, em 10 de outubro de 2016).

A Caminhada pela Paz foi se tornando mais do que um ato de protesto e uma ação de enfrentamento contra a violência no bairro. Foi se firmando como um verdadeiro espaço de exercício de cidadania.



Marcha pela Paz

Fonte: Acervo da EMEF Campos Salles.

O envolvimento ativo dos estudantes na Caminhada pela Paz ocorreu já na primeira edição, desde a fase preparatória à avaliação do evento conhecida como pós-Caminhada. O relato a seguir permite perceber a importância que passou a representar a caminhada para o trabalho pedagógico realizado na escola:

Na 4ª série, os debates ocorreram mesmo sobre [...] quais eram as causas da violência, os alunos buscando e a gente gravando [...] analisando os materiais, notícias, [...] mobilizando os alunos [...] as discussões que a gente travava sobre os conflitos que surgiam entre grupos de alunos [...] Na verdade uma das atividades que mais mobilizou a escola e que ajudou a gente a intervir nas questões de convivência, de relação, foi a Caminhada pela Paz [...] (Rosemeire). (Gallo, 2009, p. 182-183).

Em torno da organização da Caminhada pela Paz, surgiu o *Movimento Sol da Paz*,¹¹ cujos objetivos anunciam outros sonhos e desejos

¹¹ “O Movimento Sol da Paz tem como símbolo o girassol. Segundo seus organizadores, a escolha desse símbolo ocorreu, dentre outros motivos, porque ele representa a integridade, a força solar que buscamos dentro de nós ou que queremos transmitir ao outro. E, por acompanhar o movimento do sol, simboliza a lealdade e longevidade, promovendo e irradiando forças positivas a todos os que estão à sua volta. [...] Significados: altivez, energia, companhia” (EMEF Campos Salles, 2017, p.01).

que poderão vir a se realizar. Entre esses objetivos destaco: transformar Heliópolis em um Bairro Educador; fortalecer ações para promover a parceria entre escola e comunidade; ampliar a participação de outras escolas da região; e, também, incentivar o convívio respeitoso.

Ao longo desse período, a EMEF Campos Salles vem mantendo anualmente a Caminhada pela Paz, buscando aprender, coletivamente, construir e sonhar com uma sociedade não violenta. A “indignar-se com o que está errado [...] A reivindicar; A criar referências não violentas de vida [...]. A gritar com todos aqueles que perderam seus parentes, amigos, com atos violentos; Queremos vida em abundância para todos!” (EMEF Campos Salles, 2017, p. 01).

Eu tive a oportunidade de acompanhar, como pesquisadora, a 19ª edição da Caminhada pela Paz, em 6 de junho de 2017. Assim como em anos anteriores, realizaram-se, durante o primeiro semestre de 2017, atividades e reuniões preparatórias para que todos organizassem sua participação; definindo o trajeto; confeccionando adereços, faixas, pinturas das camisetas a serem usadas no dia; realizando ensaios; criando palavras de ordem, músicas etc. No interior da EMEF Campos Salles, ocorreram várias atividades pedagógicas, de forma interdisciplinar, abordando temáticas sobre a paz e a não violência. Os estudantes realizaram com os professores oficinas para confeccionar os materiais para a caminhada; reportagens; pesquisas; entre outras atividades, como forma de também se prepararem para esse grande evento.

A preparação da Caminhada pela Paz coloca os estudantes em contato direto com o princípio fundamental de comprometimento com as questões sociais. Restaura a possibilidade de as crianças perceberem, vivendo em seu dia a dia e como estudantes, que os acontecimentos da escola não devem estar alheios aos problemas de sua comunidade e de seu país. Nesse horizonte, “a escola tem uma tarefa política na formação dos indivíduos, pois pode representar um espaço de discussão das dificuldades sociais, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de discriminação das questões da vida real” (Pinazza, 2007, p. 86).

Por meio de diferentes atividades lúdicas e pedagógicas, a fase preparatória se inicia no 1º ano do ensino fundamental e segue envol-

viendo todos os estudantes da escola com participação efetiva. Uma etapa que permite “visualizar um processo de ensino e aprendizagem que considera os envolvidos como verdadeiros cidadãos, sujeitos críticos que analisam a realidade e interferem nela” (Elias e Sanches, 2007, p. 158).

Participaram com os integrantes da EMEF Campos Salles, tanto na fase preparatória quanto na caminhada, lideranças e outros moradores da região; famílias e amigos dos estudantes; representantes de movimentos, associações de bairro; pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento; lideranças de diversas religiões e de outras escolas.

Naquela edição de 2017, caminhamos durante horas, pelas vielas, becos e ruas da comunidade de Heliópolis, e acompanhando os estudantes, as coordenadoras pedagógicas, Amélia e Daniela, bem como a diretora Rose. Encontrei o ex-diretor Braz Nogueira, muitos professores e muitas lideranças da comunidade. Inegavelmente, a Caminhada pela Paz é um exemplo de intervenção na realidade que extrapolou os muros da escola. Saímos em caminhada e as pessoas nas ruas, nos comércios, nas casas, aplaudiam, se juntando; e assim agregaram-se milhares de pessoas, que iam acompanhando e a Caminhada foi ficando gigante, muito animada, alegre e colorida.

Um trajeto que seguia pela comunidade de Heliópolis, passando pela rua principal até finalizar novamente na EMEF Campos Salles. Muitas palavras de ordem exigiam segurança, alimentação, saúde, transporte de boa qualidade, respeito à diversidade, entre outras reivindicações. Muitas faixas, cartazes, desenhos e girassóis, bem como carros de som, anunciavam: “Não queremos mais uma sociedade homofóbica, violenta, corrupta, desigual!”; “A paz é de todos ou não é de ninguém!”, entre outras bandeiras. Algumas denunciando, por meio da divulgação de pesquisas, os altos índices de crianças mortas, estupro, violência doméstica, mortes por desnutrição etc.

Enfim, aquela multidão que seguia em Caminhada pela Paz, unia seus passos à

[...] marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A

marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível (Freire, 2000, p. 60).

Ainda outras palavras de ordem convocavam a população para que a paz seja construída no bairro de Heliópolis, na cidade de São Paulo, no Brasil e no mundo. Enfim, um grito de paz que anunciava o direito a uma vida digna aos quatro cantos da comunidade de Heliópolis, São João Clímaco, se estendendo posteriormente pelos noticiários nacional e internacional. Um grito a ecoar a indissociabilidade entre a busca pela paz e pela justiça social, evidenciando que

A luta pela Paz, que não significa a luta pela abolição, sequer pela negação dos conflitos, mas pela confrontação justa, crítica dos mesmos e a procura por soluções corretas para eles é uma exigência imperiosa de nossa época. A Paz, porém, não precede a Justiça. Por isso a melhor maneira de falar pela paz é fazer justiça (Freire; Shor, 2006, p. 60).

Chamou-me a atenção durante a experiência de acompanhamento na Caminhada pela Paz, o grande número de estudantes das escolas da região e crianças da comunidade participando. Muitas e diferentes imagens ficaram registradas em minha memória, mas uma eu destaco como especial. Trata-se da imagem de uma estudante do 1º ano da EMEF Campos Salles, com 6 anos de idade. Caminhava feliz, brincando de pular as pedrinhas que encontrava pelo caminho. Vestida de camiseta pedindo por paz, distribuía panfletos que diziam não ao preconceito e, com sua mãe, soltava sua voz pedindo por educação, saúde, mais transporte etc. Jamais me esquecerei daquela cena que revela a vivência da cidadania por aquela criança em seu tempo e espaço.

Como pesquisadora, por um lado, a atitude dessa criança reforça em mim a convicção do potencial do exercício da cidadania ativa desde a infância, considerando, é claro, todas as particularidades dessa fase da vida. Por outro lado, me faz refletir sobre como esse tipo de cena ainda não é valorizada pelo adulto, pois vivemos em uma sociedade adultocêntrica, em que a maioria dos adultos sequer acredita que a criança é um ser pensante, quem dirá cidadã.

Naturalmente, aquela criança não tinha, e está em seu direito de não ter, consciência do que é ser cidadã ou o que é exercer a cidadania. Mas todo o processo da Caminhada pela Paz, desde a etapa preparatória à sua realização e, posteriormente, a avaliação, vai oportunizando a ela a experiência de participar de ações em busca de melhorias para seu bairro. Esse é o ponto que creio ser um diferencial que contribui para tornar esse exercício importante no campo da formação cidadã na infância.



19ª Caminhada pela Paz 2017. Concentração EMEF Campos Salles

Fonte: Acervo da EMEF Campos Salles.

Segundo os organizadores da 19ª Caminhada pela Paz, participou um público aproximado de 20 mil pessoas. Foi mais um dos momentos que configurou um amplo ato coletivo para celebrar a cultura de paz na comunidade; reivindicar políticas públicas, a redução da violência na região e justiça social.

A caminhada continua

Os achados da pesquisa evidenciam que desde a primeira Marcha da Paz, em 1999, e denominada Caminhada pela Paz, a partir de 2001, até os dias de hoje, a materialização do sonho em construir coletiva-

mente uma escola que tem a comunidade como sua extensão, que seja baseada na convivência respeitosa e em uma cultura de paz, vem se consolidando a cada ano.

Revelam que a EMEF Campos Salles vem escrevendo uma história de lutas e enfrentamentos de diversos desafios, mas principalmente de possibilidades e conquistas, inegavelmente, resultantes de um incansável trabalho, o qual não seria possível realizar sem a parceria e o apoio de organizações, associações, institutos, dentre outros atores sociais, alinhados com os valores de uma escola pública que vê na educação um instrumento de transformação social e desenvolvimento da comunidade local atuando pela justiça social.

Uma história escrita de forma corajosa junto a lideranças e sujeitos políticos que buscam na coletividade o exercício da cidadania como construção dialética dos atos de denúncia e anúncio. Neste movimento a tensão entre a denúncia de um presente estático, opressor, que fere a dignidade humana e o anúncio de um futuro que se renova, se recria e busca continuamente garantias de direitos, se faz presente e constante.

A EMEF Campos Salles por meio de uma forte conexão com a comunidade local, com a UNAS e com outras parcerias da região, denunciou a existência de estruturas desumanizantes, de contextos violentos e violentados. A necessidade de políticas públicas que garantam transporte de boa qualidade, lazer, saúde, educação, ou seja, oferta de serviços básicos. Denunciou a lamentável existência de um contexto educacional identificado pelo estigma de “escola dos favelados, dos marginais e baderneiros”. E, diferenciando-se dos padrões tradicionais de ensino e aprendizagem, reorganizou-se internamente, extrapolou seus muros e caminhou na direção de novos passos.

Passos que percorreram ruas, becos e vielas de Heliópolis anunciando em alto e bom som que aquela comunidade caminha pela paz, pela justiça social, pela igualdade de condições, pelos direitos humanos. Passos que anunciam a confiança no potencial e na capacidade do ser humano em fazer e refazer, escrever e reescrever a história no campo das possibilidades. Anunciam que a homofobia, a indiferença, os altos índices de criminalidade, discriminação, fome, miséria e desigualdade social precisam ser combatidos conjunta e coletivamente.

Anunciam a conquista de ter a EMEF Campos Salles como a “escola da comunidade” e o papel fundamental dos estudantes, Conselho de Escola e de toda a comunidade educativa no processo de construção de conhecimentos que visa à participação democrática. Anunciam o contínuo fortalecimento de ações na direção de Heliópolis se consolidar na perspectiva do Bairro Educador.

Passos que anunciam a Caminhada pela Paz como uma ação de intervenção na realidade que se justifica pelo processo participativo e democrático que vem sendo construído pela forte parceria entre escola e comunidade.

Anunciam que a Caminhada pela Paz, pela justiça, pela igualdade social, pela garantia da democracia em nosso país, pela garantia de direitos universais a toda a população e em especial às crianças, continua e precisa ser construída cotidianamente, afirmada e reafirmada no bairro de Heliópolis, na cidade de São Paulo, no Brasil e no mundo.

Referências

ELIAS, M. Del C.; SANCHES, E. C. Freinet e a pedagogia uma velha ideia muito atual. In: FORMOSINHO, J. O., KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES. *Projeto político-pedagógico: A cidadania é uma questão de sobrevivência*. São Paulo, 2015.

EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES. *Histórico da caminhada*. 2017. Disponível em: <https://campossalles.wordpress.com/historico-da-caminhada/>. Acesso em: 12 ago. 2017.

EMEF PRESIDENTE CAMPOS SALLES. *Projeto político-pedagógico: A cidadania é uma questão de sobrevivência*. São Paulo, 2017a.

EGESP – ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *A gestão inovadora na EMEF Campos Salles*. Vídeo do Youtube disponível no canal EAGP, Escola de governo e administração pública, publicado em 23 jul. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gIzS52rlSso>. Acesso em: 12 mar. 2017.

FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia o cotidiano do professor*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GALLO, M. *A parceria presente: a relação família-escola numa escola da periferia de São Paulo*. São Paulo: LCTE, 2009.

GOMES, M. O. *Políticas Públicas para a(s) Infância(s): O Bairro Educador e as lutas e conquistas da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Adjacências (UNAS)*. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, 2020.

MESQUITA, D. L. *O exercício da cidadania desde a infância como inédito viável: saberes e sabores da experiência na EMEF Presidente Campos Sales*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2018.

PARO, V. H. *Reprovação escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

PINAZZA, M. A. John Dewey: inspirações para uma pedagogia da infância. In: FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). *Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. p.65-94

SANTIS, M. *Heliópolis: da Favela ao Bairro Educador*, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, UNINOVE, 2014.

UNAS – UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DOS MORADORES DE HELIÓPOLIS E REGIÃO. Disponível em: <https://www.unas.org.br/heliopolis>. Acesso em: 10 fev. 2018.

4 | A LITERATURA DA VIDA DE ALGUÉM

| Laila Sala

Podres Poderes

Enquanto os homens exercem seus podres poderes
Índios e padres e bichas, negros e mulheres
E adolescentes fazem o carnaval
Queria querer cantar afinado com eles
Silenciar em respeito ao seu transe, num êxtase
Ser indecente
Mas tudo é muito mau.

Caetano Veloso, 1984

Introdução

O presente texto surgiu como um dos resultados do curso de especialização em Alternativas Para a Nova Educação (ANE), da Universidade Federal do Paraná – Litoral (UFPR-Litoral), em que fui aluna de 2018 a 2020. A decisão de ingressar nesse curso se deu, principalmente, por uma profunda crença na necessidade de participar de mais uma luta coletiva pela reinvenção da educação.

Antes disso já havia andado um tanto em minha trajetória profissional. Nem sei dizer ao certo quando foi que tomei a decisão de

ser educadora, mesmo criança eu passava boa parte dos meus dias brincando de “escolinha”. Alguns dos meus brinquedos, aliás, praticamente completaram o Ensino Fundamental.

Passada a infância, a adolescente que eu fui queria ganhar o mundo e por isso agarrei todas as oportunidades que apareceram – por sorte, ou melhor, por privilégio de classe, foram muitas. Além disso, como qualquer adolescente, eu tinha uma boa dose de rebeldia, o que pode ter marcado a vida de alguns dos meus professores e minhas professoras. Mas a verdade é que foram eles e elas que marcaram a minha vida. Aprendi a canalizar essa energia indignada para construir algo que poderia ser útil para o mundo. E foi assim que a educação apareceu como uma escolha. Uma rebeldia. Eu também queria fazer pelas/os outras/os o que fizeram por mim.

Passados mais alguns anos, eu comecei a me dar conta que não era mais criança, nem adolescente, nem jovem. Mas que crianças, adolescentes e jovens agora contavam comigo. E ao mesmo tempo em que me dava conta de que eu não era mais quem eu já tinha sido, comecei a pensar sobre como cada dia que eu vivia era, paradoxalmente, um dia a mais e um dia a menos na minha vida.

Outra reflexão então apareceu: a morte. Uma reflexão sobre todas as mortes, a minha própria, aquelas que fazem parte da vida e aquelas que são fruto das injustiças do mundo. E veio também a necessidade de refletir sobre as formas possíveis de superação dessas mortes.

Naquela altura, eu trabalhava no grupo de gestão de um centro educacional e cultural chamado CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli, na coordenação do núcleo de educação. Meu cotidiano de trabalho envolvia uma enorme diversidade de tarefas e uma das minhas maiores dificuldades era o registro, a sistematização, o estudo e a reflexão aprofundados a partir das práticas que realizávamos.

Eu estava preocupada com a morte, deixando de ser jovem e tentando entender como isso se relacionava com a educadora que vinha me tornando. Optei então por um recorte temático, a fim de me aprofundar nos estudos sobre as “juventudes”, numa tentativa de olhar no fundo do olho daquilo que me causava angústia.

Além disso, as questões que envolviam o trabalho com os/as jovens que frequentavam o CEU Heliópolis eram um desafio para nós da gestão e, justamente em função desse desafio, vínhamos criando coisas muito bonitas. Eu pensava que elas precisavam (e mereciam!) ser registradas, passando a fazer parte das memórias do Bairro Educador de Heliópolis.

Assim, me propus a forjar este tempo de registro como meu projeto da ANE. A ideia era elaborar diferentes tipos de textos que ao mesmo tempo sistematizassem as experiências práticas e fossem uma reflexão sobre elas. No tempo em que fui estudante da ANE produzi, então, escritos que têm diversas formas. Por isso apresentá-lo de maneira mais acadêmica é um desafio, ainda que o trabalho tenha sido desenvolvido em um contexto universitário.

Procurei atender a este formato no presente artigo, mas gostaria de compartilhar o primeiro texto que escrevi chamado *A Passarinha*, mais literário. Considero esse texto importante porque foi uma tentativa de me aproximar dos temas que me rondavam e que fizeram parte das reflexões posteriores: a morte, as juventudes, a narrativa e a educação.

A Passarinha também foi uma maneira de dar significado a uma experiência que tinha me acontecido alguns anos antes, em um bairro da periferia de Osasco. Essa experiência foi tão dura que ficou muda durante dez anos. Eu entendia, no entanto, que esse silêncio devia ser rompido como uma forma de superar essa dureza, transformando-a em algo mais suportável já que, infelizmente, o que aconteceu comigo não é um acontecimento isolado, faz parte da realidade da maior parte dos/as jovens brasileiros. Parecia-me que a linguagem poética era a única maneira de fazê-lo.

No decorrer do projeto fui escrevendo outros textos que me permitiram refletir sobre as questões que eu tinha em mente. Apresento algumas delas no decorrer desse artigo. Mas acredito que *A passarinha* é uma espécie de síntese que diz tudo aquilo que eu queria dizer, ainda que eu tenha precisado dar toda essa volta para tanto. E, surpreendentemente para mim, encontrei com algo que chega a ser óbvio, que parece já ter sido escrito muitas vezes, há muito tempo, por muitas mãos.

Mas, porque o mundo está ainda do jeito que está, acredito que vale a pena dizer mais uma vez: uma das nossas maiores armas contra a morte são as palavras, a linguagem, narrar as nossas experiências. Desde então, escrever se tornou, para mim, uma maneira de refletir sobre o mundo que, possivelmente, nunca mais vai me abandonar.

A palavra e a linguagem são nossas, dos/das educadores/as, mas também são dos jovens. E nós precisamos ouvi-las. Para Paulo Freire dizer “a palavra” deve ser direito de todas e todos. Mas não se trata de qualquer palavra, trata-se da *palavra verdadeira*. Uma palavra que está em nosso corpo e se constrói a partir de duas instâncias: a ação e a reflexão, que estão juntas de maneira tão radical, tão profunda, que a palavra verdadeira só pode ser constituída no diálogo, pois ninguém pode dizer essa palavra sozinha/o.

É por isso que as palavras verdadeiras dos/das jovens são seu direito reivindicado e conquistado de transformar o mundo, pronunciando-o. São seu direito conquistado e reivindicado de existir enquanto sujeitos que, ao entender a relação entre o silêncio que lhes é imposto e o sistema de exploração, tomam para si o compromisso de entrar na história, transformá-la e por ela ser transformadas/os.

Era uma menina negra. Ela tinha os olhos de jabuticaba, um sorriso grande e brilhante. Era muito, muito inteligente. Aos 15 anos já havia perdido a mãe e um filho. Era amasiada desde os 13 com o braço direito do maior traficante da região. Seu marido tinha mais de 30 anos de idade. Ela tinha mais um monte de irmãos e irmãs, não se sabe direito quantos. Aos 16 anos, ela teve outra filha.

Era também uma professora de 26 anos que acabava de se formar na faculdade. Ela era branca e tinha crescido em um bairro de classe média alta da cidade. Estudou a vida toda em escolas particulares. Não tinha filhos. Aquela era pratica-

A PASSARINHA¹²

Poeminha do Contra

Todos esses que aí estão

Atravancando meu caminho,

Eles passarão...

Eu passarinho!

Mário Quintana, 1973

¹² Texto adaptado, publicado originalmente no blog “Percursos – Educação em Transformação”.

mente a sua primeira experiência como educadora. Aprendeu muito trabalhando naquele projeto social com todas/os as/os jovens que teve contato e que contaram suas histórias a ela.

Foi lá que elas se encontraram.

...

E o caderno que eu te dei, para você escrever seus sentimentos – você me disse que gostava de escrever... Queimou junto com as roupinhas da sua bebê, quando sua casa pegou fogo. Você lembra que eu segurava a neném pra você poder fazer as atividades? Você ria de mim porque eu não tinha o menor jeito com bebês...

Você me disse que seu sonho era ser advogada, mas depois riu e me falou que achava melhor casar-se com um velho rico que a sustentasse. Quando você falava assim, meu coração apertava! Eu sabia que você tinha total consciência de sua beleza e a usava para conseguir... Conseguir o quê? Não sei, mas pra mim, você podia ter se tornado qualquer coisa que você quisesse.

Depois que sua casa queimou, você voltou a morar com seu pai. Você não gostava dele. Achava que a morte da sua mãe era culpa dele, dizia que ele era agressivo e que violentava seus irmãos e suas irmãs. Conteí isso para a coordenadora. Ela acionou o conselho tutelar, que averiguou a sua casa e disse não encontrar nada. Seu pai ficou puto com você e você comigo, mas foi o melhor que eu pude fazer. Você sempre me dizia o quanto sentia falta da sua mãe. Eu, com 26 anos, queria adotar você, que tinha 16.

Com o tempo você me perdoou. E eu voltei a segurar a sua bebê. Até no dia da formatura, lembra? No último dia do curso nós choramos e prometemos manter contato. E realmente mantivemos. Fui ao primeiro aniversário da sua neném. Com um bolinho e um guaraná, na casa da sua sogra, mãe do seu marido. Seu pai mesmo eu nunca conheci pessoalmente.

Passados vários meses sem notícias suas, recebi uma ligação na madrugada. Era a cobrar e eu não atendi. Você sempre me ligava a cobrar, mas eu acabei me esquecendo disso. Naquela manhã, uma colega sua me ligou pra me contar: 13 facadas, foi o filho da puta do seu pai. Sua irmã também me ligou, para

me explicar como seu pai não tinha culpa, porque você “tava drogada”. Não se preocupe, eu não acreditei. Eu chorei – será que era você naquela madrugada? Eu devia ter atendido!

A coordenadora ligou pra me consolar. Foi bom, me senti menos sozinha, mas também não pude deixar de imaginar a solidão que você sentiu nos seus momentos finais. Até hoje isso me machuca um pouquinho. Você perdeu sua mãe e agora sua bebê perdia você. Que merda!

...

Ela não foi a primeira jovem a ser assassinada. Infelizmente, ela também não foi a última. Hoje, ainda bem, há nome para isso: Feminicídio... E ela virou estatística.

Não para a professora. Para a professora ela virou uma passarinha, de olhos de jabuticaba, sorriso grande e brilhante, que voa por aí...

A narração como experiência do inédito

A narração, tanto para quem lê ou escuta, quanto para quem escreve ou fala, pode ser uma experiência de transcendência que tem a capacidade de abrir ao desconhecido quando trata de um contato com o inédito, com o realmente novo. Isso se dá pois ela coloca o sujeito que narra um passo à frente de si mesmo e em relação com o/a outro/a, as pessoas vão se constituindo de palavras que recebem e que doam. E cada uma dessas palavras possui uma significação singular na experiência de existir. Nesse sentido, os seres humanos têm necessidade de palavra. É uma forma de reduzir sua insignificância diante da grandeza do mundo.

No entanto, narrar uma história é ao mesmo tempo respeitar e desrespeitar a própria história narrada. Pois traduzir a experiência em palavras é trair, é um movimento ambíguo. Narrar uma experiência que antes era impossível de ser narrada, de certa forma, reduz o vivido uma vez que nenhuma palavra tem um sentido absoluto.

Por outro lado, justamente porque as palavras deixam vazios, podemos construir sentidos novos a partir do já constituído. E, paradoxalmente, se a morte é ausência absoluta de significado – o nada – a palavra pode ser ao mesmo tempo possibilidade de superação da

morte e a própria morte, justamente porque a palavra não é a coisa que ela significa.

Há, então, certa relação das palavras com a morte, porque as coisas estão presentes na narração não enquanto tais, mas em sua ausência, que só podem ser tornadas de novo presença enquanto palavra. Há, por isso, uma liberdade lúdica na linguagem, pois a palavra se refere ao que não está lá.

Para Walter Benjamin (1994), a história enquanto narração é o lugar conjunto da significação e da morte, justamente porque o sentido nasce de uma espécie de ausência dita da coisa e não de sua presença. Para Benjamin, essa dialética provoca uma união quase indiscernível entre “os escombros do passado” e os “novos edifícios”.

Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos ao seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade. (Benjamin, 1994, p. 207-208).

Para Benjamin, a transmissibilidade do saber e da sabedoria humana reside justamente na perspectiva da morte iminente, mais ainda, é o que confere autoridade à narração. De certa maneira, o que salvaguarda a humanidade do totalitarismo é a materialidade da morte, especialmente quando ela tem esse sentido de “proteger” a relação entre as palavras e as coisas, quer dizer, os significados até podem ser transmitidos, compartilhados, mas nunca têm uma correspondência absoluta com a coisa a que se referem, sempre alguma outra coisa escapa ao controle.

E a educação, o que tem a ver com isso?

Para Paulo Freire toda forma de pensar está ligada a uma linguagem e, portanto, à sua estrutura, que resulta em uma forma de atuar no

mundo. Não existe conhecimento possível fora da linguagem. Sendo assim, o diálogo é o fundamento da educação. A educação pode ser vista como uma maneira de compartilhar formas de ler o mundo e, através desse diálogo, é capaz de produzir novas leituras. Nesse sentido, a relação entre a morte e a educação tem a ver com aquela própria ambiguidade da palavra, que prende no tempo o acontecido, mas que é impossível de apreender uma totalidade.

E se a palavra, fundamental para o diálogo e, por isso, para a educação tem um aspecto de morte, talvez também a educação o tenha. É possível que, para vencer a morte, a humanidade faça educação, mas graças ao inacabamento da palavra essa educação está salvaguardada do totalitarismo, assim como cada um dos sujeitos que está envolvido nela.

Para Hannah Arendt, em *A crise da educação* (2004), só é possível construir um mundo novo no interior de um mundo velho. Ou seja, é responsabilidade das velhas gerações ao mesmo tempo apresentar o mundo às novas gerações e abrir espaço para que elas possam existir de forma nova, ainda não imaginada.

Então, de alguma forma, talvez seja importante aos educadores e às educadoras morrer pelo menos um pouquinho, abrindo espaço para quem chega, mas sem se eximir de sua responsabilidade pela continuidade do mundo. Assim, no fim das contas, a morte pode ser um movimento simultâneo e paradoxal de não ser e de vir a ser, de encontro com a vida, “sem ódio, até sem angústia”.

As juventudes em Heliópolis

O CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli nasce da parceria entre a comunidade organizada, a escola e o poder público (que viabilizou o projeto e a sua construção). De 2009 a 2020, esse CEU foi gerido por um coletivo de educadores e educadoras indicados pela União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS). Nesse período, várias atividades e projetos foram desenvolvidos por esse grupo gestor, com a colaboração de voluntários e com intensa participação da comunidade organizada, além de outras atividades articuladas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME).

Para Paulo Freire, as cidades educam de modo quase espontâneo, quando elas desnudam as suas memórias

A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. (...) Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre o que podemos trabalhar e pelas marcas culturais que herdamos. (Freire, 2015, p. 28)

Muito da tarefa educativa da cidade implica em um posicionamento político, a maneira como nela se exerce o “poder” e a favor de quem e do que ele é exercido. Nesse sentido, as memórias são manifestações vivas de sua cultura e a luta pelas formas de significação é também uma luta pela garantia de direitos. A cidade é, então, não apenas “educadora”, mas também “educanda”. “No fundo, a tarefa educativa das Cidades se realiza também através do tratamento de sua memória e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam.” (Freire, 2015, p. 30).

Um currículo tendo como centro a cidade, ou no caso de Heliópolis, o Bairro Educador, trabalha sempre com o binômio memória e identidade. A construção de significados para as trajetórias de vida e para as escolhas realizadas (em qualquer idade) tem relação com o lugar de onde se veio (com a Memória) e com as diversas linguagens através das quais atribuímos sentido a essa memória – tanto individual, como coletivamente.

Desde 2012, a UNAS vêm realizando projetos que buscam sistematizar a história da comunidade a partir do ponto de vista dos moradores e lideranças locais, contribuindo assim para constituir as identidades do bairro e das pessoas que moram nele, especialmente as novas gerações.

Reginaldo¹³

O que era e o que é ser jovem em Heliópolis? E qual o papel que as juventudes têm na transformação social da comunidade? Em entre-

¹³ Este trecho é uma adaptação de texto originalmente publicado no blog “Percurso – Educação em Transformação”.

vista concedida em 2019, uma das lideranças locais, Reginaldo José Gonçalves, 43 anos, morador de Heliópolis, diretor da UNAS e uma das maiores lideranças entre as juventudes no bairro, nos ajuda a responder essa questão.

Reginaldo conta sobre as gerações anteriores, que atualmente já são lideranças constituídas e que não são mais parte da faixa etária considerada juventude (de 15 a 29 anos) e faz uma comparação com a sua geração e as de hoje. Uma marca de seu relato é as diferentes violações de direitos que as/os jovens de todas essas gerações sofrem ou sofreram. Assim ele conta:

Teve a geração da Antônia Cleide Alves, que hoje é presidenta da UNAS, mas que entrou na luta com 15 ou 16 anos. Teve a minha que foi intermediária, e a atual.

Eu lembro bem que a maioria dos meus amigos de escola ou foram presos ou foram mortos. (...) A maneira que a gente achava para se divertir era a rua, e na rua você está exposto a tudo que tem de negativo, por isso que muitos desses meus amigos acabaram trilhando outros caminhos, perdendo ou prejudicando a vida, por não ter oportunidades. Aí minha geração começou a perceber a importância de lutar e se juntou com os mais antigos para poder criar essas oportunidades, criar alternativas. (...)

Então, eu comecei a perceber que foi diminuindo o índice de violência, de jovens envolvidos com a criminalidade, e aumentando as oportunidades. A minha geração acompanhou esse processo de mudança e acabou colaborando também (...)

A diferença é que a geração anterior começou a lutar, e a gente foi junto com eles. A gente não tinha uma voz ativa, a gente ia pelo que eles falavam que era interessante para comunidade, a gente não tinha a experiência de lutar (...). Não aprendemos na escola, e nem na rua, e a gente não teve as oportunidades que existem hoje para ter mais conhecimento sobre os direitos e deveres do cidadão, por exemplo. (...)

Outra questão que eu vejo é a da violência. A geração anterior à minha e a minha sofreu muito com a violência, e ao

longo dos anos com esses projetos a gente foi diminuindo esse índice. (...)

Então esse processo educativo de organização da comunidade foi mudando essa questão da violência, uma coisa que na minha época enquanto jovem era natural: falar que tinha chacina aqui em Heliópolis, que teve morte, tiroteio, a geração de agora não tem, se falar que morreu alguém aqui, todo mundo fica assustado, porque não é mais uma coisa natural.

(...) E tem mais uma outra questão que mudou. Uma vez o João Miranda, uma das maiores lideranças comunitárias de Heliópolis, falou uma coisa que até hoje me marcou, que a gente fala da questão da educação e da cultura, mas ele falou que a geração dele não estava preocupada com educação e cultura, estava preocupada em colocar um prato de comida para os filhos terem o que comer, e depois que os filhos tivessem alimentados que iam se preocupar com outras questões. Para a geração dele a preocupação era comida e moradia. Para minha geração já tinha moradia e um arroz com ovo para comer, aí foi atrás de cultura, de educação, de outras coisas. (...)

Agora, o que a gente tem que entender da juventude é que são diversas juventudes. Juventude é uma coisa muito ampla. A diversidade e a riqueza da diversidade são muito legais. Hoje o jovem consegue se posicionar e colocar ali a sua maneira de ser, de agir e tudo o mais, e isso também traz problemas para eles.

Eu vi uma frase uma vez que eu achei muito interessante, eu acho que a gente não consegue preparar o mundo para o jovem, mas a gente consegue preparar o jovem para o mundo. Então eu acho que o papel do adulto é esse, é dar ferramentas, subsídios para o jovem se tornar um cidadão com clareza dos seus direitos e deveres. (...)

O junto e misturado

Em 2015, em virtude da instalação das praças *Wi-fi* em alguns espaços do CEU Heliópolis, houve um aumento da população adolescente e jovem ocupando esses lugares. Esta ocupação, no entanto, nem

sempre era adequada às regras de utilização legitimadas pelo Conselho Gestor, órgão colegiado que representa a instância máxima de decisões no CEU. Por isso, a equipe gestora buscou mediar essa utilização, por um lado conscientizando estes/as frequentadores sobre as regras de uso e, por outro, descobrindo junto com eles/as outras formas de ocupação, de maneira que eles/as pudessem aproveitar melhor as potencialidades que o espaço oferecia.

A partir daí, em inúmeras rodas de conversa, o próprio grupo (formado pelos jovens e coordenadores) percebeu que outras formas de ocupação, mais adequadas, já eram realizadas, pois as/os jovens também usavam aquele espaço como ponto de encontro para dançar, cantar, ensaiar, andar de skate etc. Ou seja, havia muita produção cultural acontecendo e essa era uma das grandes ideias de diversão compartilhada por todos e todas que formavam aquele grupo multietário. A partir daí e ao longo dos anos, delinear-se as ações reunidas no projeto “Junto e Misturado”, que fizeram parte do escopo de ações do PPP do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli até maio de 2020.

Sarau e Batalha

Em 2015 foi realizada a *1^a Mostra de Talentos do CEU Heliópolis*, com o objetivo de dar espaço e estrutura às práticas culturais dos jovens. Ao longo de 2016 outras ações pontuais, momentos de expressão das produções artísticas dos jovens que frequentavam o CEU, foram realizadas.

Além disso, muitos foram os grupos e coletivos artísticos locais (majoritariamente formados por jovens) que passaram a utilizar outros espaços do CEU para ensaios, mediante reserva e combinados de uso, sempre respeitados pelos/as adolescentes e jovens.

Em virtude disso, em 2017, a gestão propôs ao grupo uma ação mais contínua e daí nasceu o *Sarau do Polo*, que contou com grande participação e protagonismo dos jovens no seu planejamento, execução e avaliação.

A retomada do diálogo com a juventude em meados de fevereiro de 2018 apontou o desdobramento do *Sarau do Polo* em uma batalha de rimas – prática muito popular em Heliópolis, que envolve a com-

petição entre improvisações cantadas por *rappers* (em torno de um tema ou não) na qual o público vota naquele que mais agradou.

Assim o sarau deu lugar à *Batalha do Sol* e junto com ela nasceram também outras jovens lideranças que abarcaram essa nova ação. Em 2019 a Batalha do Sol se desarticulou, mas, por iniciativa dos próprios jovens, que solicitaram a volta das batalhas, a partir de setembro do mesmo ano deu-se início a então denominada *Batalha do Polo*.

Os cursinhos

Paralelamente a estas ações culturais, a gestão do CEU Heliópolis também vinha organizando, desde 2014, o *Cursinho Preparatório para o Vestibulinho da ETEC Heliópolis*. Este projeto nasceu porque, apesar da ETEC Heliópolis estar instalada dentro da comunidade e se tratar de uma instituição pública, muitos estudantes das escolas locais não se sentiam estimulados a prestar o vestibulinho e acabavam desistindo antes mesmo de tentar fazer a prova.

Esta ação tinha força simbólica, pois os/as estudantes, ao entrarem nos espaços da ETEC – até então mais ou menos proibidos para eles, começam um processo de reconhecimento daquele local como um espaço público e assim passam a projetá-lo como um lugar também seu, de direito.

A partir desta experiência, descortinou-se outra demanda para a realização de um projeto que também apoiasse os jovens e adultos de Heliópolis em relação ao acesso ao Ensino Superior. Nasceu, então, o projeto *Helipa na Universidade*, em 2015. Esta ação tinha como principais objetivos aumentar as chances de ingresso dos/as moradores de Heliópolis nas universidades, principalmente nas públicas, e contribuir para uma reflexão sobre os sistemas de seleção e sobre as condições da escola pública básica, especialmente as de Ensino Médio.

Encontro das Juventudes

Por uma reivindicação feita pelos/as próprios/as jovens, em 2015 foi realizado o *I Encontro das Juventudes*. Nesse mesmo ano, foi retomado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

de São Paulo, o Conselho Municipal da Juventude, cuja eleição foi realizada em agosto. Alguns dos jovens da UNAS, já engajados nas lutas políticas da região, se lançaram candidatos a duas cadeiras do Conselho. Por esse motivo, como forma de começar uma discussão mais aprofundada sobre políticas públicas e participação nos processos de decisão da cidade, o I Encontro da Juventude foi realizado no dia da eleição do Conselho, momento de culminância das discussões que precederam as eleições e que debateram justamente sobre a questão da participação política dos jovens. No dia do Encontro, além da eleição, também foram feitas rodas de conversa e debates públicos, rinhas de MC e apresentações de teatro e Hip Hop.

Em 2016, 2017 e 2018 realizamos o II, III e IV Encontro da Juventude, respectivamente, planejados e organizados em conjunto com vários grupos das juventudes organizadas de Heliópolis. A programação desses Encontros contou com mesas de debates, oficinas e apresentações culturais. Muitos foram os resultados que surgiram, a título de exemplo, apresento um trecho da poesia síntese da discussão do tema “participação da juventude”:

O coletivo é forte
sozinho é muita sorte
com muita garra
muita luz
disposição de monte.

Victor Guilherme Nadja
O 5º Elemento, 2018

Vozes de Reexistência Juvenis: Presente!

Como uma forma de buscar mais aprendizagens sobre juventudes e fortemente influenciada por essas experiências, no começo de 2019, fiz um curso oferecido pelo Itaú Social, intitulado “Juventudes em curso: Trajetos e Afetos”. O processo se dividiu em duas partes. Na primeira, em fevereiro de 2019, realizamos uma formação e na segunda parte desenvolvemos, em grupos, uma proposta prática financiada pelo Itaú Social.

Nesse contexto, um dos projetos desenvolvidos foi o *Vozes de reexistência juvenis: Presente!*, com o intuito de possibilitar a ampliação e socialização (entre si e para o mundo) das vozes das juventudes a partir do que Ana Lúcia Silva Souza (2011) chama de letramentos de reexistência, potente conceito que evidencia as formas através das quais os grupos, especialmente os negros, historicamente excluídos do processo de escolarização, encontram para disputar o poder pela significação e assim reinventar suas formas de resistir e de “reexistir”.

A partir deste conceito, traçamos então o objetivo essencial do projeto: incentivar grupos de jovens a conhecer suas memórias e trajetórias de letramentos, de modo a contribuir para a construção de identidades positivas e sentimento de pertencimento. Para tanto, propusemos a reunião de meninos e meninas de três territórios, nos quais cada uma das componentes do grupo já desenvolvia um trabalho anterior: Heliópolis (SP), Paraisópolis (SP) e Sussuarana (Salvador/BA).

O resultado do projeto foi então um *e-book* que está dividido em duas partes: na primeira, busca-se refletir sobre as metodologias e temáticas utilizadas em uma imersão com as/os jovens realizados em junho de 2019 e apresentar o escopo conceitual do projeto. E na segunda, o leitor encontrará os textos produzidos pelos/as jovens nesse contexto, que poderão também lhe dar uma ideia dos territórios que esses meninos e meninas percorreram. (ver Referências bibliográficas).

Considerações finais

Penso que a palavra é vento que sopra sem direção, mas que mesmo soprando sem norte é forte o suficiente para fazer corações rasgarem.

Sinto que nessa vida muitas palavras me fizeram chegar até aqui e muitas outras vão me fazer zarpar pra algum lugar. Se eu pudesse escolher onde chegar com elas, me imaginaria no lugar mais difícil onde uma palavra pode chegar, um lugar onde o vibrar gera som e esse som move

a vida, no coração de alguém, queria que pelo menos algumas de minhas palavras pudessem fazer morada, pois acho que não há honraria maior do que fazer parte da literatura da vida de alguém e assim por meio das palavras tornar-me eterno e ajudar os outros a seguir no mar da vida.

Abraços, “De um pensamento”

João Víctor da Cruz de Paula Pinto,
19 anos, morador de Heliópolis

Como nos ensina Paulo Freire e muitos outros, não há prática que não esteja agarrada a alguma teoria. Aliás, a própria teorização é uma prática. E pensar, creio, tem a ver com ir abrindo portas e janelas. Trata-se de um caminho que não tem fim. E escrever tem a ver com pensar.

Aliás, falando nisso, talvez você esteja pensando... E eu confesso que pensei também, muitas vezes, estariam os jovens interessados nessas coisas? Nas palavras, na morte, na educação?

Nesse meu tempo forjado para escrever, meus olhos passaram a ver também as escritas desses/as jovens. E são muitas. É que elas não se parecem com o que a gente imagina, com o que alguém disse, algum dia, que elas deveriam ser. As palavras dos/as jovens são próprias deles/as. E eu estou mesmo falando de TODOS os meninos e de TODAS as meninas, da forma mais genérica possível. TODOS/AS eles/as têm as suas palavras, e elas têm muita poesia. Mas se eles/as já têm as palavras, nós, educadores e educadoras, servimos para quê então?

Como finalização do projeto desenvolvido na ANE, participei da IV Conferência Nacional de Alternativas Para a Nova Educação – Caiçara (CONANE – Caiçara), organizado pela UFPR-Litoral em 2019, apresentando o presente trabalho.

Para tanto, pedi aos meninos e às meninas com quem desenvolvi os projetos descritos acima que escrevessem cartas. A proposta era que eu levasse os/as jovens de Heliópolis de forma simbólica até a conferência, já que não podia levá-los de fato, uma vez que o encontro foi no Paraná. Para subsidiá-los/as nas escritas, expliquei em detalhes o que estava passando pela minha cabeça. Falei sobre as palavras, sobre a morte, sobre a educação, sobre tudo isso que tentei comunicar aqui.

E não é que em uma dessas cartas (a mesma que é epígrafe dessas considerações) encontrei uma resposta para o problema da serventia das/os educadoras/es? “(...) pois acho que não há honraria maior do que fazer parte da literatura da vida de alguém e assim por meio das palavras tornar-me eterno e ajudar os outros a seguir (...)”

Referências

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira – Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, São Paulo: 2005, p. 37-72

ABRAMO, H. W.. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/jun./jul./ago. 1997, n. 5. Set./out./nov./dez. 1997, n. 6, p.25-36.

ARENDETT, H. *Entre o passado e o futuro*. Perspectiva: São Paulo: 2004.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Brasiliense: São Paulo, 1994.

CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli. *PPP – Memórias e Identidades – raízes e contemporaneidade*. São Paulo, 2020.

FREIRE, P.; ARAÚJO, A. M. (Orgs.). *Educação e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAGNEBIN, J. M. *História e Narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PERSOLI, A.; SANTIS, M. (Org.). *Memórias de Heliópolis – Raízes e Contemporaneidades*. São Paulo: Kuzuá, 2012.

QUINTANA, M. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, A. L. et al. *Vozes de Reexistência juvenis: presente!*. Salvador: Segundo Selo, 2019.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. Autêntica, s/d.

VELOSO, C., *música: Podres Poderes*. Rio de Janeiro. Polygram. 1984. (CD)

Sites:

Percursos – “Educação em transformação”. Disponível em: <https://percursosdotblog.wordpress.com/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

5

GARANTINDO DIREITOS E TRANSFORMANDO VIDAS EM HELIÓPOLIS: AS LUTAS DAS MULHERES E AS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Mariana Maria da Silva

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

Introdução

O texto trata do processo de lutas das mulheres de Heliópolis que conquistaram políticas públicas para esse grupo e também para crianças e adolescentes na comunidade e foi realizado com a intenção de enfatizar a importância da união e do empoderamento feminino no processo de transformação da sociedade brasileira, que é desigual, patriarcal e descuida dos direitos básicos de sua população.

“Que diferença faz morrer aos poucos ou morrer lutando? Eu prefiro morrer lutando!”, frase de Genésia Ferreira da Silva Miranda, liderança comunitária em Heliópolis, uma mulher nordestina, guerreira, de posicionamento forte e de coração gigante.

Genésia sempre teve um olhar para as mulheres da comunidade, buscando orientá-las sobre a importância do seu papel na sociedade. No início em 1978, não foi nada fácil, pois as mulheres tinham medo de se posicionar – ainda mais em uma comunidade composta por homens machistas, criminosos e cheios de si, mas Genésia não tinha medo, mesmo sendo proibida de falar com as mulheres – pois os homens não a queriam por perto – ela não desistia e não aceitava aquela realidade. Porém, Genésia não travou as lutas sozinhas, foi acompanhada pelo seu esposo João Miranda, Geraldo, dentre outros líderes comunitários, para conversar com os homens sobre o respeito às mulheres. Genésia sempre acreditou na capacidade do ser humano em agregar a todos, independente de cor religião e sexo, pois a responsabilidade é coletiva, assim como a luta pela garantia de direitos.

Em meio à violência contra a mulher, Genésia reuniu um grupo de mulheres, que assim como ela, tinha vontade de mudar aquela realidade, pois não aceitavam a condição de submissão a que eram relegadas. A realidade daquelas mulheres era a fome e a miséria, muitas tinham de 5 a 6 filhos para dar o que comer e ainda havia os grileiros (homens que se apossavam ilegalmente da terra e consideravam-se proprietários) e Genésia busca até hoje meios de melhorar as condições de vida dessas famílias.

Essa busca significa ir até as mulheres vítimas de violência (do Estado ou de seus companheiros) para conversar, pois as mulheres sempre precisaram lutar para defender suas vidas e para serem tratadas como seres de direitos. E mais do que nunca essa luta é necessária e justa, sendo necessário seguir de mãos dadas e cabeça erguida rumo à realização do sonho comum de justiça social e direitos iguais.

Quando as mulheres começavam a se inserir no mercado de trabalho, se pensava: O que fazer? Onde as crianças vão ficar? Foi a partir desses questionamentos que deu início ao Movimento das Mães Crecheiras, encabeçado por Genésia, com levantamento da demanda por meio de abaixo-assinado para a criação de creches na comunidade de Heliópolis.

Junto com a luta pelas creches, se viu a necessidade de haver formação para as mulheres (pois havia muito a ser feito no bairro,

para além da conquista de creches e de trabalho). Faltava ainda saneamento básico, resolver a situação da posse da terra, entre outras necessidades básicas. O processo de formação das mulheres indicava a ausência de políticas públicas e foram essas as razões que deram origem à criação da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e região (UNAS).

Consideramos que é parte do pensar certo (Freire, 1996) a rejeição decidida a qualquer forma de discriminação, como por exemplo, a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero que ofende o ser humano e nega radicalmente a democracia. Assim, vemos o quão longe se encontra da sociedade brasileira com relação à democracia: ao ver a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres, entre outras violências.

E os professores, educadores têm nisso um papel fundamental. Freire reforça a importância do sistema educacional e do papel dos professores no processo de transformação da sociedade. Segundo Freire: a tarefa formadora do professor “se dá na interioridade das lutas populares, na intimidade dos movimentos sociais de onde se origina, dos quais não pode afastar-se e com os quais precisa aprender sempre” (Freire, 1996, p. 36).

O processo de lutas em Heliópolis ajudou na construção de seres éticos, aceitando a transgressão também como direito, de lutar e de não cruzar os braços diante das adversidades, pois é impossível negar a natureza política do processo educativo, bem como é impossível a negação do caráter educativo do ato político. Do contrário isso significaria a existência de uma educação neutra, por um lado, e de outro, a existência de uma prática política esvaziada de contexto educativo. Assim como outras mulheres entenderam que para mudar a realidade era necessário estudar, se vê reforçada a ideia de que só a educação transforma.

Os anos se passaram e a luta das mulheres continuava para modificar a dura realidade que viviam e muitas se tornaram grandes educadoras. Uma história de luta sempre aliada às reivindicações por moradia na região, mas aos poucos outros eixos foram acrescentados à organização da UNAS, com a instituição do Movimento de Mulheres, em 2012.

O Movimento de Mulheres representa um trabalho de formiguinha nos diversos espaços do território de Heliópolis. Por exemplo, os Centros da Criança e Adolescentes (CCA) passaram a ser entendidos como espaço-chave para o trabalho de base do Movimento. Em todas as onze unidades divididas pelo bairro, que tem cerca de 200 mil habitantes, há ao menos um representante de cada Movimento. Dessa forma, o Movimento de Mulheres passou a colaborar na construção do plano pedagógico dos CCAs incluindo temas importantes para serem desenvolvidos com as crianças e adolescentes atendidos, tais como o feminismo, a negritude, a intolerância religiosa, a educação sexual, o tema LGBTQIA+ (entre outros).

A abordagem pedagógica dos CCAs é inspirada em Paulo Freire, ao ressaltar que os educadores aprendem junto com os educandos (Freire, 1996) e também ao apontar que o educador deveria assumir o papel de “facilitador” ou “coordenador”, em vez de tratar os estudantes como caixas para serem encheidas com fatos empacotados, Freire estimula que aprendamos uns com os outros.

Um olhar sobre a formação política e feminista na ação dialógica com as crianças e adolescentes

Os CCAs são considerados, em Heliópolis, ambientes de formação política e cidadã de crianças e adolescentes e, por isso, são fundamentais para o Movimento de Mulheres. Quando se trabalha com o tema do feminismo, por exemplo, o diálogo é feito no sentido de problematizar o cotidiano de cada um, questionando-se padrões de comportamento.

A desigualdade de gênero é desenvolvida com todas as faixas etárias nos CCAs, no sentido de se entender desde temas mais pesados, como a violência sexual, até os diferentes abusos aos quais estão sujeitas as mulheres no país, como formas de tratamento que diminuem as meninas, considerando-as como seres inferiores, já com as crianças de 6 a 10 anos (as menores), buscam-se formas menos diretas de abordagem do tema da violência sexual e doméstica, enfatizando a importância da igualdade de gênero.

De acordo com o relato pessoal de uma educadora de um CCA: “Eles reproduzem muito a violência que veem, escutam e convivem

dentro de casa. O mais comum é contarem sobre o pai que está preso ou sobre a mãe que apanha quase todo dia. Isso é muito recorrente e quando eles trazem esses assuntos, a gente conversa sobre. No mais, fazemos brincadeiras para mostrar que meninas e meninos podem brincar de qualquer coisa, tanto videogame como boneca. Incentivamos que todas as crianças usem todos os brinquedos”.

É importante considerar que ao provocar reflexões que envolvem o machismo, a homofobia e o racismo, provocam-se outras dinâmicas de comportamento, como no caso do relato de outra educadora:

Com os pequenos é bonitinho, porque eles passam a defender uns aos outros. Se alguém chama o outro de “viado”, eles vão e falam que isso não é um problema e que a vida é dele. Se não deixam uma menina jogar futebol, eles reclamam e tentam resolver. Xingamentos racistas acontecem muito raramente, porque eles já sabem que essa forma de tratamento naquele ambiente educativo é inadmissível. E não é por medo ou apenas por seguir uma regra, é por terem compreendido o motivo de aquilo ser errado. Acho que são pequenas mudanças que podem surtir efeito na formação deles.

Pensar na formação política e feminista é pensar a relação entre educação e movimentos sociais, e em processos de formação com concepção pedagógica, conteúdos, objetivos, metodologia e estratégias educativas. Assim, a pedagogia feminista se aproxima da educação popular como concepção educacional emancipatória e libertadora, na medida em que possui um trabalho educativo vinculado à ação política das mulheres. Dessa forma, é pertinente ressaltar que a intervenção pedagógica dos movimentos sociais é distinta ou peculiar, pois se encontra fundamentada e baseada na realidade e na experiência concreta dos sujeitos.

A formação política e feminista das mulheres do Heliópolis acontece nas rodas de conversa mensais (que ocorrem periodicamente no Movimento de Mulheres e são tratados temas escolhidos pelo grupo). As coordenadoras do Movimento de Mulheres empreenderam ações que culminaram em projetos de politização feminista e empoderamento feminino para conseguir chegar a mais mulheres do bairro.

Sobre a formação, o Movimento de Mulheres organizou, nos últimos anos, dois cursos anuais em parceria com o governo federal.

O primeiro curso foi *Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão*. O projeto consistiu em abrir 15 vagas para mulheres em todos os CCAs e discutir ao longo do ano o movimento feminista, sua história, a representação política da mulher, controle social, diversas configurações de família, dentre outros temas indicados pelas coordenadoras do Movimento.

Ao final do curso, as mulheres que participaram foram indicadas para serem representantes em diversos núcleos, como nos conselhos participativos da saúde, da educação, de moradia. Segundo o relato de uma conselheira tutelar do Sacomã, Indira Gabriela: “Para uma mulher que vive em sua casa e não tem como debater com seu marido, ser representante do Heliópolis ou do Ipiranga num conselho de saúde é uma coisa muito grande”. É um espaço de fala, uma representante do povo.

Algumas das mulheres que participaram do curso também estudavam no Movimento de Alfabetização (MOVA), criado por Paulo Freire, que na época da criação dessa política era Secretário Municipal de Educação de São Paulo (na gestão da então Prefeita do Município de São Paulo, Luiza Erundina: 1989-1993) e que se mantém até hoje em Heliópolis. Essas mulheres tinham por volta de 60 anos e nunca tinham pegado num lápis para escrever. Pelas palavras de uma professora: “Foi muito bom, trabalhar com essas mulheres, porque elas já sabiam de muita coisa, como por exemplo, os sintomas de um relacionamento abusivo – só não sabiam que esse era o nome”.

O segundo curso foi sobre empoderamento, voltado especificamente para as mães dos meninos e meninas que participam do Serviço de Medidas Educativas em Meio Aberto (SMSE-MA). Pelo relato de uma das mães participantes: “a gente se reunia uma vez por semana durante quase um ano, mas era muito difícil que elas falassem no começo. Muitas iam obrigadas, outras abandonaram no meio. Elas tinham muita vergonha, tinham vergonha de falar quem era seu filho e sentiam culpa ao mesmo tempo. A maioria estava passando por um processo interno muito delicado”.

Outra demanda observada com as mulheres era a necessidade de haver atividades práticas e como a maior parte não trabalhava, foi organizada uma oficina para que elas aprendessem a fazer salgados e ovos de páscoa e ganhassem alguma renda. Conforme foi passando o tempo algumas se sentiam mais à vontade pra desabafar, o que incentivava as demais. O que significou, por vezes, deixar um pouco de lado a parte teórica e nos últimos encontros as mulheres já estavam falando mais e na despedida do curso chegaram a gravar um vídeo de agradecimento pela existência desse espaço de fala, afirmando que tudo aquilo tinha feito muito bem a elas.

Ao longo dos encontros, enquanto elas iam conversando, desabafando e construindo outras formas de convivência, talvez sem perceberem de pronto, um círculo forte de confiança se formou, suas mãos costuravam algo muito simbólico: a bandeira de tecido do Movimento de Mulheres do Heliópolis, na qual está escrito, “Enquanto houver vida, haverá revolução”.

Outro relato de uma participante dos encontros reafirma esses propósitos: “Sabemos que ser mulher em uma cidade pensada para os homens não é fácil. O assédio e violência afetam diariamente nossa vida, tanto em suas casas quanto nas ruas. Na favela é pior. As diferenças são enormes em relação a um bairro de classe média alta”.

Além de enfrentar as situações de violência, as mulheres têm que usufruir de serviços públicos precários, que as deixam ainda mais vulneráveis. Ruas escuras, transportes lotados e lixo a céu aberto são alguns dos obstáculos que elas encontram no dia a dia em Heliópolis.

Fruto das lutas das mulheres, Heliópolis tornou-se o primeiro bairro da cidade de São Paulo a receber iluminação 100% de *led*, em resposta a uma caminhada realizada pelas mulheres na comunidade, na qual elas percorreram as ruas com lanternas acesas, alertando para o problema da falta de iluminação que torna o ir e vir cotidiano marcado pelo medo e pela violência.

A campanha construiu, com as mulheres das comunidades, uma carta política com as demandas para melhorar a oferta de serviços públicos como iluminação, moradia, transporte, policiamento e edu-

ção. A carta foi entregue em secretarias municipais e estaduais, prefeituras e governos.

Entre as demandas da carta constavam: universalizar a implantação e manutenção da iluminação pública por governos e concessionárias; a reivindicação por campanhas educativas e medidas protetivas dentro dos veículos públicos, como a capacitação de motoristas e cobradores para lidarem com casos de assédio, além da melhoria na qualidade e quantidade da frota, priorizando a oferta para as áreas de periferia; o direito à moradia também estava presente, pois além do acesso, as mulheres, precisam ter segurança na propriedade de suas casas.

Em 2015 conquistou-se a iluminação de *led* e realizou-se o Primeiro Seminário de Empoderamento Feminino *Mulheres em Poder de Decisão* com reflexão sobre práticas sociais, diferenças de gênero e direitos humanos. Mulheres conhecedoras de seus direitos e de sua história empoderaram-se como um mecanismo de transformação social.

Posteriormente, em 2017, foi realizado o II Seminário *Mulheres em Espaços de Decisão e Poder*. Aos poucos as mulheres de Heliópolis foram conquistando espaços e descobrindo direitos na luta pela igualdade. O II Seminário de Empoderamento Feminino, organizado pelo Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região, atuante na UNAS, aconteceu no dia 13 de maio do mesmo ano. No evento refletiu-se sobre as práticas sociais, diferenças de gênero e direitos humanos e teve a presença dos convidados Luciana Temer, Alexandre Padilha e Sara Siqueira.

Luciana Temer contou que antigamente a violência doméstica, quando denunciada, era considerada apenas como uma lesão corporal, afinal não havia a Lei Maria da Penha. Nas palavras de Luciana Temer: “a autonomia da mulher é fundamental para o seu empoderamento”. Falou sobre a desigualdade de gênero registrada pelo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e terminou com o tema do lugar da mulher no mercado de trabalho.

Indira Gabriela, jovem de 21 anos e militante do Movimento de Mulheres, falou sobre a importância de ter um espaço para discutir sobre o empoderamento feminino e que a sociedade precisa abrir espaço para a discussão de gênero para combater o assédio contra as

mulheres. Tratou ainda da ideia que o sistema patriarcal impõe: de que as mulheres devem obedecer aos homens. Segundo Indira: A gente vê exemplos e consequências desse sistema todo dia. Deve ser aberta a discussão para entender o que é a representatividade, igualdade de gênero, igualdade salarial e tantas outras coisas que precisamos lutar para conquistar.” Após começar a frequentar as reuniões do Movimento de Mulheres, Indira conta que se sente livre para ser quem ela é, saber rebater quando a ofendem e tentam tirar seus direitos.

Vale lembrar a história de restrições e de repressão às mulheres no país: em 1827 surge a primeira lei que permitiu às mulheres frequentar escolas elementares; em 1879 foi permitido o ingresso de mulheres no ensino superior; em 1887 a primeira médica do Brasil estava se formando; o direito ao voto feminino só foi conquistado em 1932; a delegacia de atendimento especializado à mulher surge em 1985 e para finalizar, em 2010 tivemos a primeira presidenta do Brasil (Rezzutti, 2018).

Uma das missões da UNAS é transformar Heliópolis em um Bairro Educador, entendendo o território como um lugar onde todas as pessoas estejam inseridas em um processo de educação com base na autonomia, na responsabilidade e na solidariedade, que a escola e os projetos sociais sejam centros de liderança na comunidade e que tudo passa pela educação.

Em Heliópolis, o Bairro Educador se desenvolve em uma complexa rede de proteção social para que se possa reconhecer, afirmar e garantir direitos humanos fundamentais, por meio de uma educação libertadora, cidadã, que ajude a construir um país mais justo e democrático.

No início do texto apresentamos a evolução das conquistas das mulheres em Heliópolis e consideramos que ainda é pouco. Há muito a se discutir e muitos motivos para lutar.

Com o decorrer dos anos, a coordenação do Movimento de Mulheres foi entendendo a necessidade de fazer parte do sistema político. Em 2018 foi organizada uma caminhada pelas ruas de Heliópolis. Cerca de 200 mulheres se reuniram na Rua Flor do Pinhal com cartazes, bandeiras e uma animadíssima batucada. Por volta

das 09h00 da manhã o ato “Mulher na Labuta, Resistência e Luta” teve sua abertura, com a participação da ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci que denunciou o impacto das mudanças da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na vida das mulheres, além de ressaltar a importância da participação feminina nos espaços de decisão.

Logo após, as mulheres saíram em caminhada pela comunidade dialogando com os moradores sobre o aumento da violência contra a mulher e a retirada de direitos fundamentais. Ecoando com palavras de ordem: “Essa Luta é nossa, essa luta é do povo. São as mulheres construindo um mundo novo”, as participantes do ato denunciaram os retrocessos em direitos sociais vividos pela população, principalmente a moradora de favela que vem sofrendo com o desmonte da saúde pública e a falta de investimentos em programas de assistência social e educação.

Para Antônia Cleide Alves, Presidenta da UNAS, em depoimento informal, as mulheres são as principais vítimas do machismo. Segundo Cleide: “Quando falamos em desemprego, fim dos direitos trabalhistas e da destruição dos serviços públicos, temos que ter em vista que as mulheres são as que mais sofrem. E quando analisamos a situação da mulher moradora de favela, percebemos que é ainda pior”. Como afirma King (1997) “O que adianta partilhar com igualdade um sistema que está matando todos nós?”.

A caminhada *Mulher na Labuta, Resistência e Luta* também denunciou o aumento das agressões e estupros contra as mulheres, além dos brutais casos de feminicídio “A Violência Contra a Mulher não é o mundo que a gente quer” foi o canto entoado pelos becos e vielas de Heliópolis.

O Movimento de Mulheres de Heliópolis e Região, representado por sua coordenadora Lídia Tavares, entregou ao Sr. Ronald Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, um documento que reivindica a construção de uma Maternidade e Hospital de referência à Saúde da Mulher em Heliópolis, uma demanda antiga do movimento. A entrega ocorreu durante a realização da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS), que aconteceu em

Brasília de 27 de fevereiro a 2 de março. Lídia, conselheira municipal de Saúde e conselheira municipal de políticas para as mulheres, é delegada nacional na Conferência e nela luta pela manutenção dos direitos conquistados e em defesa de um Sistema Único de Saúde (SUS) público e de qualidade.

O documento entregue apresenta a comunidade de Heliópolis cuja população é formada, na sua maioria, por mulheres que são também as chefes de suas famílias. Em São Paulo, as mulheres sofrem diariamente com a falta de políticas públicas, principalmente na área da saúde da mulher. Por isso, a necessidade de criação da Maternidade e Hospital de Referência à Saúde da Mulher em Heliópolis.

Sabemos que as políticas públicas não são neutras, como já percebemos, elas podem ou não efetivar direitos objetivos, ameaçando-os na prática. E, em governos de coalizão, são contraditórias, pois expressam a correlação de forças, pró e contra determinada orientação política, em cada espaço de decisão e unidade de gestão.

O Movimento de Mulheres, em sua trajetória, denuncia a perspectiva patriarcal do Estado e demanda por políticas públicas para as mulheres em decorrência das relações (e a desigualdade) de gênero, de classe e pelo racismo, que por ser sistêmico exige uma intervenção do Estado para superá-las que, porém, não se incumbirá dessa tarefa sem um sujeito de transformação que o impulsione na direção da igualdade, por meio do feminismo em ação, que alimente práticas de cidadania das mulheres e aprofunde a democracia do Estado.

Outro episódio importante promovido pelo Movimento de Mulheres foi o Ato/Vigília pelas Vidas das Mulheres que ocorreu em dezembro de 2018, em que cerca de 120 mulheres saíram às ruas em repúdio a mais um caso de feminicídio na comunidade, envolvendo a jovem Anna Borges, de 17 anos, brutalmente assassinada pelo ex-namorado que, na sequência cometeu suicídio. Após 17 dias desaparecida, foi encontrada morta e enterrada na região.

Hayde Borges, mãe da jovem assassinada, presente ao Ato, ressaltou: “A vida da minha filha foi ceifada por um amor doentio, e por um assassino covarde que se matou para não ter que lidar com o que havia feito. Eu não vou mais ter o direito de casar minha filha ou se-

gurar um neto nos braços, recebi centenas de mensagens maldosas de outras mulheres falando que a Anna procurou isso, a Anna tinha apenas 23 anos e muito a viver. Mulheres precisamos estar mais unidas, umas com as outras. Gostaria que a história da Anna servisse para que outras mulheres rompam os ciclos de violência em seus relacionamentos”.

Entendemos que a violência de gênero não pode ser tratada apenas do ponto de vista policial ou judiciário. São necessárias medidas que promovam o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais para a população feminina.

É imprescindível que se reconheça a violência de gênero como parte arraigada à estrutura social, histórica, hierarquizada e elitista, assim como a violência racial e social. É preciso enfrentar a opressão/exploração das mulheres e mobilizar todas as áreas do Estado e da sociedade: segurança, justiça, saúde pública, educação, cultura e economia. Sendo necessário que o Estado assuma a responsabilidade de colocar em prática políticas públicas que rompam com as injustiças e a divisão social e sexual do trabalho

Mobilização e participação popular nos mecanismos de exigibilidade política: as aprendizagens de Heliópolis

Importante destacar as lutas também na área da Saúde: após mais de um ano de pressão da população e do Fórum de Saúde da UNAS, a Prefeitura do Município de São Paulo deu início às obras da nova Unidade Básica de Saúde do Sacomã, localizada na Estrada das Lágrimas, nº 1604. Em agosto, o Fórum realizou um ato pela abertura da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 hs no local da atual UBS, e pela abertura da nova unidade. De acordo com Lídia Tavares, Conselheira Municipal de Saúde, Diretora da Unas e Coordenadora do Movimento de Mulheres: “Heliópolis não tem um hospital de referência para pronto atendimento, com a implantação da UPA passaremos a ter atendimento para pequenas urgências e emergências”.

O Fórum Popular de Saúde da UNAS continua o trabalho de convidar a população a somar-se nesta luta, fortalecendo a organização

da comunidade como forma de enfrentamento do desmonte do SUS e de lutar pelo direito à saúde.

O Centro de Defesa e Convivência da Mulher – Sônia Maria Batista é mais uma conquista em políticas públicas para a região. O serviço é fruto da parceria entre a UNAS e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e oferece atendimento social, psicológico, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência doméstica e situação de vulnerabilidade social, disponibilizando condições para o fortalecimento de sua autoestima e autonomia pessoal e social para a superação da situação de violência.

A UNAS iniciou a gestão no mês de dezembro de 2017, como resultado de um processo de chamamento público, mas, é muito anterior o desejo e a identificação da demanda de realização deste trabalho, de forma conectada às mulheres das regiões mais vulneráveis do território Ipiranga, composto pelos distritos Cursino, Sacomã e o próprio Ipiranga.

Diante de um cenário no qual o fomento ao ódio e à violência vêm aumentando, a vida das mulheres mais uma vez está sendo impactada diretamente, neste contexto se faz necessário fortalecer e empoderar as Mulheres, em especial as Mulheres periféricas, que têm acesso restrito a diversos mecanismos de educação.

Outro ambiente de formação importante é a *Escola Feminista Heliópolis* como espaço de formação contínua para mulheres que propõe quatro ciclos de formação

Se faz necessário falar sobre essas mulheres, reescrever as suas histórias e não deixar que as lutas e conquistas sejam esquecidas. Parte disso requer que assumamos e divulguemos nossas ideias e reflexões em todos os meios. Requer que não nos submetamos a relacionamentos abusivos e que não deixemos que a apropriação de nossas ideias apague as capacidades e individualidades. Precisamos assumir o protagonismo de nossas histórias, como integrantes das histórias da humanidade, ocupando o espaço que ainda nos é negado na disseminação das ideias, da ciência e dos pensamentos. Não podemos nos submeter. Não mais.

Identificar uma condição de submissão muitas vezes requer um exercício diário de autorreflexão e especialmente de sororidade. As mulheres precisam de atenção diária e servir de apoio e alerta umas às outras. Inclusive a filósofa e feminista Djamila Ribeiro tem tratado sobre o tema em suas redes sociais e na escola feminista, ressaltando que as frequentes e múltiplas tentativas de silenciar sua produção de conhecimento, em face da grande notoriedade que passou a ter, não só por conta do acesso às modernas formas de comunicação, mas principalmente por ser mulher e negra. Agrava-se o fato de que, em qualquer sociedade em crise, os direitos dos mais vulneráveis, dentre os quais ainda se encontram as mulheres, são ainda mais ameaçados, o que nos serve de alerta para que nos mantenhamos sempre vigilantes.

E não custa lembrar, os atos de silenciamento e apropriação intelectual não são exclusividades de homens com discursos de direita, ao contrário partem também de intelectuais de esquerda. É chegada a hora de assumirmos a propriedade absoluta de nossos corpos e nossas ideias, mesmo que para isso tenhamos de lutar diariamente contra a proibição do aborto, a ditadura econômica da beleza e da perfeição, as ideias e fundamentos religiosos machistas, a política de aniquilação dos direitos da mulher e da criança, a ausência de espaços para nossas vozes e nossos olhares e a apropriação intelectual de nossas ideias.

Assim, por muitos anos mulheres sonharam com o tempo em que os seus nomes estariam nos livros de história; sonharam com o tempo em que o número de mulheres na política seria igual ao de homens; sonharam com a liberdade de ser o que quisessem, apenas isso; sonharam com um dia em que não precisariam de um instrumento legal para garantir-lhes respeito, que apenas elas (e mais ninguém) teriam domínio sobre seu próprio corpo. Mulheres como muitas de nós, temos que nos encorajar para não deixar a história morrer, precisamos unir forças para que possamos ser ouvidas, muitas mulheres sonharam e lutaram, mas, não tiveram oportunidade de ver a colheita.

Eis que os frutos que colhemos hoje são consequência de uma luta de ontem. A luta de hoje, provavelmente, só será colhida amanhã, mas não podemos desistir.

Considerações finais

A nós, mulheres, o que resta é nos ajudarmos mutuamente, sem julgamentos, pois só assim conseguiremos conquistar espaços e direitos que nos foram furtados. Algo que nos dará o empoderamento necessário para combater as opressões, rompendo com a marca da rivalidade.

Salientamos que, com essa consciência, as mulheres se tornarão mais fortes na desconstrução dos papéis de submissão que a sociedade impõe. Para aquelas que já sabem sua força, cabe como inspiração um trecho do poema de Che Guevara: “não esperem a colheita, estejam sempre a semear”.

A união entre mulheres é uma ferramenta poderosa para o seu empoderamento, a sororidade é necessária para o alcance da equidade e da desconstrução de papéis impostos pela sociedade machista. Nós não somos contra os homens, mas contra um sistema machista e patriarcal. As mulheres sempre precisaram lutar para defender suas vidas e para serem tratadas como seres de direitos. E mais do que nunca essa luta é necessária e justa. Sigamos de mãos dadas e cabeça erguida rumo à realização do sonho comum de justiça social e direito iguais.

Referências

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Cortez, 1996.

REZZUTTI, P. *Mulheres do Brasil: a história não contada*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

6 | **HELIPA MUSIC: A MÚSICA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO**

| Douglas Cavalcante de Jesus

Introdução

O texto aqui apresentado relata o percurso autobiográfico de um jovem morador da favela de Heliópolis. A narrativa está em primeira pessoa, pois a partir da análise do seu próprio processo formativo, de tomada de consciência política por meio das práticas sociais desenvolvidas no território, o autor desenvolve uma série de reflexões sobre as produções artísticas dos educandos dos Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), o *rap* e o Festival *Helipa Music*, como práticas de letramento cultural.

Consciência de quem sou

Comecei aos sábados e domingos
quando vi
tava aqui a semana toda
trabalhava na oficina
estudava no Ataliba

e curtia o pancadão
virei morador
vivo em paz
posso dizer:
a mídia aumenta

a polícia bate aqui
 e fica, pra quê?
 nem Paquistão,
 nem Gaza, caminho
 seguro até alta madrugada
 acredito na conquista
 da terra e no debate
 engrosso a luta
 falo, converso, divulgo
 e quando ensino
 aprendo mais
 se você me descreve

certamente dirá
 “é moreninho”
 mas se pergunta
 minha cor, digo preto –
 Mandela, que cara foda!
 eu vou bater
 de porta em porta, plantar
 o bem, construir hortas
 carregando orações de Mano Brown e,
 tatuado, o amor
 de minha mãe, vou longe.

Bruna Beber

Este poema representa o início da minha militância em Heliópolis. Em 2012 participei de um projeto social realizado pela União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e região (UNAS) chamado *Heliópolis + Sustentável*. O projeto tinha várias vertentes, a que participei, *Incubadora*, consistia em um processo de formação para elaborar um projeto de sustentabilidade para o território. A proposta que criei chamava-se *Plante o Bem* e propunha instalar jardins verticais em vários espaços da comunidade com o objetivo tanto de aumentar a quantidade de plantas no bairro, quanto de resgatar a cultura nordestina – origem de grande parte dos moradores – que tem o costume de plantar seus próprios temperos em casa.

Como mostra o poema, eu não morava em Heliópolis, nasci na Vila Carioca e sempre morei de aluguel, mas mesmo não morando na favela, eu trabalhava, estudava e vivia momentos de lazer lá (no “pancadão”). E apesar de na época a mídia veicular que Heliópolis era um local perigoso, eu nunca me senti inseguro na comunidade. Quando tinha 14 anos, minha mãe conseguiu comprar a sonhada casa própria: três pequenos cômodos na maior favela de São Paulo, para nós era incrível, porque era nosso!

Comecei a trabalhar aos 15 anos de idade e passei por vários empregos. Queria muito ajudar a minha mãe financeiramente, mas sentia que aqueles ambientes de trabalho não eram o meu lugar. Quando eu fiz 19 anos, fui estudar no Serviço Nacional de Aprendizagem In-

dustrial (SENAI) porque pensava que trabalhar em metalúrgica era o que dava dinheiro. Ainda assim, mesmo quando terminei o curso, não consegui arrumar nenhum emprego.

Foi quando soube de um projeto promovido pela União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS) e que possibilitava uma bolsa auxílio. Ao conhecer o projeto tive o primeiro contato com a Prof^a Arlete Persoli. A Arlete me chamou para trabalhar como agitador cultural daquela iniciativa e, logo depois, me convidou para fazer parte também de outra atividade chamada “Incubadora”.

Trabalhar no *Heliópolis + Sustentável* foi um divisor de águas porque foi possível conhecer a história da favela onde eu morava (e moro) e de como ela foi se transformando. Conhecer a luta pela terra dos moradores de Heliópolis foi essencial no processo de formação da militância, do trabalho e do meu papel como educador em um lugar que busca se transformar em um Bairro Educador. Conhecer a história de Heliópolis também mostrou que eu tinha um papel na continuidade das lutas que tinham sido feitas antes da minha geração. No processo formativo que fez parte do projeto, pude entender muito mais do que as questões ligadas às áreas verdes. Aprimorei meu olhar, principalmente, em direção às pessoas e às relações sociais, políticas e culturais delas entre si e com seu entorno.

Até trabalhar no projeto *Heliópolis + Sustentável* parecia que eu só “passava” pelas coisas, mas a experiência nesta prática social, oportunizou o desenvolvimento de maior consciência de quem eu sou e, desde então, esta consciência só aumentou.

Pela necessidade me fiz ser quem sou

A experiência de trabalho na UNAS ensinou que eu tinha direito a acessar o ensino superior, mesmo assim, tive muita dificuldade por conta de algumas defasagens vindas da educação básica. Pelo que sei, fui o primeiro da minha família a fazer o ensino superior.

Logo no primeiro semestre eu já sentia dificuldades, me acompanhava sempre a sensação de que eu não ia conseguir terminar. Na

minha turma, só tinha eu e mais uma pessoa negra. Eu não me sentia pertencendo àquele lugar, havia sempre uma sensação de estar atrás de todo mundo, claramente eu não tinha partido do mesmo ponto que os outros.

Neste período senti falta de todos os professores de matemática que estiveram ausentes durante a minha estada na escola, ficando cada vez mais explícita a violação do meu direito à educação. No entanto, só fui ter consciência dessa violação dois anos depois, quando senti na pele a falta que essas aulas fizeram no meu percurso formativo, havendo sempre a ideia de que as aprendizagens acontecem “na raça”. A ausência de aulas de matemática mostrava os problemas da escola pública, como não ter professores disponíveis. Na época eu já trabalhava e queria estudar – apesar do senso comum que afirma que os estudantes do ensino noturno não querem estudar, no meu caso isso não era verdade.

Apreendi muita coisa pela necessidade, não exatamente pela vontade, e isso é resistência: aprender mesmo com o direito à educação sendo negado. A formação da minha consciência social aconteceu por meio das experiências de educação não formal e mesmo informal.

Quando ingressei no ensino superior, no curso de Contabilidade, tinha cerca de 20 anos e trabalhava na UNAS, primeiro como auxiliar administrativo e depois, na área contábil. Com frequência, contabilizava as notas fiscais no *site* da UNAS, o que me despertou a curiosidade de saber como poderia melhor alimentar esse canal de comunicação. Ofereci-me para produzir este material, colaborando com o jornal comunitário e com os conteúdos postados nas redes sociais. Logo fui chamado para inaugurar a área de comunicação da UNAS e, apesar de não ser essa a minha formação inicial, me interessava muito por ajudar na divulgação das potencialidades das ações desenvolvidas pela organização, considerava isso da maior importância, pois quero que todos fiquem sabendo das coisas boas que a minha favela produz.

No início, fui aprendendo sobre comunicação na própria prática de produzir conteúdo para o sítio da Internet, para o jornal e as mídias sociais, por meio de criação intuitiva, procurando na in-

ternet, imitando estilos de outros sítios e com a ajuda de algumas pessoas. Passei, então, a escrever mais, dada a necessidade colocada por aquele trabalho e com a fotografia aconteceu o mesmo. Sentia que no fundo era isso que eu sempre quis fazer, então era fácil e gostoso aprender.

Ao longo deste artigo, apresento fotos que produzi de várias edições do Helipa Music, como forma de mostrar isso de bonito que existe na minha favela. Esse material foi por mim divulgado na IV Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação (CO-NANE) Caiçara – no ano de 2019, requisito para a formação no curso de Especialização em Alternativas para a Nova Educação (ANE) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Litoral e cujo Trabalho de Conclusão de Curso inspirou este texto.

O Rap na minha vida

Comecei a escutar *rap* na adolescência e ele virou meu amigo. Várias letras de *rap* me ajudaram muito, pois aprendia coisas que a escola não ensinava. É por causa desse estilo de música que começa a constituição da minha consciência como negra e morador da periferia. Lembro-me de uma letra do Racionais MCs, *A vida é um desafio*, do álbum *Nada como um dia após o outro* (2002): “É necessário sempre acreditar que um sonho é possível/Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível”.

O *Rap* representou um alento para mim, ensinando que eu ainda podia viver muitas outras experiências, sem limites para as possibilidades do que eu poderia ser. Grupos como *SNJ*, *Facção Central*, *Racionais MCs* apresentavam letras que falavam do que eu vivia. Ao contrário de uma visão social de que rap é coisa de bandido, eu me confortava ao ouvir: “Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase/Que o sofrimento alimenta mais a sua coragem”.¹⁴

Interessei-me pelo tema que desenvolvo neste trabalho ao fotografar um dos eventos da UNAS chamado *Helipa Music* no qual os

¹⁴ Racionais MCs, *A vida é um desafio* do álbum *Nada como um dia após o outro*, 2002.

educandos dos CCAs apresentam uns para os outros e para as suas famílias uma *performance* musical produzida ao longo do ano, a partir de um tema.

A princípio, para mim, o *Helipa Music* era só mais um evento, mas ao ouvir as músicas produzidas pelas crianças e adolescentes percebi a importância desta atividade para aqueles educandos. Eles não só cantavam de modo corriqueiro, mas cantavam sobre si mesmos e sobre os temas importantes para a comunidade. Não cantavam clichês, falavam a partir das suas vivências e do que sabiam. E, por conta da minha experiência com o *rap*, me identifiquei com aquelas crianças e adolescentes.

Em 2018 ingressei no curso de especialização (*lato sensu*) em Alternativas para uma Nova Educação (ANE) na UFPR e, impulsionado pelas reflexões feitas ao longo desse processo, fiquei me perguntando o que são as alternativas para uma nova educação no meu território, que é Heliópolis. O que há em Heliópolis que pode ser replicado em outros territórios? Lembrei então do *Helipa Music* justamente porque passei a entendê-lo como um processo de aprendizagem. Até então, eu pensava a educação como uma atividade meramente escolar e o *Helipa Music* como um simples evento cultural. Na ANE entendi que o *Helipa Music* é educação também e passei a pensar as ações que fazemos na UNAS de modo mais integrado e o *Helipa Music* se tornou, para mim, uma das “Alternativas para uma Nova Educação”.

A ANE me fez refletir sobre episódios que acontecem no contexto em que eu estou inserido e as relações entre este contexto e a minha história de vida. Foi assim que na busca por me inserir ainda mais no movimento que tem por objetivo transformar Heliópolis em um Bairro Educador, entendi que o *Helipa Music* traduz as relações entre educação e cultura, por meio da reflexão sobre o processo de aprendizagem proporcionado por essas experiências, dirigidas ou não, que ocorrem por meio da música, em especial pelo *rap* e que atuam na transformação pessoal e social, como aconteceu comigo e como parece acontecer com as crianças e adolescentes que participam do *Helipa Music*.

Os Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs)

Era uma vez uma favela
 Que acendeu uma vela
 Depois fico velha
 E num ato de amor.
 A justiça e igualdade
 Virou comunidade
 E renasceu bem mais bela
 Como um bairro educador
 Era uma vez um lugar distante
 Onde havia barro e alguns barracos
 Uma família rica e dominante
 Dizia: nós somos fortes eles são fracos
 Como toda moeda tem dois lados
 Tecendo a vida como uma arte
 Uma mulher educadora percebeu
 Que a luta de hoje é a força do amanhã
 Juntou-se ao marido
 Juntou seus vizinhos
 Sofreu violência e perseguição
 Porém nada cala a voz da consciência
 E resistência nasce da indignação
 Quanta luta quanta gente
 Quanta gente pra brilhar
 Logo procurou-se a luz
 Para todos iluminar
 Ao invés de desistir e aceitar
 Educar-se para sonhar
 Ao invés de sonhar e refletir
 Educar-se para agir
 Ao invés de julgar e condenar
 Educar-se para conscientizar

Ao invés de agredir e odiar
 Educar-se para amar
 Ao invés de excluir e separar
 Educar-se para integrar
 Ao invés de matar ou morrer
 Educar-se para viver.
 Na cidade do Sol, um homem corria
 Olhava parava, falava e ouvia
 Misturava comunidade, escola, família
 Promovendo uma grande união coletiva
 Educação pela Paz e paz pela educação
 A caminhada faz parte, dessa nossa
 construção
 Passo a passo, peça por peça, parte por
 parte
 Um homem que rompeu barreiras da
 desigualdade
 Muros paredes silêncio e o preconceito
 Unificando o ensino pra melhora do gueto
 Quanta luta quanta gente
 Quanta gente pra brilhar
 Logo procurou-se a luz
 Para todos iluminar
 Um novo dia trouxe o sol
 Que para poucos, costuma brilhar
 Porém Heliópolis é a Cidade do Sol
 E como um Girassol
 Em sua direção começou a Girar
 Música: Era uma vez
 Artista: Avante, o Coletivo

Álbum Voavante, 2011

O Centro para Criança e Adolescente (CCA) é uma política pública da cidade de São Paulo desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) com o objetivo de oferecer proteção social às crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade e risco, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e funciona no contraturno escolar.

A UNAS administra em parceria (convênios) com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) onze CCAs, sendo sete unidades em Heliópolis, e outras 4 unidades em bairros periféricos do entorno. Nesses espaços são atendidos diariamente 1.460 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos.

O que diferencia o trabalho realizado nessas unidades dos demais CCAs da cidade são justamente os 5 princípios do Bairro Educador adotados no desenvolvimento de suas ações, uma vez que a UNAS entende cada um desses espaços como um centro de liderança na comunidade onde está inserido.¹⁵ Por isso, não se trata apenas de um local de assistência voltado ao atendimento de crianças e famílias em estado de vulnerabilidade, mas um espaço de formação de lideranças comunitárias, o que aumenta a responsabilidade do trabalho ao mesmo tempo em que potencializa a força de articulação desses equipamentos sociais.

Essa relação de parceria com as famílias se dá em diferentes ocasiões, como por exemplo nas visitas domiciliares (quando os educadores vão conhecer as casas de seus educandos), muito enfatizadas pela organização, pois entende-se que, assim, os educadores passam a entender melhor o contexto em que vivem seus educandos. Além disso, as atividades educativas e socioculturais devem estar conectadas com a realidade em que as crianças e suas famílias vivem.

O Helipa Music e os Círculos de Cultura de Paulo Freire

O Festival Helipa Music surgiu no ano de 2010 a partir da ideia de criar um evento que valorizasse os artistas e a cultura de Heliópolis. Em sua primeira edição contou com apresentações em diversas cate-

¹⁵ Os cinco princípios norteadores do Bairro Educador são: Tudo passa pela educação, A escola como centro de liderança na comunidade onde está inserida, Autonomia, Solidariedade e Responsabilidade. Eles foram concebidos ao longo da história de Heliópolis e atualmente são as concepções político pedagógicas de diversas instituições e movimentos locais. (Para saber mais ver texto de apresentação “Como tudo começou...Os caminhos do Bairro Educador, Heliópolis”)

gorias musicais como forró, samba, rap e funk. Reuniu artistas locais e as crianças e adolescentes dos CCAs para cantarem, premiando o “melhor” de cada categoria.

Em 2014, o *Festival Helipa Music* mudou seu formato, deixando de ser realizado por categorias que premiam o “melhor” de cada uma, passando a ter apresentações a partir de um tema. E é nesse contexto que as crianças e adolescentes se tornaram ainda mais protagonistas da construção do evento, com as exposições de suas potências criativas, oportunizando aos educandos um processo de reflexão no desenvolvimento de suas criações artísticas.



Festival Helipa Music 2018

Foto: Douglas Cavalcante.

Por essa razão as oficinas de Hip-Hop, que fazem parte da rotina dos CCAs, ganharam maior importância, na forma de um rico processo pedagógico que se articula com as concepções e metodologias de Paulo Freire. Nestas oficinas os educandos elaboram a composição de suas próprias letras e músicas

Segundo Brandão (1985), o método Paulo Freire de alfabetização de adultos surgiu por volta dos anos 1960, época em que havia grande

efervescência dos movimentos populares de base, como o Movimento de Educação de Base (MEBs) da Igreja Católica, os Centros Populares de Cultura (CPCs) do Movimento Estudantil, dentre outros, como movimentos que buscavam ressignificar e praticar ideias de educação e cultura populares.

Nesse sentido, muitos experimentos foram feitos até que o governo federal (à época, o governo João Goulart) lançou mão deles em prol de uma campanha nacional de alfabetização de adultos, idealizada por Paulo Freire. Infelizmente, esse movimento foi interrompido pelo golpe civil-militar de 1964, meses depois do lançamento da campanha, cujo material didático foi considerado “subversivo” pelos novos donos do poder. Nesse contexto, a esmagadora maioria dos educadores envolvidos nesse movimento enfrentou a prisão, a tortura, o exílio, ou foram mortos pela ditadura que se instalava no país.

Paulo Freire foi um dos exilados e espalhou seu método em vários lugares do mundo como Chile, Estados Unidos da América, diversos países da África e da Europa. Retornou ao Brasil só nos anos 1980, com a anistia política, voltando a desenvolver, no seu país natal, diversas experiências e estudos e se tornou Secretário Municipal de Educação de São Paulo de 1989 a 1991, empreendendo grandes avanços na educação pública municipal. Morreu em 1997 e deixou um enorme legado para a educação crítica brasileira e mundial.

A essência do método Paulo Freire está em considerar o educando e sua experiência cultural como propulsores do ato educativo, que se materializa por meio do diálogo, conforme afirma Brandão:

A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá pra pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos.” De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e edu-

candos-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende. (Brandão, 1985, p. 9)

As oficinas de Hip Hop nos CCAs são fruto da parceria entre a UNAS e o grupo de *rap Avante, o Coletivo*, formado por artistas que, assim como os educandos, são moradores de Heliópolis. Jota-Be, U-China e Xuvisco, formam o coletivo que desde o ano de 2007 expressa suas mensagens por meio do *rap*. O grupo se destaca pela forte identidade com a comunidade, na qual há mais de 10 anos ministra as oficinas de *Hip-Hop*.

Esse coletivo desenvolveu uma pedagogia que estimula as crianças a trabalharem a música como ferramenta de mudança. A primeira etapa deste processo é a escolha do tema gerador, em conjunto com todos(as) os(as) trabalhadores(as) dos CCAs, que será desenvolvido ao longo de um ano e serve de premissa para todas as atividades. Geralmente o tema, que inicialmente é igual para todos os CCAs, envolve questões abrangentes e, em um segundo momento, os educandos são envolvidos no processo de escolha do “subtema” de cada CCA para aquele ano. Por exemplo, em 2018 o tema gerador geral era Direitos Humanos e o CCA *Parceiros da Criança* escolheu como subtema os Direitos da Mulher.

Esta escolha temática constitui uma das etapas mais importantes da metodologia, uma vez que vincula o ensino dos elementos da linguagem musical – no caso das oficinas de *Hip Hop* – com os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes que frequentam os CCAs, fazendo com que o processo educativo-cultural como um todo se preencha de sentido ainda mais.

É nesse sentido que a escolha do tema é fundamental, pois guiará todo o processo de ensino e aprendizagem. Os debates que levam à definição dos subtemas de cada CCA, são uma espécie de momento de pesquisa. Brandão, ao se referir à metodologia dos Círculos de Cultura para a alfabetização de adultos, explica que esse momento é essencial para o levantamento das formas como os educandos significam o mundo.

Estes momentos de escolha dos subtemas, significam verdadeiros processos de aprendizagem nos quais os educandos dos CCAs tratam de problemas que vivem todos os dias em sua comunidade.

No ano em que o tema foi Direitos Humanos (2018), para os educandos do CCA *Parceiros da Criança*, por exemplo, tratar disso significava debater sobre a não violência contra mulher, era um assunto vivido de alguma maneira por aquelas crianças e adolescentes ou pelo menos um assunto que as impactava. Ao final, produziram a seguinte letra:

CHEGA DE MACHISMO

Chega de machão
 Mulher não é objeto pra sofrer na sua mão
 Chega de machismo
 Chega de machão
 O direito da mulher está na constituição.
 Me respeita se você quer respeito
 Por todas as mulheres exigimos nossos direitos
 Respeitem as minas, exijam direitos iguais
 Mulher é bem capaz, merece muito mais
 Xô machismo, sexismo e todos os ismos
 Um basta na opressão não toleramos isso não
 Um sonho uma vontade, lutar pra ser verdade

Sociedade justa vigora a igualdade
 Mulher fonte de vida não espera e vai à luta
 Marielle presente, referência de conduta
 Ninguém vai nos calar tirar a nossa autonomia
 Seja homem de verdade e pare com essa covardia
 Mulher quer seu espaço ter direito à profissão
 Mulher que representa na política em ação
 Mulher quer seu trabalho sua valorização
 Mulher quer seu respeito e não é pia nem fogão.

Projeto: Centro para Criança e Adolescente – CCA “Parceiros da Criança”

Passado o momento de seleção do “subtema gerador”, as oficinas de *Hip Hop* passam para outra atividade inicial muito semelhante à metodologia freireana dos Círculos de Cultura, tal como ele foi descrito por Brandão: a chuva de palavras. Junto aos educandos, depois de um levantamento sobre os seus saberes e experiências relacionados ao tema gerador, os educadores (oficineiros de *Hip Hop*) anotam em um quadro as palavras mais importantes ligadas àquele tema, formando assim um universo vocabular daquele grupo.

Para muitas crianças e adolescentes, o processo de composição conjunta da letra da música, a partir da chuva de palavras, é um de seus primeiros contatos com a palavra escrita, porém, aqui, as palavras não são só um instrumento de leitura da língua; são também instrumentos de releitura coletiva da realidade social em que a língua existe porque existem os homens que a falam e as relações entre eles.

Dessa forma, os educandos dos CCAs, ao comporem suas músicas, por meio de um processo de alfabetização, escrita, composição, ritmo e puro sentimento, mais do que aprender a compor um *rap*, ampliam as suas formas de ler o mundo.

Em *A importância do ato de Ler* Paulo Freire explica que ler é uma operação que não se esgota na decodificação pura da palavra ou da linguagem escrita, pelo contrário, a decodificação se antecipa e se alonga no que o autor chama de “inteligência do mundo”, “(...) a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9).

No entanto, uma não prescinde da outra, pois linguagem e realidade se prendem dinamicamente, dessa forma “A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (Freire, 1989, p. 9), isto porque todo texto é também produzido em uma realidade sócio-histórica, isto é, todo texto tem em si um contexto.

Nesse sentido, o texto escrito recria, revive na palavra escrita a experiência vivida, por isso, já é em si uma leitura. Esta leitura, porém, não pode significar uma ruptura com a leitura do mundo (...) a leitura da palavra foi a leitura da ‘palavramundo’. (Freire, 1989, p. 11)

Relacionando esse processo com a alfabetização de adultos, Paulo Freire reitera sua visão de que toda educação é um ato político.

Assim como qualquer pessoa, incluindo os educandos dos CCAs, o alfabetizando é capaz de perceber o mundo. A diferença entre eles e o educador, é que este último também é capaz de ler e escrever. Então, por que é importante ler e escrever? Responde Paulo Freire “(...) a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (Freire, 1989, p. 13).

Ana Lúcia Silva Souza (2011) no livro *Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip hop* defende que o *Hip Hop* é um processo de letramento dos grupos periféricos, especialmente

os negros, que historicamente foram marginalizados pela educação formal. A autora considera como letramento:

Tomo como válidas as perspectivas dos novos estudos de letramentos, que compreendem as práticas de letramento como múltiplas e historicamente situadas. Longe de serem homogêneas, pois modeladas e construídas culturalmente, são marcadas pela heterogeneidade e estão relacionadas aos papéis e aos lugares sociais que ocupamos, ou somos impelidos a ocupar, na sociedade.

Os letramentos, para além das habilidades de ler e escrever, podem ser mais bem compreendidos como “um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder” (Kleiman, 1995:11). Essa concepção obriga a considerar os diferentes valores, funções e configurações que o fenômeno assume para diversos grupos, a depender dos contextos locais e de referenciais culturais específicos e também da estrutura que caracteriza os processos sociais mais amplos. (Souza, 2011, p. 35)

Partindo dessa definição mais ampla de letramento, Souza realizou uma pesquisa participativa com um grupo de artistas ligados ao *Hip Hop* e, ao fazê-lo, demonstrou que o *Hip Hop* é uma agência de letramento, principalmente entre os grupos marginalizados pela cultura escolarizada, em especial, os negros. Segundo a autora: “É dessa perspectiva que procuro descrever o processo no qual os ativistas do movimento hip hop desempenham papel histórico ao incorporar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem, os valores e intenções do que chamo de letramentos de reexistência (Souza, 2011, p. 36).

Nesse sentido, a autora consolida o *hip hop* como uma prática social e cultural através da qual os seus praticantes podem assumir e sustentar novos papéis e funções sociais, tanto em suas comunidades de origem, como para o mundo externo a elas. Entendido dessa forma, o *hip hop* tem importante papel na disputa pelos diferentes significados por meio dos quais os jovens periféricos constroem suas identidades.

Considerações finais: todos esses moleques sou eu



Helipa Music 2018

Foto: Douglas Cavalcante

O *hip hop* cria usos da linguagem e também desestabiliza a própria forma como são concebidos seus cânones. Assim, essas práticas se configuram como práticas de reexistências, na medida em que seus praticantes assumem e sustentam novos papéis sociais, tanto em suas comunidades de origem, quanto fora delas, subvertendo os discursos de poder (Souza *et al.*, 2019).

No trabalho das oficinas de Hip Hop nos CCAs administrados pela UNAS, essas práticas de letramento são formas pelas quais os educandos se reinventam e reconstróem suas identidades, pensando seu contexto social para além daquilo que já é dado a eles enquanto leitura de mundo, pois ao escolher as suas palavras os educandos ressignificam o mundo, como na letra a seguir:

LIXO QUE DESPERDÍCIO

Povo sem consciência fica muito mais difícil
 Recicle, recicle, vamos renovar
 Jogar lixo no chão só vai piorar.
 Se essa rua, se essa rua fosse minha

Todo lixo a gente iria reciclar
 Construir vários projetos importantes
 Para a nossa consciência renovar
 O planeta necessita de cuidados
 Nossa Terra sofre com a poluição
 O ser humano não está preocupado?

Ou será que essa é a tal evolução?
 Pra frente é que se anda
 Plante essa semente, responsabilidade
 Vamos seguindo em frente
 Criança quer crescer com qualidade de vida
 Natureza divina, planeta Terra gira
 No trajeto do projeto, na calçada muito entulho

Carros com paredões fazem muito barulho
 E quando será que a gente vai perceber?
 Que a falta de respeito prejudica principal-
 mente você.

**Projeto: Centro para Criança e Adoles-
 cente – CCA Lagoa**

No livro *O que é o método Paulo Freire?* Carlos Rodrigues Brandão (1985) explica que um método é uma maneira de se criar um processo: “Falo sobre como o método educa enquanto se constrói e, portanto, falo de um método como um processo, com as sequências e etapas que ele repete a cada vez; como uma história coletiva de criar e fazer, que é a sua melhor ideia.” (Brandão, 1985, p. 6). Nesse sentido, discutir um método de ensino, é discutir um caminho, um fazer. Mas esse fazer exige também pensar sobre o impacto que tal ação educativa terá no mundo.

Entendo que se trata de fazer escolhas que coloquem a educação como um dos instrumentos possíveis de contribuição com a transformação do mundo, com a felicidade de todos e com a eliminação das injustiças. Para Paulo Freire (1989) processos como os Círculos de Cultura trazem à tona as palavras do povo, “grávidas de mundo” (Freire, 1989, p. 13).

Quando o ser humano tem acesso a instrumentos que estimulam ver e refletir sobre o mundo, esta visão é aprimorada no processo. É o que acontece com os educandos dos CCAs ao terem acesso à linguagem do *Hip Hop* e foi o que aconteceu comigo também. Cada um desses meninos e meninas sou eu. Pois ao aprimorar o meu olhar sobre o mundo, aprimorei também minha forma de registrar esse olhar. Registro o que meu olho vê, essas coisas bonitas que têm na favela e que nem todo o mundo tem olhos para ver.

Referências

- AVANTE, O COLETIVO. *Música: era uma vez*. Álbum Voavante, 2011.
- BRANDÃO, C. R. *O que é o método Paulo Freire?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 1989.

PERSOLI, A.; SANTIS, M. *Memórias de Heliópolis: Raízes e Contemporaneidade*. São Paulo: Kazuá, 2013.

RACIONAIS MCs. *Música: A vida é um desafio. Álbum Nada como um dia após o outro*, 2002.

SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip hop*. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, A. L. *et al.*, (Orgs.). *Vozes de reexistências juvenis: presente!* 1. ed. Salvador: Segundo Selo, 2019.

UNAS. União de Associações de Moradores de Heliópolis e Adjacências. *Sítio Institucional*. Disponível em: <https://www.unas.org.br/institucional>. Acesso em: 10 jan.2020.

7 | A GENTE PRECISA SER GENTE

Antônia Cleide Alves
Laila Sala

Cenário

No documentário: *Estrada das Lágrimas, 1400*, de 1992, a repórter lê uma carta anônima enviada por um morador de São João Clímaco (bairro que faz fronteira com Heliópolis) à Companhia de Habitação Popular (COHAB), se referindo aos moradores e moradoras da comunidade:

Queremos protestar ao senhor, o dinheiro que o senhor está gastando com esses favelados, que são sujos, vagabundos, vivem bêbados, fazem bagunça. Eles estão sempre brigando, a gente ouviu tiros à noite. São gente perigosa, e nessa vizinhança não temos mais sossego. Não acho justo que se gaste dinheiro com baderneiros, com vagabundos e que prejudiquem a gente, que paga imposto e não tem sossego com esses marginais, acho que os favelados têm que morar em casas de chão e de sapé. Longe da sociedade, porque eles são piores que índios não civilizados. Eu acho que essa gente não merece nada.¹⁶

¹⁶ TV CULTURA, *Vídeo: Estrada das Lágrimas, 1400*, 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhXtiiWgAYQ&t=4s>, Acesso em: 5 abr. 2022.

Do outro lado da Estrada das Lágrimas, cerca de 20 anos antes, uma menina adolescente chegava naquele pedaço de chão com sua família. Eles vieram do Nordeste, expulsos pela falta de condições materiais, em busca de uma vida melhor. A primeira parada em São Paulo foi na Favela da Vila Prudente, mas logo foram removidos de lá pelo poder público municipal que iria construir um anel viário. Foi assim que nos anos 1970 essa menina chegou em Heliópolis, trazida pela Prefeitura Municipal de São Paulo, para morar no que se chamou na época de “alojamentos provisórios”, mas que seriam permanentes não fosse a luta de muita gente, da menina também, essa mesma gente chamada pelo bairro vizinho de “favelados”.

As favelas tiveram origem na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Até então, as famílias mais pobres moravam nos chamados cortiços que se situavam nas áreas centrais da cidade. Licia do Prado Valladares (2005), na obra *A invenção da favela: do Mito de origem à favela.com* defende a hipótese de que as representações das favelas da segunda metade do século XX, no caso do Rio de Janeiro, são oriundas daquelas desenvolvidas durante os primeiros 50 anos do mesmo século e podem ser consideradas organizadoras de um mito fundador da representação social das favelas.

Havia na época uma intelectualidade que voltava suas reflexões aos cortiços, considerado como *locus* de moradia da então chamada “classe perigosa” – que incluía trabalhadores e trabalhadoras, “vagabundos” e “malandros”. Nesse momento, os cortiços eram retratados através de discursos médicos e higienistas, que também fundamentavam as ações administrativas do poder público municipal e serviam, dessa forma, como “denúncia”.

Assim, no final do século XIX foi levada a cabo uma verdadeira guerra contra os cortiços cariocas, especialmente para a construção e alargamentos de ruas e avenidas nas áreas centrais do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que, da mesma maneira como muitos anos depois em Heliópolis, as favelas no Rio foram formadas pelas ações do próprio poder público, respaldadas por uma visão social dos favelados como “não-sujeitos”, isto é, sem direitos.

Após a segunda metade do século XX o termo favela tornou-se genérico, surgindo assim uma categoria nova para designar um con-

junto de habitações pobres. No entanto, as representações sociais construídas no início do século XX e amplamente divulgadas na época, contribuíram para a constituição de um imaginário coletivo sobre a favela e seus moradores e moradoras, ao mesmo tempo em que também construíam uma oposição entre favela e cidade, como se a primeira não fizesse parte da segunda.

Apesar de pertencerem a distintas correntes políticas e concepções ideológicas, os intelectuais que estudaram as favelas no início do século XX, remetiam a um ponto de vista comum, no que se refere às concepções, valores e ideias. De acordo com Valladares (2005, p. 28) “suas representações convergiam para o estabelecimento de um arquétipo da favela, um mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida.”. Essas representações aparecem como preocupações relacionadas à instalação da República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. As favelas passam a representar, então, o oposto desses ideais, ligados à luta da civilização contra a barbárie.

Uma figura que vale destacar é da Mattos Pimenta que nos anos 1920 empreendeu uma forte campanha nos principais jornais da época contra a favela, chamando-as de “lepra da estética”. Mattos Pimenta era membro do recém-fundado Rotary Clube do Rio de Janeiro e, dentre outras coisas, também construtor imobiliário e corretor de imóveis.

As propostas do Programa de Casas Populares desenvolvidas de maneira bem detalhada por Mattos Pimenta demonstravam familiaridade de seu autor com as práticas do mercado imobiliário. (...) Esse projeto almejava substituir as favelas por grandes conjuntos de prédios. Segundo o seu autor seria possível, em 15 anos, com juros de 9% ao ano, permitir aos habitantes das favelas alcançar a propriedade de uma moradia confortável, de construção sólida, sem a imposição de novas despesas insuportáveis, pois ‘são raros, raríssimos, os casebres improvisados e ignóbeis, onde se paga aluguel’ (...) *Mattos Pimenta também personificava a emergência do capital imobiliário.* (Valladares, 2005, p. 44, grifo nosso)

Valladares defende que as ações de Mattos Pimenta servem também como um testemunho da ação de novos atores econômicos que

emergem no cenário da cidade, em favor do surgimento de uma nova maneira de enxergá-la, valorizando-a enquanto capital econômico, pensando-a como um todo e não apenas na construção de bairros modernos isolados.

A era Vargas (1930-1945) traz uma nova perspectiva sobre as favelas, a partir da concepção de que é preciso conhecer melhor, para controlar. Também durante os anos 1930, o governo federal passa a contratar assistentes sociais (área de formação recém-inaugurada no Brasil) para atuar nas favelas do Rio de Janeiro. “Colaboradoras de funcionários municipais, estas assistentes participaram de uma gestão da pobreza que misturava certa proteção social ao controle dos pobres.” (Valladares , 2005, p. 58).

O primeiro censo específico das favelas, no entanto, só foi publicado em 1948, apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existir desde 1938 e de o Brasil ter realizado censos gerais desde o fim do século XIX, segundo Valladares.

Em 1950, Alberto Passos Guimarães, nordestino e militante do Partido Comunista Brasileiro, à frente do IBGE, empreende mais um censo das favelas do Rio de Janeiro. Este, pela primeira vez, faz uma reflexão mais sistemática sobre a categoria favela, apoiando-se tanto no senso comum (que, principalmente, opõe esta categoria à representação da cidade), quanto em uma crítica baseada na história do surgimento das favelas.

Gabriel de Santis Feltran (2010), estudioso de algumas favelas paulistanas da região leste, defende que por volta dos anos 1960 e mais intensamente nos anos 1970, o fenômeno conhecido como “milagre econômico”, empreendido pela ditadura civil-militar (1964-1985), promoveu em São Paulo uma ampliação da mancha urbana, que se expandiu de modo concêntrico. Essa ampliação foi estimulada pela industrialização, e consequente migração interna no Brasil, e pela especulação imobiliária.

Um dos maiores polos industriais brasileiros ficava na grande São Paulo, nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano (ABC Paulista), dentre outras. Por isso, muitas famílias se instalaram em locais

próximos a essas regiões, nas periferias de São Paulo, onde o aluguel era mais barato em relação ao centro da cidade. Heliópolis é um desses casos.

Na segunda metade dos anos 1970, segundo Feltran, essas configurações sociais vão constituir novos atores políticos no Brasil que, inclusive, contribuíram com o processo de derrocada da ditadura civil-militar. Esse movimento social constituído por sindicalistas, pelos movimentos de Base construídos por membros da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, moradores/as das periferias e alguns intelectuais, visava, sobretudo, um projeto de integração social dos trabalhadores.

É em meio a esse cenário, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que caminha pelas vielas de Heliópolis aquela menina do início do texto. Possivelmente mais uma vítima das desigualdades descritas até aqui, não fosse um certo dia no qual ela viu uma mulher, Genésia Miranda, convencendo o povo de Heliópolis a lutar por seus direitos. A menina, certa de que aquela era uma resposta ao seu sentimento de indignação frente à injustiça, entrou então para a luta e nunca mais saiu.

A menina é Antônia Cleide Alves, hoje presidenta da União de Núcleos e Associações de Moradores de Heliópolis e região (UNAS). A história da Cleide se confunde com a história da comunidade e no texto a seguir, adaptado da transcrição de uma entrevista concedida a Beatriz Felix e Laila Sala em setembro de 2021, ela lembra uma porção de histórias sobre a comunidade.

Dentre muitas reflexões, Cleide fala, por exemplo, sobre a luta contra uma ação de despejo realizada pela Prefeitura de São Paulo. Ação esta, aliás, que aconteceu nos mesmos anos 1990 em que aquela carta lida pela repórter foi escrita, que retrata os moradores/as das favelas como “baderneiros”, “vagabundos”, “marginais” e considera injusto que se gastasse dinheiro público com eles, prejudicando aqueles que se consideravam (esses sim!) cidadãos.

A partir da narração de sua ação no mundo, Cleide nos ensina sobre a importância dos sonhos, da formação na luta, do desejo de existir e ser reconhecida como gente, como sujeito que não só é fruto de seu tempo, mas também faz a história. Cleide nos conta sua tra-

jetória (na primeira pessoa) e depois traz episódios importantes da organização e das lutas de Heliópolis, em especial, da UNAS.

Antonia Cleide Alves

Uma coisa que deu potência para a nossa luta, da gente acreditar, esperar, foi quando vencemos o despejo aqui nos anos 1990. Esse despejo para nós foi decisivo. A gente falava: ‘se tirar um, vai tirar todos!’ Então se formou uma corrente de união e a gente venceu o despejo, uma coisa que não aconteceu em lugar nenhum! E não foi simples, teve muita luta, teve embate. Veio a tropa de choque e nós resistimos. Não foi na conversa que nós vencemos esse despejo.

Isso foi muito importante para a gente se sentir junto, sabe? Para a gente sentir que a luta vale a pena. Essa foi uma das bases que construíram nossa luta. Tem muito sofrimento, mas também muita resistência. Porque na verdade o nosso país não respeita os direitos das pessoas. Naquele período ou você tinha carteira assinada ou você era bandido, assim que os policiais nos tratavam. Não só os policiais, todo mundo.

Eu sou nordestina e minha família foi expulsa do lugar em que morávamos. Nós não saímos de lá porque queríamos, saímos corridos. Mas com uma vontade, um sonho (e esse foi o sonho que me acompanhou) de ter uma casa, ter uma terra onde ficar.

Eu acho que esse é o sonho desse nosso povo: existir. E a luta pelos direitos faz isso. Por esse motivo que na UNAS nós damos tanta importância para os direitos humanos. O João Miranda já disse muitas vezes “A gente precisa ser gente”. Esse é o esperar de que fala Paulo Freire.

Então a gente sempre imaginou, sonhou, desde a comissão de moradores... A gente queria uma casa, a gente queria um espaço para brincar, a gente queria uma escola...E a gente foi gostando da gente enquanto a gente mesmo.

Na UNAS a luta é sempre pelo coletivo, por aquilo que fosse melhor para todas as pessoas, não para um governo. Nós tínhamos os nossos candidatos, mas sempre cobramos deles que fizessem o que era melhor para o povo, não o melhor para uma pessoa. Tinha que ser

o melhor para a comunidade. Por isso, nós debatíamos todas as propostas que vinham, seja da gente mesmo ou dos governantes. Tudo era decidido no coletivo, em assembleias.

A gente se identifica como de esquerda, isso significa que a gente acreditava que não éramos nós que tínhamos que fazer diretamente, e sim o Estado. Mas ao mesmo tempo, nós pensávamos nos problemas que tínhamos, que eram muitos, e achávamos que se fosse esperar pelos nossos governantes ia demorar 50 anos e a criança que estava precisando naquela hora não ia ver a mudança. Então pensamos: ou a gente arregança as mangas, faz, mostra que é preciso fazer e denuncia, ou nunca nada vai mudar.

Eu vejo que essa é a nossa raiz, o que faz a nossa cabeça esperançar sempre. Mesmo diante das maiores violações de direitos a gente não desanima, continuamos a buscar outras saídas... Senão a gente endoida e chora.

O quase racha

Em 1998 a UNAS fez seu primeiro Planejamento Estratégico. Foi um momento em que a gente se olhou e começou a pensar no que queríamos para a comunidade nos 10 anos seguintes. Até então não pensávamos nem no próximo mês. Nesse processo, tiveram algumas pessoas que foram muito importantes, como por exemplo o Aloizio Mercadante.

Essas pessoas, e outros colaboradores do nosso trabalho, nos ajudaram a pensar sobre a comunidade, a olhar para a nossa comunidade e refletir sobre o que estava acontecendo, principalmente sobre os problemas que a gente via: o menino que era assassinado por causa da droga que na época estava entrando na favela, ou o menino que era açoitado pelos justiceiros porque tinha roubado um botijão de gás para comer. O que a gente queria era ser um lugar que dialogasse com o resto da cidade, para a gente não ser excluído.

Eu falo desses parceiros, muita gente maravilhosa, pessoas ligadas à Teologia da Libertação por exemplo. Também teve o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) que trazia uma proposta de inclusão, de garantia dos Direitos Humanos. Enfim, foi um mo-

mento muito fértil para nós, que fez com que a gente pudesse sonhar, pudesse querer que nosso povo também tivesse direitos. Eu lembro que uma coisa que discutimos era de que não éramos invasores, pois quem invade é marciano, isso mudou tudo.

Nesse período, o serviço social, que vinha da ditadura civil-militar, acompanhava o favelado e nos tratava como se fôssemos porcos, como se a gente não soubesse limpar as coisas. Nos alojamentos provisórios onde eu morava, as assistentes sociais faziam escalas absurdas, para a gente limpar, até para a gente tomar banho. Mas a questão era que os banheiros eram coletivos, então por isso tinha que ter uma escala. Começamos então a entender que nós éramos vistos como sujeitos, como pessoas que não pensávamos... E a gente não queria ser visto daquela maneira, não queríamos isso para nós.

A minha geração, dos anos 1960-1970, sonhava com coisas tão básicas, porque tudo foi negado para nós: a alimentação, a casa. E a gente era tratado como se a culpa disso fosse nossa. Quer dizer, quem tem, tem. Quem não tem, é porque não trabalha. Lá no Nordeste era assim: “é por que Deus quis assim”. Então como que a gente ia reclamar, se foi Deus quem quis?

E a UNAS nasce nesse berço de saída da ditadura, com essa geração querendo melhorar a sua vida, mas que antes tinha sido toda calada... Por isso a gente surge a partir da nossa vontade de existir como cidadão. Nós fomos fecundados nesse berço, no nosso espaço. Heliópolis é uma área linda, de 1 milhão de m², que na época era vazia, sabe? Era um lugar muito bonito, tinha mina d’água, tinha muito verde...

E nós da UNAS sempre nadamos contra a maré. Eu lembro da minha mãe falando: “mulher não é para estudar. Mulher tem que aprender a limpar a casa, a fazer comida, porque ela tem que casar”. Naquele período as mulheres eram preparadas para ser submissas. E na UNAS a gente falava tudo ao contrário... Eram as mulheres que estavam na luta, que iam nas reuniões, que denunciavam a falta de alimentação. Até porque eram as mesmas mulheres que depois voltavam para a casa, tinham que limpar tudo, que compravam a comida e podiam denunciar o preço das coisas.

E tem outra coisa: no final dos anos 1990, dentro do movimento social aqui em Heliópolis, nós estávamos nos encaminhando para um racha, motivado principalmente pelo projeto do então prefeito Paulo Maluf chamado Cingapura. Hoje o Cingapura é bem conhecido, mas nos anos 1990 era o início desse programa em Heliópolis. As concepções do Cingapura estavam ligadas a uma ideia de desfavelamento, de embelezar a cidade, mas só a fachada, para esconder a favela dos outros bairros. Então eles propunham a retirada das famílias, de algumas ruas e até de outros espaços que já estavam constituídos há muito tempo.

Por isso a gente discordava, o que a gente defendia era que tinha que ter moradia para todo mundo, que algumas ruas permanecessem no Núcleo Heliópolis, que era como os moradores e moradoras de lá queriam. Nessa época, eu e mais outras meninas éramos representantes desse núcleo. E nessa conjuntura é que começou o racha, pois formou-se uma outra chapa, que defendia a implementação do Cingapura como a Prefeitura queria. Mas no fim quem ganhou fomos nós.

Para a gente trabalhar junto

Foi muito interessante porque ao mesmo tempo havia uma urgência: como fazer para resolver os problemas sérios que nós tínhamos o mais rápido possível, ao mesmo tempo em que começamos a pensar o que queríamos para dali a 10 anos.

Quando a gente foi fazer o planejamento, a gente pensou em uma porção de coisas, mas eram coisas que nós queríamos para a comunidade, de fazer junto. Por exemplo, ao analisarmos o cenário, a gente começou a identificar o surgimento do tráfico de drogas, mas também identificamos as escolas. Quer dizer, fomos analisando a situação de cada local.

Além de nos fazer mais conscientes sobre as causas do que acontecia na comunidade, esse planejamento serviu para uma coisa muito importante, justamente por conta daquela tensão que eu falei: para a gente trabalhar junto. O que eu quero dizer é o seguinte, a gente era companheiro de luta, nos dividimos e isso tocou muito a gente. Então foi uma forma que nós encontramos de fortalecer a nossa posição, de

ter um debate que construísse uma visão coletiva sobre o que queríamos para Heliópolis. O planejamento estratégico surge como uma articulação de todas as nossas visões, criando um sentido de unidade, para a gente visualizar o que está acontecendo e construir nossas intervenções a partir disso.

Se pararmos para pensar, foi assim que a UNAS se formou: a partir da ideia das junções dos núcleos, cada um deles tinha dois representantes que levavam para a organização central os problemas de cada lugar. A todo momento a gente era muito pé no chão, sabe? Olhando as necessidades das pessoas e buscando ainda mais gente, mais parceiros. Nós sempre percebemos que não poderíamos dar conta de resolver todos os problemas sozinhos.

Mas planejar traz uma série de dificuldades, porque quando planejamos a gente sonha e sonha alto, sabe? Não abafamos os nossos sonhos, não! Às vezes até olhamos para o planejamento e pensamos: “mas isso é uma loucura! Atira para tudo quanto é lado!” Mas a grandiosidade é justamente essa, cabem todos os sonhos, de todas as pessoas. Esse planejamento é uma direção que deixa todo mundo existir, do jeito que é. Cabe todo mundo.

Planejar é encontrar as causas

E às vezes, esse processo de reflexão, de planejar, provoca uma transformação imensa. Quando a gente mudou a missão da UNAS, incluindo o projeto de Bairro Educador, estávamos lá na EMEF Presidente Campos Salles, pois nessa época tanto o Braz Nogueira, quanto a Arlete Persoli faziam parte da UNAS. Nesse momento a gente já estava discutindo junto com as escolas os nossos projetos para Heliópolis.

Porque até então as nossas crianças tinham vergonha de ir para a escola, eles eram excluídos de lá, pois eram vistos como favelados. E não era como hoje, que a gente sente orgulho de morar em Heliópolis, naquela época, quando íamos procurar emprego, tínhamos que dar outro endereço, para não ser estigmatizado como bandido. Aos poucos, a gente foi começando a ver essas coisas que tinham aqui e que eram diferentes de outros lugares da cidade. Além da gente olhar na teoria sobre as diferenças de classe, começamos a perceber isso no nosso cotidiano.

Nessa conversa com as escolas, passamos a conceituar ainda mais o que nos acontecia. A Caminhada Pela Paz nos ajudou nisso, em um momento em que havia muita violência a gente saiu às ruas pedindo paz, imagina! Nós tínhamos medo, mas fomos aprimorando nosso entendimento sobre as causas da violência.

Acredito que esse é outro ganho do planejamento: ir aprendendo a atuar nas causas dos problemas e para isso é preciso olhar os acontecimentos uma segunda vez, para entender essas causas, fazer uma leitura mais profunda da origem dos problemas, não só do nosso território, mas também da cidade, do estado, do país, do mundo. E foi o que a gente aprendeu: o que acontece aqui é só o efeito de questões maiores, que assola todo o país, até o mundo. O desafio é, quando a gente senta para planejar, além de não ficar doída porque as causas deixam a gente assim, é exatamente olhar para isso e fazer uma análise, e fazer a denúncia.

Eu acredito que o planejamento é isso, ao fazermos essa leitura de mundo, acabamos por nos unir em torno dela. Na UNAS nós estamos juntos há 40 anos! Respeitando as diferenças de cada um, mas todo mundo remando o barco para o mesmo lado. O planejamento é um processo de criar consensos entre as nossas diversidades. E assim, cada um de nós vai passar a concretizar um planejamento que construiu, porque ninguém participa de algo que não construiu.

É isso que eu estou querendo dizer: o planejamento é essa preciosidade. Serve para a gente discordar, concordar, reorganizar, mudar... Não deu certo? Não foi por causa de uma pessoa ou outra. Não deu certo porque naquele momento a gente fez uma leitura que talvez fosse equivocada. Então a gente volta, olha de novo, repensa. Mas o que não pode faltar é o respeito, o respeito com todas as pessoas.

Sujeitos da História

Hoje eu me vejo como educadora. Eu acho que eu me tornei educadora quando eu me identifiquei com a minha classe. Eu tinha uns 17, 18 anos e entrei na luta. Meu grande sonho era ter a minha casa. Eu não achava justo não ter acesso a esse direito. Quando eu me vi como alguém da minha classe, me percebi sujeito da história. Sujeito da

minha história. Eu passei a ter escolha, não uma escolha dada, mas que foi buscada dia após dia.

Os meus sonhos se misturam com o que eu quero para Heliópolis, sabe? Hoje, eu sonho com o Bairro Educador, não só para a minha comunidade, mas para as outras periferias também. Eu vejo assim o Bairro Educador: uma cidadania plena. Não é que não vai ter problemas, é que eles vão ser resolvidos coletivamente.

O nosso povo está sofrendo demais com o governo Bolsonaro. Eu tenho medo de naturalizar esse sofrimento. Por isso meu sonho é esse, tornar Heliópolis cada vez mais um Bairro Educador. E que todo mundo continue acreditando nessa construção. Cada jovem que eu vejo hoje eu sinto uma continuidade do nosso sonho. Por isso, um dos meus objetivos atuais é contar essa história, para contribuir com a construção das histórias das outras pessoas, para que elas identifiquem que também estão fazendo histórias de resistência, como nós fizemos.

Referências

FELTRAN, G. S. Periferias, direito à diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*. v. 53, n. 2, Antropologia do Direito (julho-dezembro 2010), p. 565-610. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37711>. Acesso em: 7 abr. 2022

TV CULTURA, *Vídeo: Estrada das Lágrimas, 1400*, 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BhXtiiWgAYQ&t=4s>, Acesso em: 5 abr. 2022.

VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

POSFÁCIO

QUANDO UM TERRITÓRIO É CAMPO DO POLÍTICO OU O QUE APRENDI NO BAIRRO EDUCADOR

Enrique Dussel, filósofo argentino e um dos maiores filósofos da atualidade seria muito bem-vindo a Heliópolis. Ele e o povo de lá teriam muito o que conversar sobre o tema que ocupa o cotidiano de ambos, a libertação dos oprimidos. Uma boa conversa em um dos bares da Rua da Mina Central em um fim de tarde poderia complementar a obra escrita em 2006 por esse filósofo latino-americano escrita e dirigida para jovens do Sul Global. Um texto produzido em um momento de muita esperança em que diversos governos de esquerda que, portanto, defendiam pautas populares, haviam sido delegados pelo povo para exercer o poder e momento em que diversos movimentos sociais pressionavam fortemente o Estado para atender as demandas das comunidades. Tive o privilégio de ler partes deste texto com lideranças comunitárias, educadoras e moradoras de Heliópolis em 2020 e 2021 em um dos muitos processos de formação continuada realizada no território desde a sua ocupação há mais de 50 anos.

O texto intitulado *20 teses sobre política*, além de um manifesto que conclama os jovens para novos tempos que se iniciavam naquele momento, é a articulação teórica de uma práxis política produzida

desde o Sul, desde a América do Sul e o detalhamento de como opera o campo do político, bem como a articulação de seus elementos. Dussel, dentre outros objetivos, permite que nos afastemos de toda uma série de teses oriundas da tradição do pensamento ocidental que vincula a política à tomada e manutenção do poder por parte de uma minoria e ao poder como dominação e exercício de violência. Nem é necessário dizer o quão essas concepções estão distantes do que é de fato fazer política e da sua finalidade e o quão o texto de Dussel colabora com diversos ajustes conceituais necessários para pensarmos nossa prática cotidiana no Sul.

A práxis descrita por Dussel neste texto dialoga com as teorias de outros teóricos e teóricas latino-americanas como Paulo Freire, Julieta Paredes e Ernesto Laclau que também propõem, cada um a sua maneira, uma releitura do campo do político, tão maltratado pela tradição do pensamento político ocidental e recentemente mais maltratado ainda pelas crescentes práticas antipolíticas da direita, erroneamente chamadas de populistas. É importante dizer que o próprio termo populista, que vem de povo, foi ideologicamente sequestrado pelo discurso dos poderosos e por isso tomado sempre de forma pejorativa. Mas, a práxis de Dussel dialoga também com Braz Nogueira, Marília de Santis, João Bosco Nonato, Antonia Cleide Alves, Reginaldo José Gonçalves e tantos outros e outras agentes de transformação da comunidade de Heliópolis.

Nesses diálogos, mesmo que antagônicos (como sempre são os diálogos no interior do campo político), poder político não é dominação, muito menos prática de violência. Poder político é a expressão da potência que tem nas comunidades de produzir e reproduzir a sua vida, de criar instituições que atendam suas demandas, de dissolver instituições que não o façam, é o poder de lutar pela vida. A comunidade dos seres viventes que produzem e reproduzem suas vidas todos os dias, e que só pode ser chamada *povo* ou comunidade política *enquanto luta*, é povo enaltecido na sua potência mais essencial. Mesmo que quando por usurpação de outros o povo não exerce poder, esse não tem como ser tomado dele; o que indica que há na comunidade política, ou no povo, uma abertura assinalada para que uma *racionalidade populista* se manifeste, para que as revoltas aconteçam e, com elas, as mudanças e o atendimento das demandas populares.

À primeira vista ao ler o texto de Dussel parece que todos os movimentos, organizações, ou partidos começaram assim. A comunidade de seres viventes tem demandas não resolvidas na produção e reprodução de sua vida e luta para que elas sejam atendidas. O povo cria instituições que façam a mediação necessária para que o poder político funcione de forma que a comunidade possa *viver bem*. Esse é o campo do político, com todos os antagonismos, tensões, contradições que opera o tempo todo em prol da comunidade, que cria instituições, luta pelo atendimento das demandas e dissolve instituições que se desviam de sua fonte e origem. Mas, apesar de vermos vislumbres destes elementos em muitos movimentos sociais no país, são poucas as experiências que representam de fato essa forma cotidiana de fazer política tão potente.

Heliópolis, um território bairro educador, tem um povo que luta cotidianamente pela diminuição das desigualdades sociais e pela sobrevivência da comunidade em um exercício diário de construção da democracia direta e participativa. Com isso, junto com Dussel, não quero dizer ingenuamente que toda população de Heliópolis luta, se assim fosse não haveria tanta fome, tanto desemprego, tanta necessidade no território. Mas, há *povo* em Heliópolis, há povo articulado em torno de demandas por meio dos movimentos sociais, das instituições criadas, dos equipamentos públicos articulados em torno de todas as demandas não atendidas. Um povo que resiste com pequenas insurgências populistas (no sentido dado por Laclau), radicalizando a democracia, interpelando os poderosos e ressignificando as instituições mesmo dentro de uma estrutura corrompida do Estado.

No território a educação é dimensão essencial do campo do político. Se nos espaços acadêmicos, muitas vezes, ela foi apartada das demandas concretas do povo e sequer reconhecida como parte da área teórica da política, em Heliópolis ela é uma das demandas desta comunidade que mais coloca o povo em luta e da corpo e movimento ao campo do político, faz ele funcionar todos os dias: esse povo elabora projetos políticos-pedagógicos para o território e seus equipamentos, articula equipamentos públicos educacionais ou não em torno de questões educacionais, efetiva a escola como centro de referência e liderança do território, promove formação docente e de lideranças co-

munitárias continuadas e defende a tese de que tudo passa pela educação, que ela deve ocupar as ruas, as vielas, os corpos que ocupam o bairro. O povo de Heliópolis enfrenta no seu cotidiano, como muitos povos do Sul, no início do século XXI, o projeto do neoliberalismo confrontando-o com outro projeto: o de inclusão e redistribuição da renda e da riqueza.

Tendo a oportunidade de estar entre esse povo durante os últimos anos pude ver e participar da mobilização de recursos teóricos e práticos para a construção desta luta e pude ver também o quão distante a Universidade pública ainda está dos territórios que elas fazem ou deveriam fazer parte. Atuar com extensão universitária é um desafio, não por falta de competência técnica, mas por falta de condições subjetivas, pois apesar de muitos esforços individuais falta ainda à Universidade pública como instituição esse aprendizado da centralidade da educação como dimensão do campo do político, da força das lutas e do fortalecimento da intersubjetividade como bases para sua atuação.

Em 2020, a Universidade Federal do ABC iniciou, apoiada por emenda parlamentar do deputado federal Alexandre Padilha, o projeto *Produção e reprodução do conhecimento em Heliópolis: fortalecendo as bases de um bairro educador*. Temos feito muito. Mas, poderíamos e podemos fazer muito mais. Desde o início aprendi muito no e com o território, aprendi muito com o convívio com esse povo de luta e estamos, enquanto não conseguimos produzir conhecimento coletivo, colocando a Universidade a serviço da comunidade, colocando a instituição universitária, exercendo como diz Dussel, para exercer um *poder obediencial*, elaborando ações a partir da escuta da comunidade. Apesar de insuficiente, me parece já ser um grande passo.

Suze Piza

*Professora de Filosofia na Universidade Federal do ABC,
coordenadora adjunta do projeto Produção e reprodução do
conhecimento em Heliópolis.*

ONDE ANTES SÓ HAVIA CHÃO

A história como possibilidade no Bairro educador, Heliópolis

Ao ler a obra *Onde antes só havia chão: a história como possibilidade no Bairro Educador - Heliópolis* as memórias de tantos encontros e emoções retornam. Para aqueles que conhecem a Comunidade retratada é um significativo reviver no transcurso de cada capítulo por onde se passeia nos tempos de constituição daquele território que é integrado, entre outros equipamentos sociais, por um “CEU”, o CEU Arlete Persoli...

Para aqueles que ainda não conhecem Heliópolis, a leitura pode despertar o desejo de conhecer e vivenciar mais de perto a história e a realidade dessa valente, comprometida e resiliente comunidade popular educadora.

Testemunhamos com a leitura de cada capítulo, marcado por singulares objetivos, olhares e vivências dos seus autores, a tecitura de uma rica narrativa não somente literária, mas também ideológica de Heliópolis e região, agregadas pelo nome tão significativo de “Bairro Educador”, que ao mesmo tempo revela o compromisso e a vigilância, que unem os atores desta caminhada.

Emocionante, envolvente e determinante das escolhas de movimentos futuros dos leitores tocados pela busca de uma educação transformadora, humanizadora e compromissada com a emancipação e a justiça social. Para uns iluminará o desejo que se expressa em “quero e preciso conhecer”; para outros provocará o sentimento de “quero e preciso lá voltar” para não esquecer que de que esperarçar neste país é um ato revolucionário.

Antônia Cleide Alves Graduada em Psicologia. Presidenta da Unas – União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região, liderança comunitária e educadora popular.

Delma Lúcia de Mesquita Pedagoga. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade São Paulo (FEUSP). Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Consultora educacional e assessora pedagógica na área de educação.

Laila Sala Licenciada em Arte-Teatro pelo Instituto de Arte da UNESP, especialista em Linguagens da Arte pelo Centro Universitário Maria Antônia (USP) e em Alternativas para a Nova Educação pela UFPR-Litoral. Atualmente é professora da EMEF Presidente Campos Salles

Marília de Santis Mestra em Gestão e práticas Educacionais, pela Universidade Nove de Julho (PROGEPE-UNIVOVE), com a dissertação *De favela a Bairro Educador: protagonismo comunitário em Heliópolis*. Graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2008). Foi gestora no CEU Heliópolis Professora Arlete Persoli entre 2015 e 2020. Atualmente é diretora da EMEF Luiz Gonzaga do Nascimento Junior, em Heliópolis.

Marineide de Oliveira Gomes Pedagoga, Mestra em Educação pela FE USP (1996); Mestra em Estado, Gobierno y Políticas Públicas (Flacso Brasil - 2020); Doutora em Educação pela FE USP (2003), com Pós-Doutoramento em Educação pela Universidade Católica Portuguesa - Lisboa (2014) e estágio no Centre de Recherche en Éducation de Nantes - CREN (Nantes Université). Professora aposentada da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pesquisadora do Campo das Políticas Educacionais, Políticas para as Infâncias, Educação Integral e Formação de Professores.

ONDE ANTES SÓ HAVIA CHÃO

A história como possibilidade no Bairro educador, Heliópolis

Este livro retrata as transformações de Heliópolis, encarnada nas histórias dos sujeitos que produziram e produzem essas histórias, desde as primeiras ocupações habitacionais, sempre marcadas por contradições, conflitos, desigualdades sociais e lutas por direitos, em um país também desigual, injusto e diverso.

Busca divulgar pesquisas e reflexões (entremeando saberes acadêmicos e populares), de modo a contextualizar e apresentar o Bairro Educador de Heliópolis como estratégia de incidência política, de organização local, em diálogo com a perspectiva do direito à cidade, movida pelos princípios: i) de que tudo passa pela Educação; ii) da compreensão da escola pública como centro de liderança local; iii) da construção de um código de ética local, com prioridade para os valores da autonomia, da responsabilidade e da solidariedade.

A obra intenciona dialogar e também inspirar alternativas educacionais e ações em territórios educativos que contribuam com processos humanizadores e de justiça social que não existem naturalmente na sociedade brasileira, antes são forjados nas tramas do cotidiano e nas contradições da realidade, entendendo a História como possibilidade de outros mundos.



SYNERGIA
EDITORA

